

ANTONIO MARCOS MYSKIW
LETICIA MARIA VENSON
ORGANIZADORES

FRONTEIRAS, MIGRAÇÕES E SOCIEDADES

no Brasil Meridional

AC
ACERVUS

ANTONIO MARCOS MYSKIW
LETICIA MARIA VENSON
ORGANIZADORES

FRONTEIRAS, MIGRAÇÕES E SOCIEDADES

no Brasil Meridional



PASSO FUNDO
2021

© 2021, dos Autores

Editoração

Alison Wagner Gomes da Silva

Capa

Alex Antônio Vanin

Imagem da capa

Jordan Brasil dos Santos

CONSELHO EDITORIAL

ANCELMO SCHÖRNER (UNICENTRO)

EDUARDO KNACK (UFCG)

EDUARDO PITTHAN (UFFS – PASSO FUNDO)

FEDERICA BERTAGNA (UNIVERSITÀ DI VERONA)

HELION PÓVOA NETO (UFRJ)

HUMBERTO DA ROCHA (UFFS – CAMPUS ERECHIM)

JOÃO VICENTE RIBAS (UPF)

ROBERTO GEORGE UEBEL (ESPM)

VINÍCIUS BORGES FORTES (IMED)

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

F935 Fronteiras, migrações e sociedades no Brasil Meridional
[recurso eletrônico] / organizadores Antonio Marcos
Myskiw e Leticia Maria Venson. – Passo Fundo :
Acervus Editora, 2021.
10 MB ; PDF.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-86000-86-3.

1. Brasil Meridional. 2. Brasil - História - Período do
pós-guerra do Contestado. 3. Fronteiras. 4. História e
patrimônio. 5. Migrações. 6. Escravidão. 7. Colonização.
8. Agricultura familiar. I. Myskiw, Antonio Marcos, org.
II. Venson, Leticia Maria, org. III. Universidade Federal
da Fronteira Sul. Programa de Pós-Graduação em
História (Campus Chapecó).

CDU: 981

Bibliotecária responsável Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

AS IDEIAS, IMAGENS, FIGURAS E DEMAIS INFORMAÇÕES APRESENTADAS
NESTA OBRA SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES

ACERVUS EDITORA

Av. Aspirante Jenner, 1274 - Lucas Araújo – 99074-360

Passo Fundo | Rio Grande do Sul | Brasil

Tel.: (54) 99686-9020

acervuseditora@gmail.com

acervuseditora.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....9

A UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL E O MESTRADO EM

HISTÓRIA:

ALGUMAS MEMÓRIAS17

Antonio Marcos Myskiw

O DESAPARECIMENTO DO PRETO VELHO JERONYMO:

O PÓS-ABOLIÇÃO EM PALMAS/PR43

Carlos Eduardo Cardoso

COLONIZAÇÃO MILITAR NOS CAMPOS DE PALMAS: GENERAL BORMANN E A

COLÔNIA MILITAR DO XAPECÓ (1880-1898).....71

Leticia Maria Venson

QUEM TEM MÓI E QUEM NÃO TEM NÃO VAI MOER: REFLEXÕES SOBRE O

PERÍODO DO PÓS-GUERRA DO CONTESTADO NO ALTO VALE DO

RIO DO PEIXE (1920-1940)99

Douglas Henrique Pereira

A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA/SC	125
--	-----

Jordan Brasil dos Santos

AS REPRESENTAÇÕES DOS PATRIMÔNIOS PÚBLICOS EM CHAPECÓ/SC: UMA INTERPRETAÇÃO A PARTIR DA SEMIÓTICA	153
--	-----

Daniel Dalla Zen

O KERBFEST COMO PATRIMÔNIO TEUTO-BRASILEIRO DE SEARA/SC (1993-2005)	171
--	-----

Sandra Kuester

SOBRE OS AUTORES	193
-------------------------------	-----

Os profetas não são homens ou mulheres desarrumados, desengonçados, barbudos, cabeludos, sujos, metidos em roupas andrajosas e pegando cajados. Os profetas são aqueles ou aquelas que se molham de tal forma nas águas de sua cultura e da sua história, da cultura e da história do seu povo, dos dominados do seu povo, que conhecem o seu aqui e o seu agora e, por isso, podem prever o amanhã que eles mais do que adivinham, realizam. Eu diria aos educadores e educadoras, ai daqueles e daquelas que pararem com a sua capacidade de sonhar, de inventar a sua coragem de denunciar e de anunciar. Ai daqueles que, em lugar de visitar de vez em quando o amanhã, o futuro, pelo profundo engajamento com o hoje, com o aqui e com o agora, se atrelam a um passado de exploração e de rotina.

Paulo Freire, 1982.

APRESENTAÇÃO

Em tempos de desmonte da Educação Superior Pública no Brasil, as palavras de Paulo Freire proferidas no início da década de 1980 se transformam em alerta e missão: o cuidado que devemos ter com os falsos profetas (que dizem conhecer os problemas do país, mas nunca o conheceram de fato) e, em especial, o dever dos educadores (seja em quais níveis estejam) em sonhar, inventar, denunciar e anunciar as coisas boas e ruins que ocorreram, que ocorrem ou que podem ocorrer na comunidade, na região ou no país em que vivem quando o tema é educação e sua relação com a sociedade, ciência, política e democracia.

A filósofa Viviane Mosé, no livro “A escola e os desafios contemporâneos” (2013), com propriedade, adverte que por muito tempo os “Estados capitalistas evitaram uma educação reflexiva e crítica por medo do comunismo; o comunismo, pelas mesmas razões, tinha medo de retornar ao capitalismo”, resultando, por

sua vez, em uma “alarmante imaturidade política e social”, quer no Brasil, quer na América Latina, quer ainda, na Europa ou outro continente no século XX (MOSÉ, 2013, 22)¹ Entre crises e conflitos, ora sob roupagem econômica, política, social ou cultural, no novo século uma “nova ordem se fortaleceu que tem a desigualdade de formação intelectual e cultural como o maior fator de exclusão social” (MOSÉ, 2013, 39)

No caso brasileiro, o projeto “Escola sem Partido”, as reformas educacionais inscritas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) minimizando cargas horárias ou excluindo disciplinas da área de humanidades, a desvalorização da carreira do magistério (em seus diferentes níveis), a crítica ao pensamento freireano, o “Programa FUTURE-SE” do MEC e a drástica redução de investimentos de custeio e de capital em Educação por governos Estaduais e Federal são, em nosso entender, a materialização desta “nova ordem”, como apontou Viviane Mosé.

O avanço deste projeto de desmonte das Universidades e Institutos Federais pela redução de seus orçamentos anuais pode resultar na fragilização sem precedentes rumo à sua extinção das Universidades como órgão público, de amplo acesso e gratuito. Impactará fortemente na função social e acadêmica das Universidades e caminhará para a implosão da carreira docente e da estabilidade funcional, duramente conquistada ao longo de décadas. E, a isso, está atrelada a função social e acadêmica das Universidades, que vai além da oferta de ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa básica e aplicada, ações de extensão e cultura. A Universidade tem por função a defesa dos valores democráticos, da cidadania e dos direitos humanos, sobretudo a aqueles(as) que ne-

¹ MOSÉ, Viviane. *A escola e os desafios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 22.

cessitam, sejam eles(as) minorias étnicas e sociais, ou não. É por isso, entre outras coisas, que a Universidade Pública está constantemente sob ataque.

Ao defender incondicionalmente a democracia em tempos ódio à democracia, as Universidades Federais ao se manifestarem publicamente tem dito à sociedade que a democracia, ao menos nos primeiros 15 anos do século XXI, teve forte expansão no Brasil e que propiciou um significado poderoso: o de inclusão social, com base nos Direitos Humanos e os Direitos Sociais. Mas essa expansão incomodou (e ainda incomoda) a um grupo significativo de privilegiados, que veem na Educação um fator de limitação da perpetuação do poder político, econômico e cultural perante a sociedade local e regional. Nesta lógica, menos Universidades, menos Democracia, menos Direitos Humanos, menos Educação. E isso remete a uma outra afirmação da filósofa Viviane Mosé: “A educação é o que de fato vai definir a exclusão ou a inclusão de pessoas no processo social do século XXI” (MOSÉ, 2013, 32).

Tendo dito isso, é chegada a hora de apresentar o livro *Fronteiras, Migrações e Sociedades no Brasil Meridional*. O título liga-se à área de concentração do mestrado em História (Fronteiras, Migrações e Sociedades) tendo como recorte espacial a porção meridional do Brasil. A ideia deste livro nasceu de uma prosa via *Whatsapp*, em que comentávamos sobre as dissertações defendidas no programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Chapecó, que ao serem inseridas no repositório institucional permaneciam pouco acessadas. Logo surgiu um questionamento: o que poderíamos fazer para dar visibilidade àqueles estudos acadêmicos? Várias foram as ideias: *Lives*, *Podcast*, eventos virtuais temáticos, proposição de dossiês em revistas. No entanto, o fôlego que tínhamos não era o

suficiente para tanta coisa. Decidimos, então, amadurecer o projeto de um livro com artigos em que os egressos convidados pudessem, minimamente, apresentar seus temas de pesquisas durante o mestrado em História. Os textos que apresentamos, abaixo, salvo o texto inicial, são dos egressos que deram retorno ao convite que fizemos e que se dispuseram a produzir um texto sobre suas pesquisas (ou parte delas). Também recebemos retorno de outros egressos informando que já haviam programado a publicação da pesquisa no formato de artigo em revistas científicas junto com os professores orientadores, assim como egressos que encaminharam a dissertação para avaliação de editoras para fins de publicação. Ficamos contentes com os retornos, pois, por outros caminhos, as pesquisas realizadas pelos egressos do mestrado em História também terão visibilidade local, regional, nacional e internacional.

A visibilidade que pretendemos também se estende ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História que, em seus cinco anos de funcionamento, docentes e discentes produziram um considerável volume de pesquisas acadêmicas no formato de livros, artigos, documentários, eventos científicos e ações de extensão, com ou sem recursos públicos. Mas, as origens do mestrado em história da UFFS têm uma história mais longa, contada por Antonio Marcos Myskiw no capítulo inicial intitulado “A Universidade Federal da Fronteira Sul e o mestrado em História: algumas memórias”. Trata-se de uma narrativa leve que apresenta a trajetória de criação da UFFS, dos cursos de graduação em História, da pós-graduação *Lato Sensu* em História Regional e os caminhos e descaminhos trilhados por um grupo de docentes na escrita e reescrita do projeto do mestrado em História entre os anos de 2011 a 2015. E, ao final desta narrativa, um olhar pessoal sobre alguns aspectos do cotidiano do mestrado em História.

O capítulo II tem como temática a escravidão nos Campos de Palmas, redigido por Carlos Eduardo Cardoso, tendo como título “O desaparecimento do Preto Velho Jeronymo: o pós-abolição em Palmas/PR”, onde se debruça sob um processo criminal, que tem como personagem principal Jeronymo, um negro, libertado, assassinado, onde seu cadáver é encontrado meses depois. O acusado é Carlos Rombach, um homem branco, que apesar de ser brasileiro se apresenta como imigrante russo durante o processo. Durante todo o inquérito e posterior processo crime, Jeronymo foi referido como preto “velho, pobre preto, preto desgraçado”, marcas de seu passado como sujeito escravizado. Cardoso tem como objetivo principal compreender as inter-relações que envolveram o acusado e o agredido no contexto da Primeira República e seus desdobramentos que acompanham a população negra ao longo do século XX.

O capítulo III intitulado “Colonização Militar nos Campos de Palmas: General Bormann e a Colônia Militar do Xapecó (1880-1898)” derivado da dissertação de Leticia Maria Venson, aborda o projeto de Colonização Militar, em específico a Colônia Militar do Xapecó que foi instalada pelo Ministério da Guerra em 1882 e manteve funcionamento até 1908. Venson constrói uma reflexão atenta à História Social e Agrária, tendo como método de análise a pesquisa qualitativa, com suporte da análise de conteúdo. Como fontes utilizou os Relatórios dos Ministros de Guerra e da Província do Paraná. Também utilizou os decretos de criação das Colônias Militares, a Lei de Terras, Registros de Batismos e Casamentos, além dos Relatórios dos Diretores que passaram pela Colônia do Xapecó. O objetivo da autora foi analisar a construção de um espaço social e político por parte de militares brasileiros e da

população que residia dentro da Colônia Militar e nas imediações contribuindo para a fundação e manutenção desse núcleo militar.

Douglas Henrique Pereira no Capítulo IV “Quem tem mói e quem não tem não vai moer: reflexões sobre o período do Pós-Guerra do Contestado do Alto Vale do Rio do Peixe (1920-1940)” aborda a Guerra do Contestado e o processo de colonização da região no período posterior ao conflito, apontando as possíveis razões para as desigualdades que assolam o Oeste e Meio Oeste de Santa Catarina, pois afirma que a Guerra do Contestado precisa ser analisada também tendo como pano de fundo os debates socioeconômicos que permeiam a região. Também se preocupa em analisar a construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande do Sul, o conflito armado de quatro anos, a atuação das companhias colonizadoras e a vinda dos migrantes e imigrantes para a região. Compreende que é necessário entender como ocorreu o processo de reocupação das terras após o conflito, ressignificando a região como um todo, transformando os antigos moradores em *outsiders* de suas próprias terras, são parte da fundamentação da pesquisa de Douglas.

Jordan Brasil dos Santos no capítulo V “A Divisão Sexual do Trabalho na agricultura familiar no município de Concórdia/SC” fruto do seu trabalho de conclusão de curso em economia da Universidade Federal de Santa Catarina, que estimulou novas pesquisas tendo como temática a luta das mulheres, um exemplo disso foi a dissertação defendida pela UFFS em 2020 *Eu também sou de luta: a participação das mulheres no movimento dos atingidos por barragens no Sul do Brasil*². O capítulo analisa, por meio de entrevistas realizadas com agricultores e agricultoras familiares de

² Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/3819>. Acesso em 01 jul. 2020

Concórdia – SC, se é possível afirmar que o trabalho da mulher é invisibilizado na agricultura familiar por não considerar o tempo de trabalho reprodutivo.

O capítulo VI intitulado “As Representações dos patrimônios públicos em Chapecó/Sc: uma interpretação a partir da semiótica”, do historiador e museólogo Daniel Dalla Zen tem por objetivo analisar como são construídas as representações e como é apresentada a história do município de Chapecó por meio da criação de patrimônios públicos inaugurados em datas de comemoração do aniversário do município. Levanta a hipótese de que a colonização é ressaltada em detrimento das pluralidades coexistentes. Daniel afirma que ao construir patrimônios públicos sobre a colonização o município faz uma seleção do que deve ser lembrado e prestigiado e o que deve ser esquecido e ocultado.

Sandra Kuester no capítulo VII “O *Kerbfest* como patrimônio teuto-brasileiro de Seara/SC (1993-2005)” analisa o *Kerbfest*, uma festividade que de acordo com Sandra estabelecia laços de pertencimento entre os participantes, ou seja, essa festa detinha um valor representativo não somente aos luteranos ou teuto-brasileiros, mas para os moradores de Seara. Sandra afirma que o *Kerbfest* searaense retrata parte da cultura do oeste catarinense. No capítulo além da apresentação de sua pesquisa desenvolvida no mestrado há um breve relato do processo de busca e análise das fontes primárias, parte importante para o desenvolvimento da pesquisa.

I

A UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL E O MESTRADO EM HISTÓRIA:

algumas memórias

ANTONIO MARCOS MYSKIW

Em meados de 2021 o programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Chapecó/SC, completou 5 anos de efetivo funcionamento. Certamente, se comparado com outros programas de pós-graduação de mesma natureza criados nas décadas de 1970 e 80, dirão que é “recém-nascido”. E, de fato, o é. Mas, sua concepção e gestação já tem idade de adolescente travesso e rebelde. Nos parágrafos e páginas que seguem, irei historiar¹, ainda que de forma concisa e com base em minhas memórias, os caminhos e descaminhos trilhados por um grupo de professores e pesquisadores para dar forma e submeter à área de História da CAPES o projeto do curso de pós-graduação Stricto Sensu em História, da UFFS, aprovado em fins de 2015, tendo por área de concentração “Fronteiras, Migrações e Sociedades”, desdobrando-se em duas linhas de pesquisa, que são: “História do povoamento,

¹ “Uma versão ligeiramente modificada deste texto foi publicada na revista FRONTEIRAS: REVISTA CATARINENSE DE HISTÓRIA - n. 37, p. 271-286, jul.-dez./2021 | DOI: <https://doi.org/10.36661/2238-9717.2021n37.12489>”

da agricultura e do meio ambiente” e “História dos movimentos e das relações sociais”.

A área de concentração e as linhas de pesquisas não foram construídos apenas em atenção aos projetos de pesquisas e temáticas de atuação preferidas dos docentes. À área de concentração e às linhas de pesquisas estão articuladas uma concepção de Universidade, os anseios dos movimentos sociais que deram força para que ela viesse a sair do papel por meio da articulação política e social e a necessidade de olhar o passado humano para pensar e repensar o futuro da humanidade no que se refere à questão ambiental e a produção de alimentos saudáveis. Por isso, antes de adentrar nas particularidades de minhas memórias sobre a história do mestrado em História, dedicarei alguma atenção à criação da UFFS e à criação dos cursos de graduação em História (campus Chapecó e Erechim) e do curso de especialização Lato Sensu em História Regional. Sem eles, não há como compreender alguns desdobramentos que levaram a várias alterações dos projetos do Mestrado em História.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A CRIAÇÃO DA UFFS

É necessário mencionar que a criação da UFFS, ainda que atribuída ao governo de Luís Inácio Lula da Silva, teve origem com a aproximação de movimentos sociais (sobretudo camponeses) dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná em torno da possibilidade de ser criar uma universidade federal pública e gratuita na fronteira Sul do Brasil. Os movimentos sociais, a muito tempo, tinham percebido o avanço significativo do ensino superior privado na região de fronteira com apoio financeiro de

grupos empresariais (beneficiários de investimentos públicos) cujo compromisso, salvo exceções, não era uma educação superior de qualidade com foco na atenção às necessidades regionais, mas na oferta de cursos de graduação que viessem atender a determinadas camadas sociais. Se num primeiro momento os cursos superiores possuíam qualidade formativa, com o passar do tempo as faculdades e universidades privadas voltaram sua atenção ao lucro (via isenções fiscais e previdenciárias por meio dos programas ProUni e Fies, criados durante o primeiro governo Lula) diminuindo o tempo de formação e contratando professores com baixa titulação e sem experiência em docência, fazendo jus à expressão “fábricas de diplomas”. Salvo exceções, o egresso formado deixava a desejar no exercício profissional nos cursos de licenciaturas e bacharelados, pois o tempo destinado à formação, sobretudo em período noturno, não possibilitava o envolvimento e a compreensão do real significado da articulação entre o ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura no processo formativo.¹

Os movimentos sociais rurais da fronteira Sul do Brasil não queriam uma universidade qualquer e, muito menos, uma Universidade Federal nos moldes existentes nas capitais dos estados e da região litorânea do Brasil. Almejavam uma universidade federal pública, inclusiva e gratuita, que viesse a atender às demandas das populações urbanas e rurais, atrelada a um denso projeto formativo para que a juventude, além de permanecer no campo e nas cidades de origem (perto de seus familiares) pudessem ter um curso de graduação de excelência para o exercício profissional e a capacidade de ler, compreender e elaborar a crítica social sobre os

¹ Para saber mais a respeito das políticas públicas implementadas pelos governos Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, veja: MOTA, Carlos Guilherme. *Educação Contra ideologia e Cultura: desafios e perspectivas*. São Paulo: Globo, 2011.

mais diversos temas e problemas do tempo presente. Por meio do Programa Reuni (Programa de apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, implementado pelo Ministro da Educação Fernando Haddad no segundo governo Lula e que integrava o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE 2000/2010) a partir de 2006, o Projeto de Lei n. 6037/2005 elaborado pelo Deputado Federal Claudio Vignatti, que propunha criar uma Universidade no Oeste de Santa Catarina, ganhou força política. Os movimentos isolados em torno da criação de uma universidade, até então existentes no norte do Rio Grande do Sul, no Oeste de Santa Catarina e no Sudoeste do Paraná, foram direcionados para uma causa única: a criação da então Universidade Federal da Grande Fronteira Mercosul (UFGFM). Esse projeto, no entanto, eclipsava o projeto destinado à criação da Universidade da Integração Latino-Americana (UNILA) em Foz do Iguaçu/PR.

Não havia concordância, sobretudo pelos movimentos sociais do campo, sobre a proposta de universidade apresentada no Projeto de Lei n. 6037/2005. As demandas dos movimentos sociais apresentadas pelas lideranças camponesas estavam parcialmente contempladas e a concepção filosófica do perfil, metas e missão da universidade existentes no projeto careciam de maior debate e amadurecimento. Comissões foram criadas para amadurecer o modelo de universidade, dando origem ao “Movimento pró-Universidade Federal” composta por lideranças políticas, movimentos sociais urbanos e rurais, representações das Universidades Federais de Santa Catarina e de Santa Maria e representantes do Ministério da Educação. Em outubro de 2007, por meio da portaria n. 948/MEC/2007, o Ministério da Educação criou a comissão de elaboração do projeto da universidade federal na Fronteira Sul e assumiu o compromisso de tirá-la do papel após sua aprovação.

Num primeiro momento, o projeto da Universidade Federal previa ter apenas um único *campus*, com sede em Chapecó/SC., Mas no decorrer das reuniões da comissão de elaboração do projeto, os argumentos favoráveis à estrutura multicampi nos três estados da federação tornaram-se cada vez mais consistentes na medida em que cada *campus* seria pensado para atender às fragilidades sociais, culturais e econômicas de sua região de inserção. Para isso, era necessário seguir alguns elementos norteadores, definidos pela comissão de elaboração do projeto: atenção à agricultura familiar camponesa e às matrizes produtivas regionais, como forma de conter o êxodo rural e a questão da sucessão familiar; a defesa do meio ambiente e a sustentabilidade, visando substituir as matrizes energéticas existentes e que causam impacto direto e indireto à população do campo e da cidade; o diálogo interdisciplinar entre as diferentes áreas do conhecimento nas ações de ensino, pesquisa, extensão e cultura; a produção de alimentos saudáveis, com foco na agroecologia e na produção orgânica ou convencional sem agrotóxicos; o estudo da história, da memória e da cultura da região de fronteira; e uma universidade federal pública, popular, inclusiva e sustentável, com norte teórico assentados nas reflexões realizadas por Anísio Teixeira, Florestan Fernandes e Boaventura de Souza Santos.

A gestação do projeto da Universidade Federal para fronteira Sul do Brasil encontrou terreno fértil no que se refere ao debate teórico, pois o modelo de Universidade então existente no mundo ocidental globalizado encontrava-se em crise e os debates e embates sobre os rumos das universidades europeias e nas Américas tinham produzido reflexões que iam de encontro ao modelo de universidade desejado para a fronteira Sul, que eram: a democratização do acesso ao ensino superior; as atividades de extensão li-

gadas aos problemas sociais, à exclusão e à discriminação social; a pesquisa científica envolvendo as comunidades, as organizações e movimentos sociais; a ecologia de saberes, que consistia no diálogo entre o saber científico e saber popular, trazendo este último para dentro da universidade; a aproximação com a escola pública, estabelecendo a integração entre a formação profissional e a prática de ensino.

Se no plano teórico as coisas estavam relativamente bem encaminhadas, no plano prático, a definição da estrutura física da universidade federal rendeu muitos debates, embates e articulações políticas, dentro e fora da comissão para elaboração do projeto. O número de *campus* saltou de 3 *campi* (um para cada estado) para 5 *campi* (dois no RS, dois em SC e um no PR) e, mais tarde, para 11 *campi* já prevendo o plano de expansão futuro. O Ministério da Educação, em reunião ocorrida na UFSC, em dezembro de 2007, restringiu o número de *campus* em função do custeio com obras e manutenção, delimitando em 4 *campi* (um no PR, um em SC e dois no RS). A definição de quais municípios seriam atendidos também foi objeto de debates, tensões e articulações políticas, dentro e fora da comissão. Chegou-se a montar uma comissão paralela só para definir os municípios que seriam escolhidos para sediar os *campi* da nova universidade federal. Quando da redação final do projeto decidiu-se pelo número de 5 *campus*, distribuídos da seguinte forma: Erechim/RS, Cerro Largo/RS, Chapecó/SC, Realeza/PR e Laranjeiras do Sul/PR. Chapecó/SC ficou com um único *campus* por conter a reitoria em sua estrutura.

O ano de 2008 e início de 2009 foram de intensos trabalhos para a comissão de elaboração do projeto da universidade, sobretudo para definir quais e quantos cursos de graduação seriam ofertados nos *campi*, levando-se em conta as premissas discutidas

e definidas em 2007. Em 16 de julho de 2008, o projeto de lei de criação da Universidade Federal da Fronteira Sul (era esse o nome utilizado no Projeto de Lei) foi assinado por Luís Inácio Lula da Silva, cujo passo seguinte era a apreciação e aprovação pelo Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal). Enquanto o Projeto de Lei n. 3774/2008, tramitava na Câmara dos Deputados, Fernando Haddad deu posse à Comissão de Implantação da UFFS (Portaria no 148/MEC), em 11 de fevereiro de 2009. Cabia à Comissão de Implantação da UFFS, junto com os movimentos sociais que deram sustentação e articulação política para que a universidade viesse a ser criada, definir os cursos de graduação e as áreas prioritárias de atuação levando-se em consideração os debates e encaminhamentos já realizados. A área das Ciências Agrárias e das Licenciaturas foram consideradas prioritárias. Após a definição dos cursos de graduação a serem implantados nos cinco *campi*, docentes das Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (que atuou como Universidade tutora da UFFS) foram convidados a colaborar na elaboração dos projetos político-pedagógicos dos cursos, que, por sua vez, forneciam o quantitativo e o perfil dos docentes e servidores técnicos necessários para implementar e integralizar os cursos seguindo a grade curricular institucional, dividida em três eixos: Domínio Comum, Domínio Conexo e Domínio Específico.

Em 25 de agosto de 2009 o Projeto de Lei n. 3.774/2008, que já tramitava no Senado Federal sob número 152/2009, foi aprovado nas câmaras temáticas do Senado Federal e encaminhado para promulgação do Presidente da República. A cerimônia de assinatura da Lei n 12.029, criando a Universidade Federal da Fronteira Sul, ocorreu em 15 de setembro de 2009. Um mês depois, foi nomeada a gestão pró-tempore da UFFS, que em seus

primeiros atos requisitou alguns servidores da UFSC para agilizar o início das atividades letivas, que deveriam iniciar em 29 de março de 2010. Tudo estava por fazer, a começar pelos concursos docentes e de técnicos administrativos, a definição e adequação dos espaços provisórios para o início das aulas nos campi, a aquisição de mobiliários, computadores, livros, equipamentos para laboratórios, contratação de serviços terceirizados para vigilância e limpeza, entre outras demandas menores.

A ÁREA DE HISTÓRIA, NA UFFS

Os cursos de graduação de Licenciatura em História foram direcionados aos *campi* de Chapecó/SC e Erechim/RS, com turmas de 50 vagas, nos períodos matutino e noturno. Os movimentos sociais percebiam claramente a necessidade da criação de uma licenciatura em História em universidade pública e gratuita, pelo fato de que a oferta do curso de História em instituições comunitárias e privadas passavam por uma redução significativa de turmas e mesmo o fechamento de cursos em função da baixa lucratividade das mantenedoras no Sudoeste do Paraná, no Oeste de Santa Catarina e no Noroeste e Norte do Rio Grande do Sul. Algumas faculdades passaram a ofertar o curso de História somente na modalidade a distância. Também era premente a necessidade de um curso de História que, por meio de disciplinas, projetos de ensino, pesquisa e extensão, viesse a ocupar-se da escrita e reescrita da história local e regional, bem como o fomento à coleta, organização, catalogação e preservação de documentos históricos, quer nos laboratórios da UFFS, quer em centros de memórias, arquivos históricos e museus. Havia, ainda, ausência (ou presença tímida)

de políticas públicas municipais voltada à preservação da memória e da história local. Por isso, o perfil do aluno egresso dos cursos de licenciatura em História, da UFFS, previa uma densa formação para a docência no ensino fundamental e médio, sem descuidar das competências mínimas às atividades de pesquisa e escrita da história mediante o manuseio e o cruzamento de diferentes tipologias documentais e do cuidadoso diálogo e crítica à historiografia existente.

A exemplo de outros cursos de graduação, quando da chegada dos primeiros professores para lecionar nos cursos de História, entre os meses de fevereiro e março de 2010, havia um esboço inicial do projeto político-pedagógico do curso de licenciatura em História elaborada por docentes da área de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O esboço serviria aos dois *campi* e, por orientação da Pró-reitoria de Graduação e sua equipe, era necessário empreender uma força-tarefa para concluir os projetos político-pedagógicos ainda em 2010 para aprovação nas instâncias colegiadas da UFFS e postagem no portal e-MEC. Houve possibilidade de alterar a grade curricular, ementas e bibliografias contidas no esboço do curso de História, mas o número reduzido de professores da área de história em ambos os cursos de graduação era pequeno e, somado a isso, havia sobrecarga de atividades porque alguns historiadores assumiram, junto com as aulas, cargos de gestão nos *campi* ou na reitoria. Não havia fôlego para repensar a estrutura curricular do curso de História e, frente ao tempo e corpo docente existente, era necessário dar forma ao projeto político-pedagógico do curso deixando para outro momento a resolução de um conjunto significativo de questões levantadas durante as reuniões conjuntas para afinar e concluir o documento norteador.

A finalização e a postagem do Projeto Político Pedagógico

único dos cursos de História ocorreram ainda em 2010. Na medida em que chegavam novos docentes para assumir as áreas específicas dos cursos de História, como era de se esperar, conversações e reuniões foram realizadas com o objetivo sinalizar e propor ajustes nas ementas e bibliografias de várias componentes curriculares, além da ampliação do número de componentes curriculares optativos para incluir temáticas ligadas às áreas de pesquisa dos docentes. Também e, por extensão a essa necessidade de ajustes, os docentes dos *campi* de Chapecó e Erechim ensaiaram mudanças mais incisivas nos cursos visando atender as especificidades de cada cidade e região onde estavam inseridos (que eram bem distintos entre si) e que tivessem identidades e perfil formativo próprios, sem abandonar aqueles exigidos aos alunos egressos para atuar na docência. Essa identidade, em parte, estava atrelada ao perfil de formação dos docentes de cada *campus*, mais precisamente, aos aportes teóricos e epistemológicos que eles acolheram quando do desenvolvimento de suas pesquisas acadêmicas de mestrado e doutorado.

Os colegiados dos cursos de História foram autorizados a fazer ajustes nos projetos político-pedagógicos no decorrer do ano de 2012. Esses ajustes, ocorridos nas justificativas, nas fundamentações e na grade curricular, resultaram em projetos de cursos ligeiramente distintos e perfis teóricos próprios. Tais particularidades aparecem de forma discreta em várias ementas e bibliografias de componentes curriculares obrigatórias. Mas é no rol de componentes curriculares optativos onde se evidencia com clareza as novas roupagens dos cursos de História: a História Cultural, a História da Ciência e a História Pós-Moderna no *campus* Erechim, a História Social, a História Ambiental e a História Regional no *campus* Chapecó.

As alterações realizadas nos projetos político-pedagógicos dos

cursos de graduação em História deram o norte teórico/epistemológico e o perfil dos concursos docentes realizados nos anos seguintes para que houvesse a integralização dos cursos de graduação até 2015. Também influenciou (e influência até os dias de hoje) no desenvolvimento de pesquisas de iniciação científica, nas temáticas dos trabalhos de conclusão de cursos dos alunos concluintes e nas ações de ensino, extensão e cultura ofertados à comunidade regional no formato de eventos científicos, cursos, projetos e programas de ensino, extensão e cultura.

Além dos docentes que compuseram os colegiados dos cursos de História nos *campi* de Chapecó e Erechim, ao menos um docente da área de História foi alocado nos demais *campi* da UFFS para ministrar a componente curricular de “História da Fronteira Sul”. Essa disciplina integra o eixo do Domínio Comum e sua oferta é obrigatória em todos os cursos de graduação e, entre as temáticas inscritas na ementa está a abordagem da história e cultura indígena e afro-brasileira na região Sul do Brasil visando atender a Lei n 11.641, de 10/03/2008, que tornou obrigatório a inclusão da temática “História e Cultura afro-brasileira e indígena” nos currículos de todos os níveis de ensino, bacharelados e licenciaturas. Se por um lado os historiadores que lecionavam nos *campi* onde não havia curso de História tinham a oportunidade ímpar de criar diferentes dinâmicas de abordagens das temáticas observando as particularidades dos cursos de graduação (bacharelados e licenciaturas) e o perfil dos alunos egressos, por outro lado ficaram isolados com relação aos *campi* que possuíam os cursos de graduação em História. Tal situação exigiu deles o diálogo interdisciplinar para se inserir em grupos de pesquisas, grupos de estudos e o desenvolvimento de ações de ensino, extensão e cultura nos *campi*.

A PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA NA UFFS

Quando da criação da UFFS houve pactuação entre o MEC, a Capes e a gestão pró-tempore da Universidade sobre a oferta de ao menos quatro mestrados e dois doutorados até o ano de 2016, como condição para que a UFFS mantivesse o *status* de Universidade. Nos primeiros concursos docentes, o número de docentes aprovados e convocados com o título de doutor(a) na área de História era pequeno tendo em vista que os editais de concurso não exigiam o doutoramento como critério para acesso à vaga aberta em concurso. A pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação em seus diálogos com a Capes conseguiu algumas vagas para professor visitante via Programa Professor Visitante Nacional Sênior (PVNS). Por meio de edital, os pesquisadores *sênior*s deveriam submeter suas inscrições e planos de trabalho por um período de 2 anos, renovável por igual período. Em maio de 2010, a UFFS recebeu o prof. Dr. Paulo Afonso Zarth, da área de História, como primeiro Professor Visitante Nacional Sênior, tendo por objetivo desenvolver pesquisas sobre “História do Campesinato e Indígena na fronteira Sul do Brasil” e contribuir na elaboração do primeiro projeto de mestrado, encaminhados à Capes em 2011.

Durante a realização da I Conferência de Ensino Pesquisa e Extensão da UFFS (I Coepe) no rigoroso frio do mês de junho de 2010, a comunidade acadêmica e regional pôde debater e propor ações em dez eixos temáticos que serviriam para a elaboração das políticas de ensino, pesquisa, extensão e cultura da UFFS para os próximos anos. No eixo temático “História e Memória Regional” realizado em todos os *campi*, cuja sistematização consta no documento final da I Coepe, a necessidade de criação de programas de pós-graduação *Lato* e *Stricto Sensu* foi objeto diversas falas e

teve como indicação as seguintes linhas temáticas: “História Indígena e Movimentos Sociais do Campo” e “Movimentos Sociais Urbanos, história e fronteiras”. É importante frisar que a História Indígena e dos Movimentos Sociais quando da criação da UFFS eram temas em evidência na fronteira Sul do Brasil, pois diversas populações camponesas e indígenas tinham conseguido assegurar áreas de terras para assentar/reassentar seus integrantes em áreas desapropriadas para fins de reforma agrária ou processos de reconhecimento de ancestralidade de terras indígenas e remanescentes de quilombos. Pesquisar e escrever a história do campesinato, das etnias indígenas e negras na fronteira Sul era mais uma forma de contribuir para que a história e a luta dos movimentos sociais, das etnias indígenas e negras servissem como instrumento de argumentação jurídica favorável nos processos que ainda tramitavam nos poderes judiciários estaduais e federal.

No entanto, o grupo de docentes da área de História com doutorado era pequeno e a produção acadêmica era diversificada, ainda que as temáticas de pesquisa estivessem inseridas na fronteira Sul do Brasil. Aproveitando a presença do professor visitante sênior, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFFS em diálogo com os docentes doutores da área de História entendeu ser o momento de formalizar a criação do Grupo de Trabalho (GT) “História e Memória Regional” e a certificação do Grupo de Pesquisa “Sociedade, Movimentos Migratórios e História Ambiental (Fronteira Sul do Brasil, séc. XVI a XXI). O Grupo de Trabalho e o Grupo de Pesquisa tinham por meta centrar esforços para dar unidade de pesquisa e publicações conjuntas visando planejar, escrever e submeter uma proposta de mestrado acadêmico no ano de 2011.

Nos primeiros dias de março de 2011, o GT “História e

Memória Regional” promoveu reunião de trabalho e, dentre as ações previstas naquela reunião de trabalho estava a atividade de consultoria externa para dialogar sobre a proposta de mestrado em construção. Na condição de consultor, o professor Dr. Luiz Carlos Soares (membro da área de História da Capes) da Universidade Federal Fluminense (UFF) apresentou o cenário dos cursos de pós-graduação em História no Brasil, os critérios adotados para a seleção de novos programas de mestrado acadêmico e os itens necessários para que um novo mestrado fosse acolhido pela Comissão da área de História da Capes. Foi um momento muito profícuo e, ao mesmo tempo, preocupante. Havia muito chão a ser percorrido até a submissão da proposta de mestrado, pois a produção acadêmica dos docentes necessitava ser ampliada (sobretudo em revistas acadêmicas com *Qualis*); os laboratórios da área de História estavam por iniciar as atividades; as bibliotecas eram carentes de bibliografias gerais e temáticas e; não havia infraestrutura de salas de aulas para acolher os mestrandos e a equipe de coordenação do futuro mestrado.

O GT “História e Memória Regional”, ainda que percebendo as fragilidades existentes, elaborou e submeteu uma proposta de mestrado em 2011. Noutro movimento, criou o curso de pós-graduação *Lato Sensu* em História Regional, com oferta no Campus Chapecó. O projeto foi aprovado *ad referendum* em maio de 2011 e as aulas tiveram início na primeira semana de agosto do mesmo ano, com 35 alunos. Figuravam na grade curricular da pós-graduação em História Regional as disciplinas de “História e historiografia do Contestado”; “História Ambiental e da Agricultura”; “História do Campesinato”; “A Fronteira Sul do Brasil: Múltiplas Abordagens”; “Imigração e Processos Migratórios”; e “Arqueologia e Populações Indígenas”. O destaque a essas disciplinas é necessá-

rio, pois elas seriam elencadas no rol das disciplinas obrigatórias ou eletivas da proposta de mestrado encaminhada em 2013.

O GT do mestrado era composto por docentes doutores de todos os *campi* da UFFS. As reuniões ocorriam geralmente no *campus* Chapecó em função do tempo de deslocamento dos docentes para participar das reuniões presenciais tendo em vista que a universidade ainda não possuía os equipamentos de teleconferência para possibilitar a realização das reuniões à distância. Na medida em que o projeto da segunda proposta de mestrado foi tomando forma, a partir das considerações tecidas pela área de História da Capes tendo como base a primeira proposta enviada e que não foi acolhida, o preenchimento do formulário de curso novos da Capes era redesenhado. Algumas decisões tinham de ser tomadas, dentre elas o campus de oferta, o perfil teórico do curso e a definição das linhas de pesquisas. Houve polarização dos docentes vinculados aos *campi* de Chapecó e Erechim, cada qual, argumentando favoravelmente à oferta do mestrado em seu *campi* de origem. Os desgastes foram sentidos fortemente entre os membros do GT com a acolhida do campus Chapecó como sede do mestrado em História. Outro fator que desestimulou alguns docentes em continuar integrando o GT foram as reuniões em que o perfil teórico do mestrado foi objeto de apreciação. Alguns docentes propunham um enfoque na História Cultural com traços na pós-modernidade e outros o olhar da História marxista culturalista. A decisão pelo viés marxista culturalista com ênfase nos estudos rurais ocorreu por vários fatores, dentre eles, a latente necessidade do estudo da ruralidade na fronteira Sul do Brasil por diferentes prismas e o diálogo interdisciplinar com a Geografia e as Ciências Sociais; a experiência da oferta da pós-graduação *Lato Sensu* em História Regional, que forneciam elementos importantes quanto ao perfil de

alunos e das temáticas de pesquisas que suscitavam o uso da historiografia marxista como aporte teórico e metodológico; as novas modalidades de pesquisa histórica: a História Agrária e a História Ambiental. Quanto às linhas de pesquisas, inicialmente, os docentes propunham três linhas: “Ensino de História: teorias e metodologias”, “História e sociedades na América Latina” e “Sociedade, movimentos migratórios e história ambiental”. Muitos docentes resistiam em manter a linha de Ensino de História, pois argumentavam que essa temática era comum nos mestrados profissionais em História ou nos mestrados acadêmicos em Educação. A linha de Ensino de História acabou por ser excluída, provocando mais desencantos e dissabores entre os docentes que compunham o GT.

Com essas definições, a área de concentração e as linhas de pesquisas do mestrado foram delineadas. Área de concentração: “História, Fronteiras e Mobilidades na América Meridional”. Linhas de Pesquisa: “Fronteiras, Movimentos Sociais e História Ambiental” e “Fronteiras, Integração e Identidades na América Meridional”. O foco principal do mestrado em História centrava-se no estudo da História Ambiental e da Agricultura; nos processos de ocupação, colonização da região Sul do Brasil; nas trajetórias dos movimentos sociais; no estudo da história política latino-americana atenta aos discursos ligados à integração; e no estudo das relações de fronteira e mobilidades da população fronteiriça.

A segunda proposta de mestrado acadêmico em História foi submetida à Capes no primeiro semestre de 2013 para ser apreciado no decorrer do segundo semestre do mesmo ano. Em meados de setembro de 2013 a comissão da área de História emitiu parecer e, ainda que reconhecendo o mérito da proposta, não recomendou a aprovação do mestrado em História considerando que havia necessidade de adequação da infraestrutura (sobretudo as

instalações físicas), a pouca disponibilidade de acervos bibliográficos, a baixa produtividade docente e a necessidade da consolidação da pesquisa.

O parecer deu fim às expectativas dos membros do GT em implantar o mestrado em História no ano de 2013. A primeira reunião do GT após o parecer da área de História da Capes foi para apreciar o teor do documento e avaliar os rumos a serem trilhados daquele momento em diante. Ainda que houvesse tempo para apresentar pedido de reconsideração ao parecer, tal ação foi desencorajada pelos membros do GT por considerar que havia poucos argumentos consistentes para contra-argumentar os quesitos avaliados com nota baixa. Houve proposição da extinção do GT, mas a maioria dos membros compreendeu que a proposta poderia ser melhorada e era necessário qualificar os itens mal avaliados visando nova submissão somente em 2015, pois não havia tempo e nem fôlego para os membros do GT incidirem esforços para sanar as fragilidades da proposta porque parte delas referia-se à infraestrutura e acervo de livros, portanto, uma demanda institucional que ensejava planejamento e execução mediante previsão orçamentária para os próximos anos.

As obras do *campus* de Chapecó possibilitaram a inauguração de alguns prédios em 2014, proporcionando novos espaços destinados a abrigar a biblioteca, laboratórios, salas de professores, áreas de convivência, auditórios e espaços destinados às atividades dos programas de pós-graduação implantados ou em processo de implantação. Houve, também, a aquisição de livros para ampliar o acervo de obras destinadas à integralização dos cursos de graduação e dos cursos de especialização e mestrados em andamento. A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação também deu atenção às demandas dos GTs de mestrados, quanto à destinação

de recursos para aquisição de livros, participação em eventos e publicações.

Mas para além dos quesitos acima destacados, o desenvolvimento de pesquisas e publicações individuais e conjuntas dos docentes que integravam o GT, continuava a ser o critério central a ser melhorado. Houve um esforço individual e coletivo significativo no decorrer do ano de 2013, 2014 e 2015 para superar esse obstáculo. Com apoio e o envolvimento direto dos professores visitantes sêniores da UFFS, Paulo Afonso Zarth e Valmir Francisco Muraro, foram organizados alguns livros para evidenciar o trabalho coletivo de algumas publicações dos docentes. Dentre os livros publicados estavam: “História da Fronteira Sul” (2015), “Colonização, conflitos e convivências na fronteira do Brasil, da Argentina e do Paraguai” (2015) e “Contestado: Fronteiras, Colonização e Conflitos” (2015). Publicações que contavam com a contribuição de pesquisadores do GT e de pesquisadores de diferentes Universidades do país e do exterior.

Os diálogos resultantes da consultoria com o professor Carlos Fico foram pouco promissores em 2014. Ao contrário da consultoria realizada com a Cláudia Wassermann, em 2015, que efetivamente fez um estudo das fragilidades e potencialidades da proposta, do grupo de docentes vinculados ao GT e de como a inserção de um novo programa de pós-graduação contribuiria para a região de inserção da UFFS da fronteira Sul do Brasil. Também se dispôs a conhecer os acervos documentais e o patrimônio cultural alocados no Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), que guardam e disponibilizam para a pesquisa um vasto número de documentos sobre a história da região de fronteira. O destaque para as potencialidades da proposta de mestrado eram frutos do que o GT havia conseguido crescer e qualificar, sobretudo no que

se refere às fragilidades apontadas no parecer de 2013. Havia, em 2015, infraestrutura para acolher o programa de pós-graduação e os laboratórios, bem como aumento significativo do acervo de livros físicos e digitais disponíveis aos docentes e discentes. Em igual medida, houve ampliação da produção acadêmica dos docentes, explicitando o empenho do GT para obter êxito junto à área de História da Capes.

A proposta de mestrado encaminhada à Capes em 2015, teve como área de concentração “Fronteiras, Migrações e Sociedades” e duas linhas de pesquisas: “História do povoamento, da agricultura e do meio ambiente” e “História dos movimentos e das relações sociais”. Se comparado ao projeto anterior, houve muitas alterações e não se restringiu ao projeto. A equipe de docentes atreladas ao projeto passou a contar com pesquisadores da área da Geografia, Ciências Sociais, Arqueologia e Patrimônio histórico-cultural, tornando a proposta mais aberta ao diálogo interdisciplinar. Pesquisadores esses, acolhidos em função de suas produções acadêmicas nas linhas de pesquisas propostas e pela abertura ao diálogo, ao ensino e à pesquisa amparadas nas categorias de Fronteira, Migrações e Sociedade; e nos aportes teóricos da História Ambiental, da História Agrária/História Rural e dos Movimentos Sociais.

Sabíamos, no entanto, que o contingenciamento de gastos no fomento da Capes à Pós-Graduação ocorridos em 2014 provavelmente se repetiriam em 2015. Ainda que previstos na dotação orçamentária, o fomento às pós-graduações (além de sofrer com a redução de investimentos em pesquisas e bolsas a docentes e discentes) impactariam na acolhida de novos programas de pós-graduação. Havia, assim, um misto de expectativa e apreensão quanto à análise e parecer à proposta de mestrado. Em dezembro de 2015, o Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES)

durante a 161ª reunião, homologou e publicizou os pareceres da área de História da Capes. Naquela rodada de submissão de novas propostas de mestrado acadêmico, a proposta que submetemos foi a única recomendada, dentre dezenas de outras propostas. O parecer, com nota 3, reconhecia que a proposta era consistente, original e traduzia o projeto institucional da UFFS e as carências formativas na área de História na região de inserção da UFFS; que a proposta possuía um corpo docente com dimensão, formação e experiência adequadas para garantir a materialização do projeto.

A aprovação do mestrado em História foi devidamente comemorada, pois era fruto de 5 anos de um Grupo de Trabalho. Até o lançamento do mestrado em História da UFFS, ocorrido em 30 de março de 2016, muitas ações institucionais foram necessárias para cumprir as exigências legais para aprovação interna do projeto de mestrado e seus regramentos. No mesmo ato público foram nomeados os coordenadores do programa de pós-graduação e a publicação do edital do processo seletivo para seleção dos 15 primeiros alunos, cujo cronograma previa o início das aulas na primeira semana de agosto de 2016.

O curto prazo destinado à divulgação e o período de inscrição ao processo seletivo resultou em 39 inscritos. As diferentes etapas do processo seletivo foram conduzidas por uma comissão formada por docentes do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH). Destaco aqui, um momento que considero particularmente emocionante e, ao mesmo tempo, propositivo, que foram (e tem sido até hoje) as entrevistas presenciais (ou virtuais) com os candidatos. Num tempo muito curto, sabe-se da história de vida dos candidatos, das dificuldades vividas, das conquistas obtidas e dos desafios que projetam para suas vidas nos próximos anos como pesquisadores e as renúncias que estão dispostos a fazer

para cursar o mestrado em História. Ainda que tenha havido todo um rigor acadêmico considerando os critérios previamente adotados como referência para acolher, ou não, os candidatos como futuros alunos do PPGH, algumas trajetórias de vida revelam-se dignas da produção de um documentário cinematográfico. Em alguns momentos, raciocinei e considerei mais o perfil de egresso que seria formado pelo PPGH e sua inserção na comunidade regional do que, costumeiramente, no perfil do aluno ingressante; que o resultado da pesquisa, a formação humana e acadêmica do candidato ingressante era mais importante do que o resultado da prova escrita e de seu desempenho na entrevista e no currículo apresentado. Mas minha forma de raciocínio era uma atitude particular que se diferenciava do olhar e compreensão dos demais membros da Comissão.

Em agosto de 2016 tiveram início as aulas. 15 alunos mestrandos. Os primeiros semestres foram um tempo de experimentação e aprendizado sem igual. Os docentes tinham experiência nos processos de ensino e aprendizagem com os alunos de graduação, mas era necessário repensar muitas das práticas docentes para lecionar no mestrado, sobretudo tendo em mente que havia um número menor de alunos e um nível intenso de leituras, reflexões e debates. Era necessário, também, conhecer os projetos de pesquisas dos mestrandos para criar situações de diálogos dos livros e textos propostos com os temas de pesquisas dos alunos. Por outro lado, alguns alunos não tinham formação na área de História, exigindo dos docentes uma atenção maior para abordar os temas de cada componente curricular. Por outro lado, ter mestrandos com outra formação acadêmica tornava os debates e olhares sobre os temas e problemas levantados no decorrer da aula ainda mais instigantes.

Uma decisão acertada desde o primeiro semestre de aulas do mestrado em História foi construir o calendário de atividades e componentes curriculares com oferta nos três primeiros dias da semana, intercalando, na medida do possível, manhã, tarde e noite. Facilitou o planejamento dos docentes e a possibilidade de os mestrandos articularem horários alternativos e flexíveis para as jornadas de trabalho, sobretudo a aqueles que não conseguiram afastamento integral para cursar o mestrado. A coordenação do mestrado, mediante essa distribuição de aulas e atividades, tinha dois dias da semana para outros planejamentos, reuniões, atendimento aos mestrandos e encaminhamentos junto a secretaria do curso.

Outra atitude que, aos poucos, tornou-se comum entre os docentes das linha de pesquisa foi a participação de dois ou mais professores em uma mesma componente curricular, simultaneamente ou não, a depender do planejamento das aulas. Tal prática ampliou sensivelmente os diálogos, os debates e o cruzamento de conhecimentos dos docentes e discentes nos temas abordados. E ainda, por mais que no projeto do curso de mestrado em História tenha sido atribuído a determinado docente uma ou mais componentes curriculares, a participação de docentes de uma mesma linha em uma ou mais componentes curriculares inibe (ainda que não impeça) que um determinado docente venha a “tomar posse” de determinada disciplina e se disponha a lecionar somente a mesma ementa no decorrer dos anos.

Outra questão sensível entre o corpo docente do mestrado em História é a produção docente, que desde o início do programa de pós-graduação, tem se mostrado heterogêneo, isto é, alguns docentes produziram e publicaram mais do que outros. Em parte, esse desequilíbrio na produção científica pode ser explicado pelo fato de que alguns docentes do mestrado ocupavam cargos de

gestão na UFFS (Pró-Reitor, Diretor de Pós-Graduação, Diretor de Cultura, Diretor de Extensão, Diretor de Campús), resultando na diminuição do tempo dedicado à pesquisa científica. Por outro lado, esses docentes vinculados a cargos de gestão acumularam outros saberes e experiências que, aos poucos, passaram a ser aplicados junto ao mestrado em História, ao mesmo tempo em que a produção acadêmica dos mesmos docentes tem aumentado sensivelmente na submissão de projetos de pesquisas, projetos de extensão, participação mais intensa nos componentes curriculares obrigatórias e optativas, nas orientações de mestrandos com maior dedicação e na escrita de artigos, capítulo de livros e livros, como pode-se notar na produção científica referente ao ano de 2020.

Ainda que o orçamento da CAPES junto ao Ministério de Ciência e Tecnologia tem sido objeto de redução ano a ano, impactando diretamente na produção da pesquisa acadêmica, dentro e fora de laboratórios. O mestrado em História da UFFS tem sobrevivido a esse tempo de escassez na Capes conseguindo bolsas para mestrandos e recursos financeiros aos projetos de pesquisas dos docentes ao concorrerem e serem exitosos junto aos editais de fomento à pesquisa das fundações de apoio a pesquisas dos governos do Paraná (Fundação Araucária), Santa Catarina (Fapesc) e do Rio Grande do Sul (Fapergs). Alguns editais internos, da UFFS, também contemplam algum recurso para o desenvolvimento de pesquisas e bolsas aos mestrandos, mas como há limitações de recursos orçamentários, não atendem a todos os docentes e discentes.

As exigências da CAPES para com os programas de pós-graduação, sobretudo a produção acadêmica dos docentes e discentes, as parcerias nacionais e internacionais no formato de acordos de cooperação, a aprovação dos docentes e editais de pesquisas, com ou sem bolsistas e recursos financeiros, e a constante pres-

são pela publicação de artigos científicos com *Qualis*, são fatores que levam ao adoecimento dos docentes e discentes. O preenchimento da Plataforma Sucupira, por exemplo, tem sido traumático, desgastante e estressante aos coordenadores e secretários das pós-graduações. Destaco, aqui, o relatório quadrienal solicitado via Plataforma Sucupira que consumiram meses de dedicação quase que exclusiva dos coordenadores de cursos. Para aliviar a tensão e os excessos de horas de trabalho frente ao computador, comissões têm sido institucionalizadas no âmbito dos colegiados dos mestrados para ajudar os coordenadores e secretarias de os programas de pós-graduação preencher os diversos campos do Sucupira. É necessário implementar sistemas integrados de coleta de informações dos programas de pós-graduações, de seus docentes e discentes para que os relatórios se tornem mais enxutos, eficientes e produtivos aos avaliadores e aos coordenadores de pós-graduações para que, sem estresse e problemas de saúde e com base em tais informações, possam pensar, repensar e redesenhar ações para qualificar os programas de pós-graduação visando, ao final de um ciclo avaliativo, obter nota maior que a anterior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste texto narrativo, baseado nas minhas memórias sobre a criação e implementação do programa de pós-graduação em História da UFFS, acabamos por descrever aspectos da história da criação da UFFS e dos *campi* universitários, da história da criação dos cursos de graduação em História em Chapecó e Erechim, da história da pós-graduação *Lato Sensu* em História Regional e, mais adiante, o longo percurso de construção e reelaboração da

proposta de mestrado em História, que na terceira tentativa, foi aprovado pela CAPES. Propositamente, evitei ao máximo colocar os nomes dos colegas que, junto comigo, fizeram parte do construir-se do mestrado em História. Primeiro, porque não pedi autorização para tal, ainda que eu tenha dialogado com alguns colegas sobre esse texto com minhas memórias. Segundo, porque espero que meus colegas docentes venham a produzir suas memórias sobre o mestrado em História da UFFS, contando, a partir do que eu rememorei, suas vivências, experiências e particularidades. Espero que, neste exercício de rememoração por parte dos docentes que integram o mestrado, as contradições, os esquecimentos e omissões que aqui produzi sejam cotejadas, revisitadas e colocadas em seu devido lugar.

Por fim, cabe ainda um olhar sobre o cenário do Ensino Superior brasileiro na atualidade. O ensino superior (em especial as Universidades Federais) que tem sido fortemente atacado pelo governo federal (desde 2019) cuja intenção explícita é acabar com sua autonomia e lugar de produção de conhecimento e ciência com recursos públicos (portanto, do povo), tem como missão exercer um papel de liderança na reconstrução de um projeto nacional para um de país que intenciona ocupar um lugar relevante na produção e socialização nacional e internacional do conhecimento produzido nas mais distintas áreas das universidades federais, incluindo a área de História, na graduação e na pós-graduação. Por isso, o processo de divulgação e popularização da ciência, bem como a internacionalização, é estratégico e vital para o fortalecimento da Ciência como promotora do desenvolvimento não só do Brasil, mas como os outros países com quem tem vínculos mais diretos, como por exemplo, os países que fazem fronteira com o Brasil.

Em igual medida, é necessário flexibilizar a estrutura acadêmica (ingresso, currículos e circularidade entre cursos de graduação e pós-graduação) para enfrentar os desafios que se colocam para o Brasil e para a América Latina visando responder aos diferentes desafios que se apresentarem. A Universidade Federal da Fronteira Sul, a exemplo da Unila, deverá ser uma universidade sem muros e sem fronteiras, que combine o avanço da ciência e da tecnologia com a interação entre os saberes elaborados pela academia com os saberes produzidos pelos mais diversos segmentos sociais, com vistas a fazer do conhecimento um instrumento de formação profissional e, ao mesmo tempo, humana nas suas mais diferentes áreas da produção e socialização do saber científico.

II

O DESAPARECIMENTO DO PRETO VELHO JERONYMO:

o pós-abolição em Palmas/PR

CARLOS EDUARDO CARDOSO

A escravidão esteve presente na história do Brasil desde os primórdios de sua colonização e perdurou oficialmente até meados de 1888, com a assinatura da Lei Áurea. O sistema escravista chegou ao Paraná com a exploração do ouro no litoral ainda no início do Século XVII. De uma maneira econômica, o negro vai se responsabilizar pelo trabalho produtivo, trabalhando ora nas atividades domésticas, ora como “ama de leite”, companheiro de folguedo e diversão dos filhos dos senhores (LAGO, 1987, p. 205-206).

Entretanto nem sempre a figura do indivíduo negro estava ligada ao trabalho braçal e esses negros escravizados, ou libertos desenvolveram um papel importante para a formação da sociedade brasileira. No que tange a sociedade de Palmas não foi diferente. Nas primeiras décadas de sua constituição a população que vivia nos Campos de Palmas era em sua maioria indivíduos livres

e libertos que migravam de Guarapuava, Curitiba e São Paulo (MARTINS, 2015, p.31), entretanto esses indivíduos trouxeram consigo alguns cativos e ao longo do tempo passaram a adquirir outros, dando início à formação de uma sociedade escravista. Os escravistas de Palmas, em sua maioria eram pequenos e médios proprietários de escravos¹.

Vale ressaltar que há uma sociedade tradicional campeira que possuía uma produção limitada por estar afastada dos grandes centros urbanos, e pela dificuldade de comunicação e locomoção não conseguindo, diversificar sua produção para além do criatório, da agricultura de subsistência e do extrativismo vegetal (KREWER, 2017, p. 25). Levando em consideração esses fatores, a indústria também não conseguiu se desenvolver nessa região o que fez com que fosse necessário a importação de bens de consumo.

Os setores produtivos do Paraná que mais se utilizavam da mão-de-obra escrava, foram a pecuária e a agricultura. [...] Palmas, região campineira, teve até bem pouco tempo sua economia fundamentada no criatório, constituindo-se como o restante do Paraná Tradicional, numa sociedade patriarcal conservadora e pré-capitalista (LAGO, 1987, p. 207).

Com características gerais de tal sociedade, Mendes (1989, p. 3) destaca que em uma sociedade muito hierarquizada, senhor-escravo, depois, patrão-agregado, praticamente sem mobilidade vertical, onde a autoridade política tem origem na propriedade da terra, os acordos familiares, nas relações de compadrio e nos laços de dependência. De acordo com Laroque (2000, p. 26) a socieda-

¹ De acordo Daniele Weigert nos Campos de Palmas as pequenas escravarias possuíam de 1 à 4 Escravos, as medias de 5 à 9 e as grades de 10 à 20 escravos.

de que se estruturava no Brasil era uma sociedade com seu caráter patriarcal, latifundiária, católica e conservadora, e contribuiu para o aumento da marginalização da massa popular e para uma completa hegemonia da aristocracia escravista.

A transição do escravismo a outras formas de trabalho, no Brasil, tem sido abordada de duas formas básicas. Uma vertente teórica é a que trata de explicar a irracionalidade econômica do escravismo. Desse modo de analisar a escravidão, o seu fim teve êxito quando setores progressistas da sociedade brasileira – principalmente os fazendeiros paulistas – aderiam à campanha abolicionista no sentido de fazer avançar as relações capitalistas de produção, as quais seriam mais lucrativas. Essa postura estaria, segundo os argumentos desta tese, circunscrita ao fim do tráfico de escravos africanos e ao advento da imigração de trabalhadores livres. (ZARTH, 1997, p. 119)

A posse de escravos em Palmas conforme supracitado não deve ser ignorada, até porque, manteve-se instável até próximo a 1888. De acordo com o Relatório do Presidente de Província de 1880, a população escrava de Palmas chegava a um total de 315 indivíduos².

Os indivíduos libertos que vivam em Palmas eram tanto aqueles que conseguiam a sua liberdade nas propriedades palmeneses, como os que vinham de outra região em busca de melhores condições de vida (KREWER, 2017, p. 26). Entretanto esses indivíduos foram deixados à própria sorte, com seus direitos restrin-

² Relatório do Presidente da Província João José Pedrosa, apresentado em 1888. p. 18. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosGoverno/Ano1880MFN675.pdf> Acesso em: 28 de Janeiro de 2021.

gidos. Não havia apoio por parte do governo para esses homens e mulheres negros. Em muitos casos, esses libertos continuaram trabalhando nas fazendas para seus senhores sem as condições de trabalho e moradia adequadas, embora agora tornassem homens e mulheres livres.

Com a assinatura da Lei Áurea a escravidão foi enfim oficialmente abolida do Brasil, entretanto esses homens e mulheres que outrora eram escravizados continuavam a compor a sociedade. Com a condição jurídica de livres, mas com marcas que a todo momento eram acionadas que eles ou os seus estiveram em cativeiro. O caso aqui exposto perpassa isso, e é o que nos propomos a demonstrar a seguir, isto é, quais desdobramentos no contexto do pós-abolição do seguinte fato, um homem negro, sem nenhum registro civil desaparece e posteriormente encontram um cadáver.

O caso aqui explanado tem como vítima Jeronymo, homem negro de idade avançada cujas marcas de seu passado são a todo tempo mencionadas no processo, e como acusado Carlos Rombach, homem branco, com registro de batismo na paróquia da Palmeira/PR, casado, pai de família, lavrador e em seu depoimento se autodenominava de nacionalidade russa, quicá seus pais eram imigrantes russos e ele manteve, enquanto *status* e privilégio, o termo.

Na escrita do inquérito (1903) e do processo crime (1906) são comuns/habituais palavras que nos remetem ao século XIX e que ligam o desaparecido Jeronymo ao cativeiro, mesmo que já estivéssemos vivendo em um estado republicano em que todos nascem e vivem livres. Referiam-se a Jeronymo como preto velho, pobre preto, preto desgraçado, não há em nenhum momento o tratamento que evidencie Jeronymo como cidadão da República brasileira. A análise do inquérito e de processo crime nos proporciona uma

amostra de como a racialização³ dos corpos ocorria nos Campos de Palmas-PR no período de 1870 a 1910. Para isso identificamos as testemunhas que aparecem nestas fontes, a sua relação com o caso. Algumas testemunhas tiveram acesso a informações pelo próprio Carlos Romback, sendo que as mesmas consideram que ele não tenha envolvimento com o desaparecimento e a morte do preto velho Jeronymo, outras divergem. A partir dessas informações tentamos compreender as inter-relações que envolvem o acusado e o agredido no contexto da Primeira República e de que seus desdobramentos acompanham a população negra ao longo do século XX.

JERONYMO DESAPARECIDO

O inquérito policial foi aberto no ano de 1903, após Angelo Saporiti ter prestado queixa do desaparecimento de Jeronymo, o qual ouviu falar que foi espancado por Carlos Romback. A seguir traçamos a trajetória que levou ao desaparecimento do preto velho.

No dia vinte e um de janeiro de 1903, na cidade de Palmas/PR passou pela casa do negociante Angelo Saporiti, a qual se estabelecia na praça da cidade de Palmas, um preto velho sectagenário quase cego conhecido como Jeronymo, este estava acompanhado por uma moça chamada Ana Maria, a qual o conduziu até a casa de Maria Izabel do Espírito Santo (FCP/IP, p. 2).

³ Conforme a historiadora Wlamyra Albuquerque ao se apotar em Barbara Fields escreve: “Por isso, o uso da palavra *racialização*, em vez de *raça*, por exprimir um discurso sempre em construção e à mercê das circunstâncias de cada tempo e lugar”. (ALBUQUERQUE, 2009, p. 35).

Jeronymo ficou na casa de Maria Izabel até o final da tarde deste mesmo dia, quando resolveu retornar a casa de Angelo, onde se encontrava hospedado. Maria Izabel o acompanhou até alguns passos de distância de sua casa indicando o caminho que deveria seguir.

Com o escurecer da noite e o preto velho Jeronymo já com a visão reduzida desorienta-se do caminho indicado por Maria Izabel e acaba chegando à casa do russo Carlos Romback, onde lhe pede para passar a noite, porém Carlos nega ajuda e vai logo o encaminhando para que fosse até a casa de João de Tal, seu vizinho. Para casa deste se dirigiu o pobre preto velho Jeronymo, porém, infelizmente não é aceito por um menino que ali pernoitava, perdendo-se na escuridão e sem saber para onde ir o preto velho Jeronymo decide voltar à casa do russo Carlos Romback para novamente pedir lugar para que pernoitasse. Ao chegar lá os cães começam a ladrar e Carlos mune-se com um chicote para ver o que era, ao deparar-se com o preto velho Jeronymo, que mesmo lhe pedindo por piedade, difere diversas chicotadas, as quais puderam ser ouvidas pelas pessoas que na casa estavam. Além de surrar malvadamente o preto velho Jeronymo dali o expulsa brutalmente. Desde esse ato, não se ouviu mais falar na cidade sobre o infeliz preto velho que desaparecera (FCP/IP, p. 2).

Após a abertura do inquérito, Carlos Romback é acusado como principal suspeita do desaparecimento do preto velho, sendo enquadrado nos crimes prescritos no Código Penal ⁴nos

⁴ Ver código Penal de 1890, disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1889/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pc.html> Acesso em 02 de Jan. de 2021.

Art. 305⁵ e 294⁶. De acordo com Chalhoub (1981, p. 5-12) o Código de Processos Criminal determinava que os depoentes deveriam declarar seus nomes por completo, mas nem sempre isso acontecia, principalmente se o depoente tinha algum problema com a justiça, outras informações também eram necessárias que fossem declaradas como idade, que decorrente do tempo que o processo durava poderia aparecer uma idade diferente para a mesma pessoa, o estado civil, a nacionalidade, profissão e domicílio. Na presença do Comissário de Polícia Jocelyn Bahls, e o escrivão Eugenio Bernardo Vieira, foram ouvidas as testemunhas iniciando por Domingos Ferreira da Roza, o qual em seu depoimento:

Disse que ouviu dizer por Anna que contou-lhe que há dias atrás apareceu a noite em casa de Carlos Rombach onde dita mora um negro dizendo que vinha da casa de Izabel e pediu pousada, Carlos respondeu que tinha a casa cheia e envio-o a um seu vizinho João Belim, o preto subiu e foi a casa deste que se achava-se um menino que não quis abrir a porta, o preto voltou a casa de Carlos e entrou em gelho digo em um galinheiro os cães atacaram-no e Carlos subiu e estordou o preto que fugiu. Viu Carlos dizer que não tinha surrado um velho mais sim surrado um negro moço de vinte e um anos e que virão passar de madrugada em frente a casa de Henriqueta (FCP/IP, p. 5).

⁵ Art. 305. Servir-se alguém, contra outrem, de instrumento aviltante no intuito de causar-lhe dor física e injuriá-lo: Pena de prisão por um a três anos (Lei adequada à grafia atual).

⁶ Art. 294 Matar alguém: § 1º Se o crime for perpetrado com qualquer das circunstâncias agravantes mencionadas nos §§ 2º, 3º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 16º, 17º, 18º e 19º do art. 39 e + 2º do art. 41}: pena – de prisão celular por doze a trinta anos. (Lei adequada a grafia atual).

Neste processo crime a forma como as testemunhas explicam o caso são muito distintas. Segundo Chalhoub são diversas às distorções possíveis nos depoimentos quanto às causas reais da agressão física ou do homicídio (CHALHOUB, 1981, p. 17). E aqui temos um cidadão registrando agressão e quiçá o homicídio de um senhor negro, cego com 70 anos, e apesar da denúncia do cidadão Angelo Saporiti, não possuía nenhuma representação familiar ou importância econômica.

A segunda testemunha a depor foi Antônia Torres, a qual declarou que:

“ouviu falar pelo russo Carlos [...], apareceu no lugar um preto velho de poncho perguntando por Simão, o preto velho tinha entrado no quintal e depois saiu indo em direção à casa do vizinho Belim, ainda acrescentou que o mesmo preto velho estava com as pernas ensanguentadas” (FCP/IP, p. 6).

Após essas palavras nada mais foi dito pela testemunha. O fato de muitas testemunhas terem ouvido falar do caso pelo próprio russo Carlos Romback, pode-se considerar como uma tentativa do acusado em declarar às autoridades aquilo que ele pensa ser menos prejudicial aos seus interesses. (CHALHOUB, 1981, p. 17). Isso pode ter ocorrido com Carlos ao dizer para as testemunhas Anna Maria de Jesus, Brasília Narcisa da Rosa e Henriqueta Maria Victória que não agredirá nenhum preto velho, mas sim um jovem negro.

A terceira testemunha a depor foi Maria Isabel do Espírito Santo, que esteve com o Jeronymo durante todo o dia antes de seu desaparecimento. Maria Isabel em declaração diz que o acusado é culpado pelo desaparecimento do preto velho:

Disse que no dia vinte do corrente, à tardinha a menina Anna Maria levou o preto velho Jeronimo à sua casa para visitar-lhe, Jeronimo foi embora e à tardinha guiou-o até a frente da casa de Frantz Icharn, no outro dia de manhã Carlos Romback passou por sua casa e contou que tinha surrado um negro velho sem dizer o nome. Sabe mais por ouvir dizer que Carlos Romback nessa noite deu muita pancada em Jeronimo Preto (FCP/IP, p. 6).

Quando lhe foi perguntado se ela conhecia os procedentes do acusado Carlos, ela disse ignorar. Como quarta testemunha Anna Maria de Jesus que:

Disse que há cinco dias a noite estando a dormir em casa de Carlos Romback foi acordada por vozes de Carlos que ralhava com uma pessoa forra da casa ouvindo Carlos dar duas pancadas e mandando o indivíduo ir embora, no outro dia Brasília disse que um negro viera a noite pedir agasalho à Carlos recusando este, dá-lhe á momentos, veio novamente o negro e entrou no galinheiro, depois de ter estado encostado a janela do quarto, disse Carlos que tinha vindo a noite um negro ainda moço e que este Carlos havia espancado. Sabe por ouvir dizer que apareceu na chácara do Reverendíssimo Padre Achilles Saporiti um negro desconhecido. Dada a palavra ao Promotor Público, o requerimento deste disse que perguntando no dia seguinte a Carlos Romback se o negro que havia entrado a noite não era um velho Carlos lhe respondeu que não, que fora um negro ainda moço (FCP/IP, p.7).

Este depoimento dado por Anna Maria de Jesus nos traz uma visão de quem estava na casa na noite do ocorrido, embora a

testemunha estivesse muito próxima ao ocorrido, tendo em vista que na época em sua maioria as casas eram de madeira, a mesma ignorou os fatos que ocorreram naquela noite. Este depoimento se repete como os demais, onde a testemunha também ouviu dizer por Carlos o que de fato aconteceu.

Como quinta testemunha Brasília Narcisa da Rosa declara:

[...] que terça feira passada depois da meia noite apareceu um negro no quintal de sua casa perto da janela de seu quarto, Carlos abriu e perguntou quem era e o que queria? O negro respondeu chamar-se Isidorio, vindo do Passo do Carneiro e queria uma pousada. Carlos disse que não dava porque tinha muita gente em casa, mas que ia levá-lo a casa de seu Vizinho João Belim, o que fez saltando pela janela dali a momentos ouviu barulho em um galinheiro e Carlos saiu pela porta da cozinha levando um chicote. Dizendo ao negro que fosse embora, o que ele não fez nessa ocasião Carlos deu-lhe algumas chicotadas depois do que o negro indo não viu mais. Sabe por ouvir dizer que apareceu um negro velho ensanguentado nas proximidades da chácara de Joaquim Romão, que a testemunha ouviu dizer depois que não era verdade. Sabe também por ouvir dizer que quarta-feira de manhã passou na frente da casa de Henriqueta um negro desconhecido, ainda moço que vinha da direção da casa de Carlos (FCP/IP, p. 8).

Outra informação importante destacada pela testemunha é o fato de encontrar-se “amasiada” com Carlos, o que contradiz as informações encontradas em outras fontes, as quais apontam o russo casado com Ana Prestes. No dia 28 de janeiro de 1903 foi ouvida a testemunha Henriqueta Maria Victória que declarou que:

Na manhã do dia vinte do corrente, o russo Carlos Romback foi pela manhã a sua casa, nesta ocasião Carlos contou que na noite passada apareceu em sua casa um negro alto, no quintal era aproximadamente meia-noite, Carlos levantou e perguntou quem era e o que queria, o mesmo respondeu dizendo seu nome, mas a testemunha não lembrava, mas que vinha do Iguaçu ou do Xapecó ou do Passo do Carneiro. A testemunha ainda destacou que Carlos orientou o preto velho Jeronymo a ir pedir abrigo na casa de João Belim. Sem conseguir abrigo, voltou à casa de Carlos, que disse que se fosse alguém conhecido lhe daria abrigo e que não havia surrado nenhum negro. Na manhã viu passar por sua casa um negro com sinais dados por Carlos, mas que ouviu dizer que Carlos havia surrado o preto velho Jeronymo que até o momento do depoimento não havia aparecido, apesar das buscas desde o dia de seu desaparecimento (FCP/IP, p. 8).

Com o depoimento da testemunha Henriqueta, percebe-se que Jeronymo passou por sua casa, mas a mesma não tem certeza se ele foi agredido por Carlos Romback, e que o mesmo afirma não ter surrado nenhum negro. Henriqueta assim como as demais testemunhas tem acesso ao caso pelo falar do suposto agressor. Não podendo assim ter veracidade em sua fala, assim como de outros depoimentos, e realmente sabermos como os fatos ocorreram na noite da agressão.

Neste caso a maioria das testemunhas são mulheres, e tiveram acesso aos fatos que ocorreram na referida noite do desaparecimento do preto velho, através da narrativa construída por Carlos, em que fica evidente a versão de que não houve agressão de Carlos em Jeronymo - um negro velho. Isso pode ser explicado pelo fato

de que falamos de uma sociedade com o poder masculinizado, as mesmas certamente foram coagidas em seus depoimentos, quiçá com medo de represálias. Também Carlos possuiu representação social, enquanto o negro Jeronymo não. Apesar de estarmos sobre a égide da constituição de 1891, em seu Art 72 §2º ‘Todos são iguais perante a lei’⁷, no caso do preto velho Jeronymo eram indivíduos brancos que ocupavam postos/cargos na polícia, o que nos leva a supor que ao longo dos depoimentos eles têm seu lugar de fala no processo, e a forma com que se descreve Jeronymo, sempre ligado a denominação preto velho, é a evidência que havia desigualdade entre a vítima e os indivíduos que ali depuseram.

A falta de preocupação em escrever quem era Jeronymo demonstra a existência de uma sociedade calcada em privilégios (CARDOSO, VICENZI, 2020, p. 116). Em conclusão ao caso o comissário de Polícia afirma que Carlos seja o acudo afirmando que o mesmo agrediu com chicotadas Jeronymo, qual desde essa ocasião desapareceu da cidade sem deixar pistas. Porém embora para Jocelyn Bahls as acuações feitas referente a Carlos sejam procedentes o mesmo vê necessidade de intimar novas testemunhas para deporem ao caso, pois entende que o desaparecimento esteja associado ao ocorrido na casa de Romback na noite do dia vinte e um de Janeiro.

Sete meses após o ocorrido um esqueleto é encontrado cerca de duas léguas de distância da casa de Carlos. Quais os motivos teriam levado o Romback agredir a Jeronymo na referida noite? Os autos de exumação cadavérica nos trazem mais informações para compreender o que de fato aconteceu na noite em que Jeronymo desapareceu.

⁷ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm. Acesso em junho de 2019.

VESTÍGIOS DE UM ESQUELETO ENCONTRADO

Após passarem-se alguns meses do desaparecimento de Jeronymo, em julho de 1903 chega ao conhecimento do Comissário de Polícia Abrahão Pacheco dos Santos que um cidadão de nome Francisco Ferreira França havia encontrado um esqueleto humano no lugar denominado de ‘Baliza’, cerca de duas léguas ⁸de distância de onde Jeronymo desapareceu. Por ordem do comissário de polícia, no dia três de julho, mais precisamente as 11 horas da manhã foi realizado a exumação deste esqueleto. Presentes estavam Dr. Ribeiro Viana e o farmacêutico Jocelyn Bahls⁹, além das testemunhas Gustavo Müller e Antonio Ferreira de Araujo (AEEH, p. 3).

Foi pelo Comissário ordenado à Francisco Ferreira França que lhe indicasse o lugar onde se achara a ossada humana que dera notícia, o que cumprido pelo referido França, indicado o lugar entre duas árvores caídas, no meio de uma picada antiga; disse ser exatamente ali que encontrou a presente ossada [...]. Pelo que o Comissário ordenou que se fizesse o exame no esqueleto que ali se encontrava a fim de verificarem se era de homem ou de mulher, moço ou velho, na presença do Comissário e testemunhas passarão os peritos a fazer o exame ordenado, antes do qual foi pelo Comissário deferido aos peritos o compromisso da lei, de bem e fielmente desempenhar sua missão, declarando com verdade e sob compromisso prestado do que descobrirem e encontrarem, e o mais que em sua consciência entenderem; depois do que declararão: que examinando o

⁸ Aproximadamente 9,6 Km.

⁹ No inquérito policial e no processo Crime há uma divergência em relação a profissão do cidadão Jocelin Bahls, pois no inquérito o mesmo aparece como comissário de Polícia, enquanto no processo crime o mesmo aparece com farmacêutico.

respectivo esqueleto, verificaram firmados em estudos, especiais sobre o assumpto, pertencer o mesmo esqueleto a um indivíduo do sexo masculino e de idade avançada, nada encontrado nos respectivos ossos que demonstrasse a causa da morte (AEEH, p. 3).

Juntamente com a ossada, foram encontrados alguns pedaços de uma camisa xadrez de algodão e de uma calça listrada. O que nos chama a atenção é o local onde o corpo foi encontrado, entre duas árvores, em um local de difícil acesso. Quem quer que tenha deixado o corpo lá estava ciente das dificuldades que teriam para encontrá-lo. No mesmo mês foram inqueridas a depor as testemunhas Angelo Saporiti, Tobias Bueno de Andrade, Miguel Theophilo de Vasconcellos, Achilles Saporiti e Anna Lima. Embora Francisco Ferreira França tenha encontrado a referida ossada, ele não consta como testemunha do caso, e não é mais citado durante o processo.

Em depoimento Angelo Saporiti disse:

que foi levado em sua casa um esqueleto humano dentro de um cestinho junto do qual estavam dois pedacinhos de tecido sendo um de algodão riscado e outro de xadrez, e que no dia seguinte e que foi reconhecido o que continha no dito cesto, isso na ocasião em que encaixotava o referido esqueleto estando presente o profissional Dr. Ribeiro Vianna, que novamente examinou a referida ossada, deixando sua irmã dona Josephina que há tempos havia feito uma camisa de igual tecido sendo parecido o padrão com a camisa, digo com o retalho que estava junto à ossada; que a camisa que acima referiu foi feita ao preto velho Jeronymo que a meses havia desaparecido desta Cidade; que está ossada foi encontrado,

depois colocada dentro de um caixãozinho, enterrado no cemitério desta Cidade. [...] disse ainda que viu dizer que alguém disse a seu sogro Antonio de Araujo que não fizesse despesas porque não eram do preto velho Jeronymo que consigo morava e que os ossos desse preto velho esse alguém disse que estavam enterrados em outra parte, mas que ainda não teve ocasião de perguntar a seu sogro se isto é verdade (AEEH, p. 5).

Ao analisarmos o depoimento de Saporiti temos a impressão de que o referido esqueleto pertence realmente a Jeronymo, porém Angelo Saporiti para chegar a essa conclusão baseia-se apenas nos pedaços de roupas que foram encontrados junto a ossada. Embora tivesse ouvido que o esqueleto não pertencia a vítima, Angelo insiste que ossada é do preto velho.

Para a testemunha Tobias Bueno de Andrade o esqueleto encontrado pertencia ao preto velho e justifica que ouviu de Angelo que os pedaços de roupa encontrados junto ao corpo eram semelhantes à de Jeronymo, contudo Tobias não chegou a ter contato com a ossada, apenas sabe do caso por ter conversado com Angelo. Diz ainda que além de Jeronymo ninguém mais desapareceu da cidade nos últimos meses, e por esse motivo ele não acredita que seja de outra pessoa os ossos. Tobias não deu muitos detalhes sobre o caso em seu depoimento, e o Promotor Público passou a interrogar a terceira testemunha. Theophilo de Vasconcellos que disse:

Assistiu ao encaixotamento da ossada e que ouviu que junto à ossada estava dois pedaços de tecido sendo um xadrez e o outro não pode verificar o padrão, visto achar-se muito sujo e que ouviu ali dizerem que aquele pedaço de xadrez era igual a uma camisa que há tempos

havam feito ao velho Jeronimo, que há tempos desapareceu desta Cidade. Dada a palavra ao Promotor Público o requerimento deste disse que no dia que chegou a esta Cidade a ossada encontrada ou no dia seguinte falando-se sobre ela Victoriano Camargo disse que era do preto velho Jeronimo que havia sido surrado e arrastado não dizendo, porém por quem: (AEEH, p.8).

Theophilo de Vasconcelos viu o exato momento em que o esqueleto foi encaixotado e que os pedaços de roupa encontrados junto ao esqueleto estavam sujos e quase irreconhecíveis, mas parecia com o tecido da roupa de Jeronimo. Com isso Theophilo também considera que a ossada encontrada também pertenceu ao preto velho.

Uma nova perspectiva a respeito da ossada surge após a quarta testemunha ser ouvida. O padre Achilles Saporiti declarou que o esqueleto encontrado “pode ser do preto velho que desapareceu há alguns meses e ainda não foi encontrado” (AEEH, p. 8), mas também disse que pode ser de um homem louco que soube que também havia desaparecido. Embora o pároco não tenha visto a ossada que foi encontrada, seu depoimento contradiz com o de Tobias que afirma que Jeronimo foi o único que desapareceu da cidade nos últimos meses, já Achilles traz a informação de mais um homem desaparecido, porém não dá informações sobre quem poderia ser.

Já Anna Lima disse que “estava na casa do senhor Angelo Saporiti quando chegou à ossada humana que haviam achado no mato e que ouviu dizer na casa que por um pedaço de tecido que veio junto aos ossos que parecia com a camisa de Jeronimo” (AEEH, p. 8), sendo assim ela supõe que o esqueleto era do preto

velho. Após o depoimento dessas testemunhas, o Promotor Público manda intimar mais uma testemunha, Victoriano Coelho de Camargo.

Ao testemunhar no dia sete de julho de 1903 Victoriano disse:

Que sabe por ouvir dizer geralmente que foi encontrada a ossada digo a ossada de que se refere a portaria, disse mais que ouviu dizer que a referida ossada era do preto velho Jeronimo que a tempos consta ter desaparecido desta Cidade. Perguntado como explica o que a testemunha Miguel Theophilo Vasconcellos disse quando fora inquerido, e que lhe foi lido: Respondeu que o quanto o que a testemunha Vasconcellos declarou, ele testemunha não se recorda que tivesse dito, porém se disse foi em gracejos (AEEH, p. 9).

Sendo assim o Promotor Público concluiu que a ossada que foi encontrada no lugar denominado Balisa, após passar pelo exame de exumação e que pertencia a um indivíduo do sexo masculino, cuja idade era avançada, destacou ainda que nada foi encontrado nos ossos que pudesse provar a causa de sua morte.

Inquerida seis testemunhas, nada de positivo ficou provado, nem mesmo sobre a circunstância de um crime. Entretanto há sete meses havendo desaparecido desta cidade, um preto velho de nome Jeronymo, sem que até hoje, apesar das diligências empregadas por meus antecessores, pudesse descobrir o mesmo preto, morto ou vivo, as testemunhas inqueridas aqui, são de opinião que a ossada em questão, pertence ao preto desaparecido, cujas vestes, pareciam-se dos restos de roupa encontrados junto da ossada. O escrivão remeta estes autos ao Promotor Público da Comarca, por inter-

médio do Dr. Juiz de Direito, para requerer o que entender, a bem dos interesses da Justiça (AEEH, p. 10).

Com o depoimento das testemunhas e dos autos de exumação cadavérica, não é possível provar que realmente Carlos agrediu Jeronymo na noite do dia 03 de janeiro de 1903, e nem que o mesmo desapareceu em função da surra que levou. Embora o esqueleto tenha sido encontrado, as testemunhas não conseguem provar que o mesmo pertença ao preto velho, apenas fazem suposições, e ainda, enfatizo que os depoimentos se contradizem. É importante destacar que as pessoas conheciam Jeronymo e a notícia de seu desaparecimento corria de boca em boca, e as testemunhas do caso não afirmam, mas sabem que o mesmo desapareceu e as roupas encontradas junto à ossada conferem, assim supondo que a referida ossada é do preto velho.

Somente três anos após o desaparecimento de Jeronymo, no dia 30 de maio de 1906, o meritíssimo Juiz de Direito da comarca de Palmas intimou para depoimento Carlos Romback. Durante seu depoimento foram feitas perguntas básicas ao réu, o qual respondeu sem nenhum problema.

Perguntado qual o seu nome?
Respondeu chamar-se: Carlos Antonio Romback
Donde é natural?
Rússia¹⁰
Onde reside ou mora?
Nesta Comarca
Há quanto tempo ali reside?
Há dezesseis anos

¹⁰ Lembrando que Carlos, segundo registro da CDP, Livro de Matrimônio nº 5 é nascido e batizado na paróquia da Palmeira, Paraná, por volta de 1873.

Qual sua profissão ou modo de vida?
Lavrador
Onde estava no tempo que se diz ter acontecido o crime?
Em casa
Conhece as pessoas que foram neste processo?
Há quanto tempo?
Que conhece. É há muito tempo.
Tem algum motivo particular que atribua a denúncia?
Não
Tem factos a alegar ou provas que justifiquem a sua, diga, ou mostrem a sua inocência?
Disse que tem e é que nunca deu chicotada no negro que trata a denúncia e muito menos o assassinou, pois não tinha motivo para assim proceder tanto mais que nem conheceu senão de vista o dito negro.
Sabe ler e escrever?
Não (PJ, s/p.).

Em seu depoimento Carlos se inocenta de toda culpa, alegando não ter agredido Jeronymo, embora as testemunhas afirmem que na noite do ocorrido Jeronymo esteve na casa de Carlos e foi expulso a chicotadas de lá. Porém, nenhuma das pessoas que depuseram afirmaram ter visto o réu agredir o preto velho, apenas ouviram falar que ele havia agredido. Mas a final o que levou o russo a agredir Jeronymo e depois desaparecer com seu corpo? Qual era a importância do Jeronymo para a sociedade de Palmas, que levou esse caso a se tornar um processo?

São muitas lacunas e perguntas não respondidas ao longo do processo. Como Jeronymo com suas limitações físicas conseguiria andar durante a noite sem que ninguém percebesse, e como ele iria seguir caminho sendo cego. De acordo com o depoimento de Ana Lima o corpo de Jeronymo foi encontrado no mato, o que

deduzimos ser um local de difícil acesso tendo em vista que não foi percebido o mau cheiro da decomposição do corpo.

O processo não nos afirma que o russo naquela noite agrediu o preto velho, mas na manhã seguinte Carlos sai pelas casas da sua vizinhança espalhando que não havia agredido nenhum negro em sua casa na noite anterior. O fato nos mostra sua preocupação em se justificar. E de fato esse não é o único caso em que homens e mulheres negras foram agredidos pós 1888, tendo em vista, no caso de Palmas, embora com a abolição do cativo, os escravos pareciam ter saído das senzalas e da história, sendo substituídos pela chegada em massa de imigrantes europeus (RIOS; MATTOS, 2004, p. 170).

Jeronymo não possuía família consanguínea, talvez a sua família fosse a do cativo, fragmentada após a abolição e ainda temos o fato dele ser velho e cego, que para a sociedade ‘não serviria para mais nada’, então tudo bem o russo o agredir? No ano de 1906 após analisar todo o processo é dado à sentença a Carlos Romback:

Vistos e examinado estes autos de Considerando que deles não consta que havia procedido o corpo de delito na pessoa do preto Jeronymo, no qual se aconteceu de causas naturais de convicção da existência de quaisquer dos crimes a que se fez a denúncia folha 2; Considerando que assim sendo se deve concluir pela inexistência de crime tentáveis que da prova colhida não se defendeu indícios, se quer relatos de que tenha sido o criminoso e ainda que ao denunciado Carlos Romback caiba qualquer parcela de responsabilidade pelo desaparecimento do referido preto Jeronymo, e considerando ainda que do inquérito da folha de auto exame de uma ossada humana encontrada no

lugar denominado “Balisa” á duas legas desta cidade, seis meses depois do desaparecimento do referido preto, tendo parecer que o mesmo tivesse morrido a mingua. Julgo improcedente a denúncia de folha 2 contra Carlos Romback para absolvê-lo como absolve da acusação que ele foi estendida (PJ, s/p.).

Sabemos que Jeronymo esteve na casa de Carlos na noite em que desapareceu e que o relato das testemunhas, embora afirmem não ter visto a agressão, apontam para o russo como principal suspeita do crime. Jeronymo não andaria sozinho mais de 9 km durante a noite, sem pedir ajuda ou alguma pessoa perceber. Alguém o levou até o local onde seis meses depois seu corpo foi encontrado, possivelmente foi levado morto até o local e deixado lá, quiçá com uma pequena camada de terra por cima, que pode ter saído com a chuva, com intuito de não ser encontrado. Qual motivo levou Carlos na manhã seguinte sair pela vizinhança dizendo não ter batido em ninguém? Tem-se um crime, mas o caso é julgado como improcedente por falta de provas. Por que nas conclusões o Juiz afirma que Jeronymo morreu à míngua embora nenhum exame tenha sido feito? Isso pode nos levar a conclusão que por Jeronymo ser um homem negro a negligência com que o caso é tratado pode ter sido para favorecer, ou quiçá defender Carlos, por ser branco e ‘estrangeiro’.

Ao analisar o processo percebemos que a sociedade de Palmas era racista com os homens e mulheres negras, tendo em vista a forma com que Jeronymo é retratado (preto velho, infeliz preto, preto desgraçado, miserável negro, dito preto) sempre ligando a raízes escravistas. E como o caso seria tratado se Jeronymo fosse um homem branco, e não fosse velho e cego. Além da cor da pele, como no caso do Jeronymo, a todo o momento são acionados no

processo termos que estavam naturalizados pela justiça. Jeronymo estava a margem da sociedade que os discriminava e de uma legislação que não o tratou como indivíduo cidadão.

Por conseguinte, a herança do escravismo, ao produzir entre negros e mulatos um estado de anomia social, pobreza e despreparo para o trabalho livre, teria sido o principal fator responsável pelo isolamento e subordinação social dos negros e mulatos no período do pós-abolição. (CHALHOUB, 2001, p. 83).

Com a abolição e a posterior República indivíduos negros buscaram legalizar sua ‘situação’ perante a justiça – registros civis, com intuito de obter seus direitos perante uma sociedade desigual. Entretanto nem todos os homens e mulheres negros/as buscaram de imediato realizar seu registro civil, ou quiçá foram orientadas a fazer isso, se pensarmos no caso das pessoas com idade mais avançada, como o caso do Jeronymo. Ele não possuía registro civil, e não se faz menção de seu sobrenome ao longo do processo, apenas destaca-se o preconceito dessa sociedade com os homens negros. Uma sociedade que teve suas raízes no escravismo não muda suas atitudes da noite para o dia, o racismo se faz presente.

Nas fontes (inquérito e processo crime) não há menção da cor da pele das testemunhas, talvez porque Jeronymo estava envolto em uma sociedade racializada e com mandonismo da elite local. Por ser uma cidade pequena possivelmente todos se conhecessem, o que fez com que o caso do Jeronymo repercutisse rapidamente. Isso pode justificar o fato de que muitas das testemunhas, que decorrente das informações encontradas no cruzamento com fontes eclesiásticas e cartoriais, são brancas, ouviram dizer, que Carlos não havia agredido ninguém, embora soubessem do ocorrido

queriam acreditar que nada havia acontecido naquela noite, isso reflete na importância do Jeronymo para a sociedade. O mesmo acontece quando o esqueleto é encontrado, muitas testemunhas não chegam a ver a ossada, afirmam ser do Jeronymo por causa dos boatos que ouviram pela cidade.

Ao final do processo, a sentença do juiz inocenta Carlos alegando falta de provas, mas um homem continuava desaparecido e uma ossada havia sido encontrada. Essa é uma demonstração da pouca importância dada à Jeronymo, e quiçá de outros homens e mulheres negros/as que também são violentados cotidianamente, inclusive por aqueles que devem nos proteger.

[...] afinal sabemos que o período da escravidão em si mesma já é uma terrível arbitrariedade contra a liberdade dos homens e, sendo assim, é difícil de conciliarmos a democracia com a escravidão [...] Recentemente, a historiografia brasileira, e a regional de modo particular, têm produzido várias obras denunciando as atrocidades da escravidão, mostrando a sua luta. (ZARTH, 2002, p. 112).

A luz do tempo que vivemos e seguindo as pistas das fontes, sabemos que na noite do dia 21 de Janeiro de 1903 Jeronymo esteve na casa do Carlos, pediu-lhe ajuda e foi negado, após essa noite seu corpo desaparece da cidade, sendo encontrado somente sete meses depois, e a afirmação de várias testemunhas indica o ‘russo’ Carlos como culpado por um crime. Podemos inferir que se Jeronymo tivesse agredido Carlos naquela noite e em seguida ‘desovado’ seu corpo, a forma como o caso seria investigado e julgado possivelmente fosse diferente. Contudo, temos um branco viril que agrediu um homem negro indefeso e na sequência construiu uma narrativa acerca do fato, que levou a sua inocência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do desaparecimento de Jeronymo demonstrou uma sociedade pautada em seu passado escravista, no preconceito, no racismo. Jeronymo por não ter mais condições físicas para trabalhar e por não possuir família nos modelos e padrões daquela sociedade, possivelmente sua vida não teria tanta importância.

A forma com que Jeronymo é retratado nos traz uma amostra de como a sociedade 'lidava' com os indivíduos negros/as, sabemos que eles foram invisibilizados, dando importância para os imigrantes brancos que ali chegavam e as elites já estabelecidas. Isso reflete diretamente na forma discriminatória que essa sociedade age com os indivíduos que outrora estiveram ligados a escravidão. Quer seja, o passado escravista se faz presente. Jeronymo por ser um homem negro, quase cego e de idade avançada é agredido por um indivíduo branco que se autodenomina como estrangeiro.

É perceptível a forma como o caso é conduzido, não dando muita importância para o desaparecimento do preto e só chega a virar um processo, pois seu corpo é encontrado. Jeronymo estava ligado a pessoas importantes da cidade, como as testemunhas nos demonstram. Devido as suas condições físicas podemos perceber que o preto velho não possuía muita importância para aquela sociedade, o que possivelmente influenciou na forma com que o caso foi conduzido. Foi notório o testemunho de mulheres, quer verbalizando a versão do russo, mas principalmente na defesa de Jeronymo, e acusando o russo como agressor, o que nos demonstra laços de solidariedade das mesmas com a vítima.

O que sabemos é que com a abolição os homens e mulheres negros/as não desapareceram da cidade de Palmas, mas continuaram vivendo lá. Quiçá trabalhando para os mesmos senhores que

outrora foram seus “donos”, na cidade não existia uma política que incluíssem essas pessoas na sociedade. Sem condições de terem uma vida digna esses homes e mulheres estão presentes no centro da cidade, nos interiores, exercendo até mesmo as funções que desenvolviam quando cativos.

A forma com que Jeronymo é retratado nos traz uma amostra de como essa sociedade ‘lidava’ com os indivíduos negros/as. Sabemos que eles foram invisibilizados, dando importância para imigrantes brancos que ali chegavam e as elites á estabelecidas. Isso reflete diretamente na forma preconceituosa que essa sociedade age com os indivíduos ligados a escravidão que para eles, mesmo após a abolição, continuaram sendo considerados como inferiores.

Sabemos que houve um crime na noite do dia 21 de Janeiro de 1903, onde na ocasião Jeronymo esteve na casa do Carlos, é encontrado um cadáver a 9,6 km de distância da casa de Carlos, que confere com os traços do preto velho, tudo indica que Carlos seja culpado, mesmo assim ele acaba sendo inocentado por falta de provas, isso reflete diretamente a importância que essa sociedade dava para os homens e mulheres negros.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil.** São Paulo: Cia das Letras, 2009.

CARDOSO, Carlos Eduardo. **Preto Velho Jeronymo: estudo de caso no pós-abolição Palmas/PR, 2019.** 55 f. TCC (Graduação) - Curso de História. Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2019. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/3491> Acesso em 11 de Jan. de 2021.

CARDOSO, C.; VICENZI, R. Dignidade humana. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, n. 36, p. 110-126, 18 dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/article/view/11731> acesso em 10 de Jan. de 2020.

CHALHOUB, Sidney. **Os processos Criminais como fonte para estudos históricos**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1981.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim**. 2. ed. Campinas - SP: Editora da Unicamp, 2001.

GRINBERG, Keila. **Código Civil e Cidadania**. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. 86 p.

KREWER, Neiva. **A Liberdade em Cartas de Alforria**: Campos de Palmas/PR 1860-1888. 2017. 81 f. TCC (Graduação), Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2017.

LAGO, Lourdes Stefanello. **Origem e Evolução da População de Palmas - 1840-1899**. 1987. 253 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1987.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889). Pesquisas. **Antropologia** 56. São Leopoldo, Instituto Anchieta de Pesquisas/UNISINOS, 2000.

MARTINS, Maria Claudia de Oliveira. **Os filhos do ventre livre**: Palmas/ PR, 1871-1910. 2015. 79 f. TCC (Graduação) Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2015.

MENDES, Adilson Miranda. **Origem e Composição das Fortunas na Sociedade Tradicional Paranaense Palmas-1859-1903**. 429 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba 1989.

RIOS, Ana; MATTOS, Hebe. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **TOPOI**. v. 5, n. 8, jan-jun. 2004, pp. 170-198. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numerosanteriores/Topoi08/topoi8a5.pdf> Acesso em 13 de Ago. de 2018.

ZARTH, Paulo Afonso. **História agrária do planalto gaúcho 1850-1920**. Ijuí: Ed. Universidade Regional do Noroeste do Estado, 1997.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno**: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

FONTES

FCP/IP- Fórum da Comarca de Palmas/ Inquérito Policial

PJ- Processo Judicial 1903, Juiz de Direito da Comarca de Palmas, A Justiça, Carlos Rombach, Autuação.

AEEH- Autos de Exumação de Esqueleto Humano, 1903.

Arquivo Público do Estado do Paraná (<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/>)

(<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=44>)

Recenseamento da população do Brasil- 1890: Comarca de Palmas
Relatórios de Presidentes da Província do Paraná 1853-1888.

CDP- Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas

Livro de Registros Paroquiais de Casamento n. 1, 1843-1885.

Livro de Registros Paroquiais de Casamento n. 2, 185-1886.

Livro de Registros Paroquiais de Casamento n. 3, 1887-1890.

Livro de Registros Paroquiais de Casamento n. 5, 1893-1897.

Livro de Registros Paroquiais de Batismo n. 3, 1882-1884.

Livro de Registros Paroquiais de Batismo n.4, 1884-1886.

Livro de Registros Paroquiais de Óbito n. 1, 1843-1905.

Livro de Registros Paroquiais de Óbito n. 2, 1906-1958.

III

COLONIZAÇÃO MILITAR NOS CAMPOS DE PALMAS:

General Bormann e a Colônia Militar do Xapecó (1880-1898)

LETICIA MARIA VENSON

Minha trajetória na Universidade Federal da Fronteira Sul começou em 2014, quando migrei da minha cidade natal Palma Sola, no Extremo Oeste de Santa Catarina, para Chapecó, onde cursei Licenciatura em História. Defendi o meu trabalho de conclusão de curso em junho de 2018 intitulado “José Bernardino Bormann e a Colônia Militar do Xapecó 1880-1898”¹ sob orientação do professor José Carlos Radin. Ainda em 2018 participei do processo seletivo para o mestrado na Universidade Federal da Fronteira Sul, onde obtive a aprovação e fiquei sob orientação do professor Antonio Marcos Myskiw, com quem divido a organização do presente livro. Em julho de 2020 defendi a dissertação, tendo como temática a Colônia Xapecó, sob o título “Donde se avista o Caminho da Roça: José

¹ Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/2054>. Acesso em 21 jan. 2021.

Bernardino Bormann e a Colônia Militar do Xaçecó”², da qual divido algumas reflexões no presente capítulo.

A Colônia Militar do Xaçecó foi criada pelo Decreto nº 2.502, de 16 de novembro de 1859 pelo Ministério da Guerra, juntamente com a Colônia Militar do Xopim, com o objetivo de proteger os habitantes e o território, devido a Questão de Palmas, resolvida somente em 1895, por arbitramento internacional. No entanto, a instalação das referidas Colônias Militares ocorreu somente no início da década de 1880, quando da designação das comissões responsáveis por fazer um estudo estratégico sobre as condições climáticas, território, rios, plantas a fim de determinarem o melhor lugar para instalação. A Colônia Xaçecó foi instalada no dia 14 de março, na campina Xanxerê. A sede da Colônia Militar do Xaçecó se localizava onde hoje é o município de Xanxerê-SC e abrangia os atuais municípios de Xaxim e Faxinal dos Guedes.

Para analisar a Colônia Militar do Xaçecó, optamos por construir uma reflexão atenta à História Social e Agrária, mas sem desconsiderar os fatores políticos, geopolíticos e econômicos, pois, entende-se que são fundamentais para compreender o papel e o funcionamento da Colônia, instalada em uma região de fronteira sob a gestão do General José Bernardino Bormann. Durante o mestrado objetivamos analisar a construção de um espaço social e político pelos militares brasileiros e pelos colonos que residiam na área colonial nas imediações da Colônia Militar. Também nos debruçamos sobre as consequências da Proclamação da República na Colônia, considerando as mudanças políticas e principalmente a crise econômica.

A metodologia utilizada foi qualitativa, com suporte da análise de conteúdo, com base nas reflexões de Laurence Bardin, onde

² Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/3821>. Acesso em 21 jan.2021.

buscou-se classificar o material documental em temas ou categorias, que auxiliaram no entendimento do que estava “por trás dos discursos”. Como fontes utilizamos os Relatórios dos Ministros de Guerra e da Província do Paraná, que estão disponíveis nos sites da Biblioteca Nacional Digital e no Arquivo Público do Paraná, disponível online. Também utilizamos os decretos de criação das Colônias Militares, a Lei de Terras, Registros de Batismos e Casamentos, além dos Relatórios dos Diretores que passaram pela Colônia do Xaçepó, disponíveis no Arquivo Histórico do Exército, localizado na cidade do Rio de Janeiro. A seguir apresentamos algumas das reflexões desenvolvidas durante a dissertação, defendida em julho de 2020, com o intuito de fomentar a curiosidade sobre a temática.

TERRITÓRIO, FRONTEIRA E COLONIZAÇÃO MILITAR

De acordo com Marcelo Lopes de Souza o território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, sendo o espaço territorializado um instrumento de exercício de poder, onde as motivações para o controle de um espaço de algum modo estão conectadas ao substrato espacial material e aos próprios significados culturais atribuídos às formas espaciais (SOUZA, 2013, p.88). Os territórios não são matéria tangível, palpável, mas sim “campos de força” que só existem enquanto durarem as relações sociais das quais eles são projeções especializadas (SOUZA, 2013, p.89). Ou seja, a instalação da Colônia foi uma estratégia para a construção de um desses “campos de força” a fim de fomentar relações sociais que permitissem a construção de território como brasileiro. A instalação de Colônias Militares em territórios remotos,

pouco ocupados evidência o esforço de territorializar esse espaço de fronteira.

Robert Sack afirma que a territorialidade é uma estratégia para controlar pessoas e coisas por meio do controle de área, é utilizada em relacionamentos cotidianos e em organizações complexas, é expressão geográfica primária de poder social, é o meio pelo qual espaço e sociedade estão inter-relacionados (SACK, 1986). A territorialidade não é somente o “controle da área”, mas também a “tentativa, por indivíduo ou grupo de influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica”. Mapear esse espaço, não implica em constituir um território no espaço cujo domínio se faz no plano simbólico, escrito. Esse só será um território quando seus limites são usados para afetar o comportamento ou controlar seu acesso e uso (SACK, 1986).

Claude Raffestin transforma o espaço em substrato para a “criação” do território, e tem uma concepção múltipla frente ao território e à territorialidade humana, reconhecendo a complementaridade entre as dimensões da economia, política e cultura. Compreende a territorialidade como relacional e dinâmica, mudando no tempo e no espaço, conforme as características de cada sociedade. O território é produzido por atores por meio da energia e da informação, das redes de circulação, das relações de poder, das atividades produtivas, das representações simbólicas e das malhas (SAQUET, 2009).

Compreendemos espaço social na perspectiva de Pierre Bourdieu onde afirma que em uma sociedade hierarquizada, não existe espaço que não seja hierarquizado e que não exprimam as hierarquias e as diferenças sociais (BOURDIEU, 2013, p.164). O espaço apropriado é um dos lugares onde o poder se afirmar

e se exerce “provavelmente sob a forma mais sutil, a de violência simbólica como violência despercebida” O espaço social não é só o espaço físico, mas tende a se realizar de forma mais ou menos completa e exata nesse espaço socialmente marcado e construído (BOURDIEU, 2013, p.164).

Bourdieu não resume somente a capital econômico, mas também a capital social e cultural, o que faz sentido em nossa pesquisa. Entre os colonos da Colônia Militar do Xaçecó, em primeiro momento não há uma distinção de capital econômico. As terras eram distribuídas gratuitamente desde que respeitado o contrato dos colonos, e havia a distribuição de recursos, visando a autonomia. Com relação aos colonos militares já havia uma distinção dentro do próprio exército, a hierarquia militar era reproduzida na Colônia, e reafirmada por meio do capital cultural diferente dos colonos, em sua maioria caboclos que já viviam na região antes mesmo da instalação de um estabelecimento militar.

Nesse cenário, entendemos que a situação de fronteira é importante para pensar o processo de exploração, ocupação e as primeiras ações com o intuito de realizar o projeto de colonização militar no atual Oeste Catarinense e Sudoeste Paranaense, pois, junto a isso ocorreu a disputa territorial entre Brasil e Argentina pela demarcação dos limites fronteiriços das respectivas nações, no final do século XIX, sendo essa questão resolvida somente no ano de 1895, por arbitramento internacional do presidente dos Estados Unidos (HEINSFELD, 2007, p.17).

De acordo com José D’ Assunção Barros existem alguns temas de pesquisa que apresentam dificuldades em classificar e organizar a História em subáreas especializadas. A História Social surgiu sob influência da Escola dos *Annales* e da historiografia marxista na primeira metade do século XX (BARROS, 2005, p.

12). A História Social assumiu um lugar como especialidade ao lado da História Econômica, da História Política, da História Cultural entre outras. De acordo com Barros a interdisciplinaridade são diálogos e movimentos interdisciplinares que implicam em dois ou mais campos, de saber em movimento. Um atua sobre o outro (BARROS, 2017, p.9). Após a crise da “História Total”, a História Social ganhou força, principalmente a partir da década de 1960. Porém, a essa noção continuou aberta a muitas possibilidades de sentidos. Atualmente a História Social, ligada aos centros de pesquisas das Universidades é utilizada no seu sentido mais abrangente (BARROS, 2017, p.16).

A proliferação da História Agrária também coincide com o advento da Escola dos *Annales*, com a interdisciplinaridade com a Geografia, a Sociologia e a Demografia. No Brasil os estudos agrários proliferaram a partir da década de 70, com forte ênfase dos estudos regionais. Segundo Maria Yedda Linhares a História Agrária visa estudar a história do universo rural, dos camponeses que comem e dormem, e cujos saberes variados na sua faina cotidiana transforma a natureza ao criar meios de subsistência e técnicas agrícolas e de criação de animais (BARROS, 2017, p.243), durante e após os processos de povoamento de um determinado território, como é o caso da Colônia Militar do Xapecó.

A criação e a implantação da Colônia Militar do Xapecó estão atreladas a algumas ações do Governo Imperial visando proteger e controlar o território do atual Sudoeste Paranaense e Oeste Catarinense, que estava sendo disputada com a Argentina na chamada *Cuestión de Misiones*. A Colônia Militar foi a primeira iniciativa de povoamento da região de fronteira dando condições para que outros processos viessem a ocorrer, via empresas de colonização, a partir da segunda década do século XX.

Por muito tempo, o termo fronteira, na Europa e na América, esteve ligado a ideia de limite territorial, de onde tem início ou fim o território de um país materializado nos aspectos geográficos. No final do século XIX, nos Estados Unidos, ocorreu uma releitura da categoria fronteira pelo historiador Frederick Jackson Turner, que propôs uma reinterpretação do processo de colonização da região Oeste dos Estados Unidos ao longo dos séculos XVIII e XIX. Para Turner, a fronteira passou a ser vista como um espaço, uma porção de território a ser explorado, ocupado, colonizado e transformado¹⁶. Nesse sentido fronteira passou a ser vista como “válvula de escape” aos problemas sociais existentes no Leste e Norte dos Estados Unidos (TURNER, 2004).

Na compreensão de Turner o avanço sobre a fronteira ocorre em várias ondas, ou fases de exploração, ocupação, colonização e industrialização de uma mesma região, ou seja, há a fronteira dos exploradores, dos fazendeiros, dos colonos, dos comerciantes, dos prestadores de serviço e dos empresários. Turner ainda enfatiza que a edificação de postos militares na fronteira era uma antiga estratégia levada a cabo por diferentes governos para abrir novas fronteiras. Turner molda uma narrativa em que os conflitos decorrentes da posse de terra foram minimizados ou ocultados (TURNER, 2004), visando dar visibilidade ao papel dado pelos migrantes na transformação do ambiente em detrimento às resistências motivadas pelos povos nativos.

Além da definição de fronteira proposta por Turner buscamos apoio nas reflexões do sociólogo José de Souza Martins (2016) sobre a ocupação das terras na fronteira amazônica. Para ele a fronteira é ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos. Martins afirma que é na fronteira que se pode obser-

var melhor como as sociedades se formam, se desorganizam ou se reproduzem. É lá que melhor se veem quais são as concepções que asseguram esses processos e lhes dão sentido. Na fronteira, o homem não se encontra, se desencontra. A fronteira não se resume à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização, fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E sobretudo, fronteira do humano (MARTINS, 2016, p.11).

Segundo Adelar Heinsfeld, abordar o tema fronteiras, significa penetrar no campo das relações internacionais, envolvendo, a política de um Estado em relação a outros e a segurança de seu próprio território. De acordo com a geopolítica, é pela fronteira que se define o que é nacional e o que é estrangeiro. São amplas, pois são faixas territoriais maiores ou menores de acordo com a conveniência de cada Estado, que participam de todo o projeto sociopolítico ou socioeconômico. Afirma ainda que a fronteira passa a ser ponto de equilíbrio político fixado entre duas pressões, onde o Estado controla esses, espaços (HEINSFELD, 2007, p.20-25).

No decorrer do século XIX, o Império brasileiro incentivou a colonização da região de fronteira, território até o momento ocupado principalmente por populações indígenas. Os militares entendiam que a implantação de Colônias eram uma forma de garantir a integridade do território. Durante o século XIX, foram instaladas cerca de 26 Colônias Militares em diversos pontos do território considerados estratégicos do ponto de vista militar e econômico. As Colônias Militares além de preverem a ocupação do território, tinham por meta construir canais de comunicação com as áreas mais remotas, que auxiliasse na administração do território nacional.

Uma das preocupações do Governo Imperial era delimitar e conhecer os seus territórios, conhecidos como “sertão”, nos mapas de época. Era, na prática, um exercício de poder sobre o espaço a ser delimitado, incorporando o sentimento de nação as populações residentes nas regiões de fronteira. Era estratégico povoar regiões de fronteiras e as interioranas, pois, havia a necessidade de segurança, povoamento, colonização, o controle de aldeamentos de indígenas e uma distribuição controlada de terras férteis para a produção agrícola (TEDESCO, VANIN, 2018, p.14).

Na dissertação nosso recorte temporal situa-se aos anos de 1880-1898, período em que José Bernardino Bormann ocupou o cargo de Diretor da Colônia Militar do Xapecó. Ainda que a Colônia Militar continue a existir até o século XX procuramos não estender análise para administrações posteriores visto que é um trabalho hercúleo para ser feito em 2 anos. No entanto, fazemos reflexões sobre períodos anteriores, a fim de compreender a construção das Colônias Militares da perspectiva do Ministério da Guerra, bem como compreender a questão territorial envolvendo o Brasil e a Argentina. O recorte espacial é referente ao perímetro de abrangência da Colônia Militar do Xapecó, estabelecida na então província do Paraná, localizado as margens do rio Chapecó que compreendiam cerca de 57.600,00 hectares, divididos em lotes de 242 hectares.

Apesar de o decreto de criação da Colônia ser do ano de 1859, somente no ano de 1880 que a comissão foi nomeada para a sua instalação, ocorrida somente em março de 1882. A falta de documentação referente ao porquê do retardamento da instalação das Colônias Militares de Xapecó e Xopim, fez com que levantássemos algumas hipóteses, tendo como referências os Relatórios dos Negócios Internacionais e os Relatórios do Ministério da Guerra.

A primeira hipótese refere-se a Guerra do Paraguai. O pensamento primordial naquele omento era a formação de Colônias Militares na província do Mato Grosso, com o objetivo de defender as fronteiras com o Paraguai, impedindo um possível avanço inimigo, além de impossibilitar a população desse país de se estabelecer em território brasileiro (GUERRA, 1870, p.29), as Colônias instaladas nessa província foram invadidas por forças paraguaias no final do ano de 1864 (MAESTRI, 2015, p.106), que as “destruíram”, ou nas palavras do Ministério da Guerra, as “aniquilaram”. Unido a falta de recursos financeiros, bélicos e de pessoal envolvidos com a Guerra, a Colônia Militar do Xapecó e Xopim não foram instaladas até o fim do conflito. De acordo com os relatórios analisados a urgência do serviço de guerra absorvia a atenção dos presidentes de Província o que resultou na falta de documentação nesse período com relação as Colônias Militares, o conflito retardou a remessa de esclarecimentos (BRUGGEMANN, 2013, p.19).

Outra hipótese é de que a omissão de qualquer tipo de informação sobre a região de fronteira poderia ter sido proposital e tinha como objetivo não chamar atenção dos paraguaios e nem dar muitas informações sobre as condições das Colônias Militares e do Ministério da Guerra. Outra hipótese refere-se à necessidade de um replanejamento comum para as Colônias Militares instaladas em território brasileiro. De acordo com o Ministério da Guerra a falta de planejamento comum não permitia um desenvolvimento no ponto de vista militar, novas colônias seriam instaladas somente após um novo plano, visando melhores condições para defesa, economia e autonomia dos estabelecimentos.

Após 1865 muitos militares questionavam a eficiência das Colônias Militares, o que obrigou o Império a criar comissões de

visitações *in-loco* e a elaboração de relatórios de cada Colônia Militar, para depois reconstruir os projetos e planos. Essas mudanças não permitiram o fortalecimento efetivo desses novos núcleos militares como veremos adiante. Após o replanejamento das Colônias, os Diretores dos estabelecimentos ficaram responsáveis por elaborar um relatório anual detalhado sobre a situação econômica, agrícola, bélica e territorial dos estabelecimentos, com o objetivo de manter informados os presidentes e o Ministro da Guerra.

O Ministério da Guerra defendia a criação de um centro fiscalizador das colônias, que obrigassem os diretores a dar conta de todos os negócios que lhes forem relativos (GUERRA, 1871, p.33) também a reorganização das Colônias Militares, adotando um sistema mais adequado a defesa das fronteiras. Até o momento os estabelecimentos não estavam tendo resultados satisfatórios (GUERRA, 1871, p.60). Portanto foi suspensa a autorização para a fundação de novas Colônias Militares até a apresentação de um plano de reestruturação dos estabelecimentos.

Somente em 1877 o Ministro da Guerra nomeou uma comissão, composta pelo Marechal de Campo, Conselheiro Henrique de Beaurepaire Rohan, como Presidente, do Conselheiro Quartel Mestre General, Brigadeiro Francisco Antonio Raposo, do Brigadeiro honorário Dr. José Vieira Couto de Magalhães e do Diretor da Repartição Fiscal, José Rufino Rodrigues Vasconcellos, a fim de elaborar um plano de organização para todas as Colônias e Presídios Militares (GUERRA, 1877, p.41). Tal comissão havia sido autorizada em 1873, porém, o pouco conhecimento das situações dos estabelecimentos militares, não permitiu a sua elaboração.

A Comissão apresentou em 1879, após visitas *in loco*, o plano de reestruturação das Colônias, juntamente com um quadro das

Colônias Militares existentes e indicou quais deveriam ser suprimidas e quais deveriam fundar. A Comissão julgou que deveriam ser extintas a de Itapura, em São Paulo e a de Santa Maria na província de Goiás. Apontavam ser estratégicas a fundação de outras Colônias Militares: no Paraná, as do Xagú (Chopim), Campo Erê (Chapecó) e Salto das Sete Quedas (Foz do Iguaçu); em Mato Grosso, a de Maracajú e a do Apa; no Amazonas, a do Iça, e a de São Joaquim no Rio Branco (GUERRA, 1879, p.24-25).

A sugestão de Rohan com relação a implantação de Colônias Militares no Paraná, visava a defesa dos limites territoriais do Brasil com o Paraguai e Argentina, e a formação de núcleos de colonização em áreas até então habitadas por grupos indígenas e em áreas que estavam sendo visitadas e exploradas por argentinos de forma ilegal (MYSKIW, 2011, p,96). A zona fronteiriça apresenta singularidades, produto e condição de um conjunto de interações materiais e imateriais estabelecidas entre fronteiriços, de acordo com Maristela Ferrari, as zonas fronteiriças podem ser concebidas como produto de relações tecidas antes de tudo entre sujeitos fronteiriços (FERRARI, 2011, p.139).

COLÔNIA MILITAR DO XAPECÓ

As Colônias Militares seriam instaladas, preferencialmente, dentro de uma zona 66 quilômetros com os países vizinhos, e posterior a instalação, os lotes deveriam ser medidos por engenheiros para que fossem distribuídos pelo Diretor do estabelecimento militar, aos colonos militares e civis (VENSON, 2020, p.28). No início as Colônias estavam subordinadas ao Ministério do Império, portanto ligadas diretamente ao Gabinete do Imperador D. Pedro II.

A partir do decreto nº 2.747, de 16 de fevereiro de 1861 passaram a alçada do Ministério da Guerra. Os Ministros da Guerra eram obrigados anualmente a prestar esclarecimentos sobre as Colônias Militares em seus relatórios. Esses Relatórios eram elaborados a partir dos Relatórios dos Presidentes das Províncias e estas por sua vez, nascidos, dos relatórios dos Diretores das Colônias Militares (VENSON, 2020, p.28).

O Ministério da Guerra compreendia a criação das Colônias Militares como uma medida política de alta relevância, além de facilitar a administração do território até então habitado por indígenas, promoveria a segurança de regiões limítrofes com outros países. As Colônias protegeriam e facilitariam as comunicações pelas estradas e pela navegação fluvial do interior, além de serem em si mesmos núcleos que iriam se desenvolver pela colonização nacional e estrangeira (VENSON, 2020, p.29). As Colônias Militares não foram criadas somente nas fronteiras do país, mas também em lugares considerados estratégicos para a defesa da população contra os supostos ataques de grupos indígenas.

Por portaria do Ministério da Guerra em 16 de outubro de 1880 foram nomeadas as comissões para a instalação da Colônia Militar do Xapecó e do Xopim. Foi nomeado como chefe da comissão referente a do Xapecó o capitão do corpo de estado-maior de 1ª classe José Bernardino Bormann, como ajudante o tenente do 2º batalhão de artilharia a pé Agrícola Ewerton Pinto e como escrivão e almoxarife o tenente honorário José Lucas Barboza, como médico foi nomeado Francisco Alexandre Guedes Chagas. Quando as respectivas comissões chegaram a Curitiba, capital da província do Paraná foram lhe passadas algumas instruções dentre elas: levar em consideração o ponto de vista estratégico, comercial e econômico para a instalação das colônias, a fim de prestar-se a

indústria pastoril, com o intuito de fornecer gado para alimentação e transporte dos praças que eventualmente viessem a operar nas imediações.

Nos trabalhos das comissões teriam de ser empregados praças tiradas do pessoal da colônia, as quais teriam gratificação diária fixada numa média de cerca de 300 réis. Os chefes das comissões eram autorizados a gastar quantias necessárias para a aquisição de uma ou mais guias (vaqueanos) (VENSON, 2020, p.47). Os chefes das comissões também tinham responsabilidade de relatar mensalmente ao Ministério da Guerra os trabalhos realizados na colônia, com apresentação de relatórios que deveriam ser acompanhados das plantas com diversos detalhes, a fim de serem arquivadas na secretária do governo (VENSON, 2020, p.47).

No trajeto entre União da Vitória até o local de instalação da colônia as comissões teriam de proceder o reconhecimento do terreno, apresentando desenhos organizados na escala 1m/40,000', além de descrever o solo e a flora. Também teriam de estudar os cursos de água que atravessavam, sua navegabilidade e vantagens resultantes ao comércio e defesa da Província e principalmente ficar atento há possíveis riquezas não exploradas (VENSON, 2020, p.48).

A missão de exploração da região tinha o intuito de determinar o lugar mais apropriado para a instalação do núcleo de povoação; determinar os lugares mais propícios para a agricultura e definir as espécies de animais e plantas que se aclimatariam e se desenvolveriam, com maior proveito, sendo responsabilidade do diretor da Colônia a aclimação de novas espécies de plantas, tanto para o consumo da população como para uma possível exportação e estabelecimento de comércio com as vilas da região. Além da instalação das Colônias Militares essas comissões também

eram de reconhecimento do território brasileiro. Era uma forma de conhecer, reconhecer, desenhar e explorar a fronteira. Narrar para, em seguida, publicar e buscar novos projetos e investidores, além dos colonos militares (VENSON, 2020, p.49). A Colônia Militar do Xaçepó foi uma estratégia para o avanço das fronteiras internas, pois, a concretização de unidades administrativas eram fundamentais para a consolidação do estado nacional. Com a instalação da Colônia, o território não ficaria mais no imaginário do Império, seria consolidado pela administração militar.

A comissão responsável pela Colônia Militar do Xaçepó chegou ao Xanxerê no dia 2 de março de 1882 e, depois da exploração da região foi decidido por estabelecer o núcleo populacional nas imediações, na margem esquerda do rio Chapecó. Logo após a escolha do local foram derrubadas as árvores e vegetações próximas e, nas semanas seguintes foram construídos os ranchos para abrigar as famílias e os soldados (PARANÁ, 1882, p.109) e dado início a construção dos primeiros prédios públicos, como o presídio, a casa do diretor da colônia, igreja, entre outros. Todos as pessoas do núcleo militar obedeciam a um regulamento elaborado para o estabelecimento, que determinava as normas com relação a administração, polícia e defesa da colônia, os direitos e deveres dos civis e dos militares (BARROS, 1980, p.30).

Além do regulamento, os colonos assinavam um contrato chamado de *Contrato do Colono*. O contrato estava dividido em 10 artigos, onde apontava-se que os serviços do médico, capelão e da farmácia eram gratuitos aos colonos e suas famílias. O contrato também defendia a liberdade religiosa, mas reforçava que não era permitido nenhum tipo de desacato a religião oficial do Estado, no caso a Religião Católica. O artigo 7º discorria sobre o tamanho das propriedades que variavam de 25 a 50 alqueires, conforme o

número de pessoas. Também constava a obrigação dos colonos darem um dia de serviço a cada mês para os trabalhos gerais da colônia. Caso o contrato não fosse respeitado o colono e sua família eram obrigadas a indenizar o Estado de todas as despesas. E se o contrato fosse respeitado, após dois anos o colono poderia requerer o título definitivo de propriedade de suas terras (BOUTIN, 1977, p.75-76).

De acordo com o decreto de criação da Colônia:

Art. 3º Em cada uma delas estabelecer-se-á um quartel geral com as acomodações necessárias para alojamento dos colonos solteiros, e também para os dos casados, enquanto estes não tiverem casas próprias, e para depósito do armamento e munições de guerra o de boca pertencentes às colônias.

Art. 4º Cada uma destas colônias poderá ter até 50 praças de pret., e os Oficiais precisos para comandá-las. O comando geral de ambas será confiado a um único Oficial, que residirá naquela que mais convier ao serviço, a juízo do Presidente da Província (BRASIL, 1859).

O estabelecimento de no máximo 50 praças era controverso, pois, se a colônia visava a proteção dos habitantes do núcleo militar e da população regional esse contingente poderia ser insuficiente. Em caso de invasão a Colônia seria facilmente dominada, pois, a distância de outros núcleos populacionais era considerável

No art. 5º, consta que na falta de praças de 1ª linha para a fundação das colônias, o Presidente da Província estava autorizado a engajar os colonos necessários, sendo esses pagos pelo Ministério do Império, enquanto os militares eram pagos pelo Ministério da Guerra, fixando em dois anos o tempo de serviço. Já os Oficiais,

recebiam gratificações do Presidente da Província além dos vencimentos militares (BRASIL, 1859).

De acordo com o artigo 6º e 7º:

Art. 6º Os colonos militares engajados servirão por dois anos, e perceberão os vencimentos militares que lhes competirem, pagos pelo Ministério da Guerra, si os colonos forem praças do Exército, e pelo Ministério do Império se forem dos que trata o art. 5º. As mulheres e filhos de huns e de outros terão direito a meia etape durante o primeiro ano do seu estabelecimento na colônia. Os Oficiais além dos vencimentos militares terão as gratificações que forem indicadas pelo Presidente da Província, e aprovadas pelo Governo Imperial.

Art. 7º Além do soldo fornecer-se-á a cada um dos colonos engajados, por uma vez somente um machado, uma fouce, uma enxada, uma faca ou facão de mato, uma espingarda ou clavina, uma libra de pólvora, quatro ditas de chumbo grosso, e uma data de terras de dez braças de frente, e cinquenta de fundo, própria para edificação de casas no lugar em que for estabelecida a colônia, e outra data de terras destinada para cultura ou criação, que nunca exceda de um quarto de légua quadrada, em terreno para cultura, o uma légua quadrada em campos próprios para criação (BRASIL, 1859).

Segundo Leônidas Boutin as terras concedidas nessas colônias estavam entre a margem esquerda do Peperi-guaçu e a cerca de 66 quilômetros a leste da margem direita do rio Santo Antônio, destinadas a cidadãos brasileiros, não colonos, com a condição de serem imediatamente habitadas e cultivadas, ou povoadas com animais (BOUTIN, 1977). Esses habitantes também estavam sujei-

tos ao regulamento militar, sendo obrigatório o serviço de polícia e um dia de trabalho por mês em obras da colônia. As primeiras 50 famílias estabelecidas nessas condições teriam o direito a um ano de etapas (BRASIL, 1859), que era uma forma de remuneração, que visava auxiliar na fixação dos colonos no território. Logo após a instalação da Colônia Militar do Xapecó, Bormann convidou as populações existentes nas imediações para se estabelecerem dentro do perímetro da colônia, sendo que cerca de 40 famílias acataram ao convite decisivo.

Uma das estratégias para atrair migrantes e imigrantes para a Colônia Militar foram as propagandas vinculadas em jornais do Rio de Janeiro e de Curitiba. Uma propaganda veiculada no jornal *Dezenove de Dezembro* dizia o seguinte: “A Colônia do Xapecó, situada nesta província há cerca de 70 quilômetros do Rio Grande do Sul, oferece as maiores vantagens, aos estrangeiros que quiserem ali estabelecer-se” (1884, p.4). Essas vantagens oferecidas eram uma forma de sensibilizar o imigrante a se instalar na Colônia. Apesar das propagandas o número de imigrantes na Colônia Militar do Xapecó não foi muito grande, chegando a 27 imigrantes no ano de 1890.

O território da Colônia Militar do Xapecó era de 16 léguas quadradas, (cerca de 57.600,00 hectares), que abrangia os atuais municípios de Xanxerê, Xaxim e Faxinal dos Guedes. O território foi dividido em lotes rurais e urbanos. Para a construção do povoado e das casas dos colonos e dos praças do exército foram reservados 1.800,00 hectares e o restante do território dividido em lotes de 242 hectares. No ano de 1884 a Colônia contava com 15 lotes medidos e ocupados (VENSON, 2020, p.51).



FIGURA 1: Localização da Colônia Militar do Xaçepó. Fonte: IBGE. Adaptado por Juliano Cesar Baginski (2020).

Os lotes urbanos formavam o povoado e contavam com quintais e uma casa de madeira com cerca de seis metros de frente e cinco metros de fundo. Além das casas, no ano de 1884, o povoado passou a utilizar dois depósitos com 17,6 metros de frente e 6,6 metros de fundo. A igreja estava sendo construída e a casa da diretoria contava com 11 metros de frente e 11 metros de fundo, ofertado ao Estado pelo Capitão Bormann. Havia ainda uma pequena casa para a escola, construída e doada pelos ajudantes tenentes Francisco e Vicente Gomes. Neste período, todas as construções eram todas de madeira, cobertas de tabuinhas de pinho (VENSON,2020, p.52).

A colônia foi dividida em três distritos com áreas desiguais: o 1º distrito começava no chamado “Pesqueiro” e terminava na margem direita do Xanxerê. O 2º sendo o menor, e mais populoso ia do Xanxerê até o arroio da “Serrinha” e o 3º estendia-se da “Serrinha” até o Xaxim¹⁴³. Na estrada da povoação havia um corpo

de guarda que tinha como finalidade tomar o conhecimento das pessoas que entravam na colônia, bem como as que transitavam pelo caminho que ligava a província do Paraná a do Rio Grande do Sul (VENSON, 2020, p.53), ou seja, era uma forma de manter o controle do território.

A maioria da população era composta por caboclos e denominados mestiços pelo censo demográfico de 1890, o número de imigrantes presentes na Colônia era bem reduzido. Uma das primeiras ações da comissão de instalação da Colônia foi a derrubada da vegetação ao redor do local escolhido como núcleo urbano, no caso, a campina do Xanxerê para a construção de casas para colonos e militares e construção dos prédios públicos necessários para o desenvolvimento da colônia. De acordo com Leônidas Boutin a colônia tinha abundância da *araucária angustifolia*, sendo essa usada para a construção das casas e dos prédios públicos. Uma das dificuldades era a transformação dos troncos dos pinheiros em vigas e tábuas, por consequência da ausência de uma serraria. Nos primeiros meses os soldados falquejavam com machado e posteriormente foi instalada uma pequena serraria movida a água (BOUTIN, 1977, p.77).

As construções eram todas de madeira, cobertas de tabuinhas de pinho. Após a construção da serraria movida a água houve um aceleração nas construções dos prédios públicos e das residências dos colonos, ocasionando a derrubada de árvores num ritmo mais acelerado (PARANÁ, 1884). Outra questão importante a destacar eram as constantes reformas solicitadas devido ao apodrecimento da madeira. De acordo com a documentação analisada, o desenvolvimento da Colônia Militar do Xapacó estava atrelado a agricultura.

A doação de lotes de terras previa o enraizamento de colonos,

sujeitos a obrigação de um tempo mínimo de cultivo. O diretor era o responsável por estimular as plantações, com o intuito de que fossem suficientes para a subsistência dos habitantes, não precisando recorrer aos cofres públicos (BEZZERA, 2015, p. 97). Em março de 1883 o antigo Registro Fiscal foi transferido para o Xanxerê a pedido do diretor Bormann. Assim cobriria os impostos do comércio que se fazia do Rio Grande para Palmas de Cima. Outra questão que Bormann salienta é a diminuição dos impostos de importação de animais vindos das Províncias vizinhas, além de exigir o pagamento a vista, evitando o longo prazo e auxiliando na economia da colônia (PARANÁ, 1882, p.109). Com essas medidas Bormann acreditava que o comércio entre as Províncias cresceria e acabaria com a injustiça de terem alguns a possibilidade de pagarem os impostos a longos prazos.

Com a prática da agricultura por parte dos colonos foram realizadas plantações de arroz, cevada, café, centeio, vinha, trigo, fumo e algodão culturas necessárias para a manutenção da população. Também eram utilizados alguns animais como vacas, touros, bois, cavalos, éguas, mulas e porcos. Parte dos animais foram doados pelos estancieiros de Palmas agradecidos ao governo imperial pela escolha da localidade da instalação da Colônia (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 1882, p.3). Destacamos a presença de plantações de uvas na Colônia do Xapecó, demonstrando que a plantação de vinha é anterior a chegada de imigrantes e migrantes italianos na região. As péssimas condições das estradas e o alto custo dos transportes, encarecia os produtos, o comércio na colônia não se desenvolveu da maneira esperada por Bormann e pelo Ministério da Guerra.

Em 1887 a Colônia contava com 111 casas de colonos, 11 edifícios públicos, entre eles, igreja, escola quartel e depósitos. A

principal via de comunicação até o momento era a estrada que ligava com Missões no Rio Grande do Sul, passando pelo centro do povoado e Palmas, Porto União, Palmeiras e Curitiba. Outro ramal dessa estrada ia até Palmas de Baixo, Guarapuava, Ponta Grossa, Castro e Província de São Paulo. A população era de 424 pessoas, sendo 366 colonos, maiores de 17 anos e 101 menores. Foram efetuados dois casamentos, 18 batizados e registrou-se 20 nascimentos e 7 óbitos (PARANÁ,1887).

No ano de 1888 foram construídas a capela do cemitério, um depósito para guardar os materiais da Comissão Brasileira de Limites, criada em 1885, e chefiada pelo Barão de Capanema para explorar os rios Peperi-guaçu, Santo Antônio, Chapecó e Chopim (HEINSFELD, 2007, p.107). Ainda em 1888, foram realizados 9 casamentos e 29 batismos, foram registrados 19 nascimentos e a Colônia contava com uma população de cerca de 241 pessoas, um número bem menor do que o apresentado no relatório do ano anterior. Fruto da chamada “população adventícia” que se estabelecia na colônia temporariamente para a exploração de erva mate (PARANÁ, 1888). Destacamos que o trânsito de brasileiros, argentinos e paraguaios era intenso na fronteira, justamente devido a extração da erva-mate.

Em 1890 o número de colonos homens era 204, de mulheres 166 e 158 crianças do sexo masculino e 160 do sexo feminino, de acordo com o redator do relatório parte dessa população era tida como “população adventícia”. Durante o ano foi confluído um chafariz na praça Duque de Caxias e começaram a construção de um novo armazém que serviria de depósito de armamentos e a obra da cadeia estava ainda sendo realizada (GUERRA, 1888). No Relatório do Ministério da Guerra do ano de 1896 é destacado a necessidade de melhoramentos nos prédios existentes na colônia,

além da construção de novos depósitos e fortificações, o que não eram viáveis no momento resultante do pequeno destacamento ali existente e a falta de operários, situação agravada devido à pouca verba destinada ao custeio do estabelecimento (GUERRA, 1896).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação de Colônias Militares nas fronteiras do Império, foi uma estratégia adotada por D. Pedro II com auxílio e acordo dos governos provinciais, visando a proteção, a ocupação e administração das regiões de fronteira, além de ser um órgão de concessão, uso e fiscalização das terras devolutas destinadas a colonização. As primeiras Colônias Militares datam da década de 1840 e eram subordinadas ao Ministério da Agricultura, porém, não foram vistas como exitosas, pois, não ocorria uma fiscalização efetiva e não havia um plano comum para os estabelecimentos, o que resultou na criação do Plano para uma Colônia Militar no Brasil elaborado por José Joaquim Machado de Oliveira, apesar de cumprir com o objetivo inicial, as Colônias não obtiveram melhores rendimentos econômicos e populacionais, devido à falta de investimentos efetivos para que ocorresse um melhor desenvolvimento.

Ainda que a historiografia sobre as Colônias Militares tenha abordado várias facetas de seu funcionamento, ainda são necessárias a realização de pesquisas visando aprofundar temas sociais, ambientais e econômicos. Como já destacamos compreendemos espaço social na perspectiva de Pierre Bourdieu onde afirma que o espaço exprime as hierarquias e as diferenças sociais (1989), sendo lugares onde se exerce o poder, sendo socialmente marcado e construído. A instalação de uma Colônia Militar nas fronteiras do

Brasil por si só é uma demonstração de poder e exerce poder sob a região e as pessoas que a habitam, tanto como colonos militares, como por vizinhos desse estabelecimento. Apesar de não estar tão obvio, consequência das “formas sutis de violência simbólica”, que Bourdieu destaca, há uma hierarquia na Colônia, marcada por diferenças de capital cultural e social, principalmente relacionados aos militares.

Ao instalar uma Colônia Militar, a hierarquia do exército é reproduzida nesse ambiente. A administração era responsabilidade dos militares, principalmente do militar nomeado como diretor, que deveria ter a patente mais alta que os demais, ou seja, a administração só era feita por militares com formação, os militares sem formação eram os praças que faziam o policiamento da Colônia e os trabalhos necessários para o seu desenvolvimento, como a construção de casas, estradas, entre outros. Ou seja, eram os militares responsáveis pela distribuição das terras e pela inspeção do cumprimento das regras estabelecidas pelo contrato dos colonos. O número reduzido de lotes definitivos também exprime isso.

A Colônia Militar do Xapecó foi instalada em território considerado estratégico, tanto militarmente, quanto economicamente, porém, nos anos que Bormann ficou em sua direção a Colônia não obteve autonomia financeira devido à falta de estradas que a ligassem aos mercados comerciais próximos. Outra questão foi o número reduzido de militares do destacamento da Colônia, o que dificultou a administração de Bormann. Não havia homens suficientes para fazer o policiamento na região e na Colônia e muito menos para realizar as tarefas cotidianas. Ou seja, o Ministério da Guerra desejava que a Colônia fosse um posto de guerra e um centro econômico, mas não disponibilizou mecanismos para que isso de fato ocorresse.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Bruno. **Entre Sertões e Desertos: Viajantes Brasileiros Argentinos na Fronteira (1882-1905)**. 431 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
- ARANHA, Bruno. Misiones ante o avanço brasileiro: a fronteira Brasil-Argentina na visão de Juan Bautista Ambrosetti (1891-1894). In: Simpósio Nacional De História, 29., 2015, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis, 2015.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARROS, José D' Assunção. A História Social: seus significados e seus caminhos. **LPHRevista de História da UFOP**. Ouro Preto, n. 15, 2005.
- BARROS, Vera Lúcia Fregonese. **A Colônia Militar do Chopim: 1882 a 1909**. 1980. 237 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1980.
- BEATTIE, Peter. **Tributo de Sangue: Exército, Honra, Raça e Nação no Brasil, 1864-1945**. São Paulo: Edusp, 2009.
- BEZERRA, Jéssika de Aquino. **Civilizar os sertões, consolidar o Estado a Colônia Militar do Jataí e os aldeamentos indígenas no Tibagi (1845-1897)**. 2015. 275 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2015.
- BORMANN, José B. **Dias Fratricidas: Memórias da Revolução Federalista no Estado do Paraná**. Curitiba: Typ. Da Livraria Economia Annibal Rocha e Cia, 1901.
- BOURDIEU, Pierre. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. **Estudos Avançados**, n.27, v.79, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.
- BOUTIN, Leônidas. **Colônias Militares na Província do Paraná**. 1975. 86 f. Tese (Livre Docência) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1975.
- BOUTIN, Leônidas. Colônias militares na província do Paraná. Sepa-

rata do **Boletim XXXIII do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, 1977.

BRÜGGEMANN, Adelson. A. **A sentinela isolada**: O cotidiano da colônia militar de Santa Thereza (1854-1883). 2013. 313 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios no Oeste Catarinense. **Cadernos do Ceom**, Chapecó, v. 19, n. 23, p.265-343, ago. 2006.

FERRARI, M. **Interações Transfronteiriças na Zona de Fronteira Brasil-Argentina**: o extremo Oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (século XX e XIX). Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

HEINSFELD, Adelar. **Fronteira Brasil/Argentina**: A Questão de Palmas (de Alexandre de Gusmão a Rio Branco). Passo Fundo: Méritos, 2007.

MAESTRI, Mário. A Invasão Paraguaia do Sul do Mato Grosso. **CONTRAPONTO**. Teresina, v. 2, n. 2, p.105-129, ago. 2015.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: A Degradação do Outro nos Confins do Humano. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

MYSKIW, Antonio Marcos **A fronteira como destino de viagem**: a colônia militar de Foz de Iguaçu (1888-1907). Guarapuava: Editora Unicentro, 2011.

OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. “Plano para uma colônia militar no Brasil”, **Revista do IHGB**. V.7 n.26, p 239-256. Rio de Janeiro, 1845.

RITT, Evandro. **A colônia militar de Foz do Iguaçu-PR**: Um projeto de consolidação de uma fronteira: 1880 – 1920. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

SCAPINELLO, Franciele. **Usucapião de terras devolutas da Ex-Colônia Militar de Xapecó**. 2010. 83 f. TCC (Graduação em Direito) - Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2010.

TEDESCO, João Carlos. VANIN, Alex A. **Entre a espada, a cruz e a**

enxada: A Colônia Militar de Caseros no norte do Rio Grande do Sul (1858-1878). Erechim: All Print, 2018.

VENSON, Leticia Maria. **José Bernardino Bormann e a Colônia Militar do Chapecó 1880-1898**. 2018. 59 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2018.

VENSON, Leticia Maria. **“Donde se avista o caminho da roça”:** José Bernardino Bormann e a Colônia Militar do Xaçepó. 2020. 132 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2020.

VENSON, Leticia Maria. Telegrafista Henrique Widikim e a Revolução Federalista na Colônia Militar do Xaçepó. In: ROCHA, Humberto (org). **Étnicos, Milenários e Bandidos:** História dos Movimentos Sociais no Sul do Brasil (Séculos XIX-XX). Acervus: Passo Fundo, 2020.

XAVIER, Aristóteles. **O centenário do Marechal Bormann**. Biblioteca Militar. RJ: Laemmert, 1944.

FONTES

BRASIL IMPÉRIO. Decreto nº 7299, de 09 de novembro de 1840. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-729-9-novembro-1850-560142-publicacaooriginal-82759-pe.html>>. Acesso em: 25 fev., 2019.

BRASIL IMPÉRIO. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850**. Disponível em <<https://arisp.files.wordpress.com/2007/11/lei-601-de-18-de-setembro-de-1850.pdf>> Acesso em: 25 fev., 2019.

GUERRA, Ministério. **Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra**. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1862 a 1898.

PARANÁ. **Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da Província do Paraná**. Curitiba: Typ. Perseverança de J. Pinheiro, 1884 a 1890.

IV

QUEM TEM MÓI E QUEM NÃO TEM NÃO VAI MOER:

*reflexões sobre o período do Pós-Guerra do
Contestado no Alto Vale do Rio do Peixe
(1920-1940)*

DOUGLAS HENRIQUE PEREIRA

Reservo esse espaço para saudar meus colegas, minhas colegas, professores e professoras do Mestrado em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Chapecó, que estiveram comigo nessa caminhada de dois anos. Foram momentos intensos, de aprendizagem, desafios e com muitas alegrias ainda a serem vivenciadas. E uma dessas alegrias é esse livro.

Eu sempre tive um sonho de ser mestre em alguma coisa, achava bonito o título quando criança/adolescente. Ao mesmo tempo, sabia das dificuldades que um morador do interior de Santa Catarina teria para atingir esse objetivo, ainda mais não sendo de família abastada. O local mais próximo era a Florianópolis, algo impensável e impossível.

Por isso, com a criação de uma universidade federal no Oeste de Santa Catarina foi algo fantástico para pessoas como eu, que puderam realizar o sonho de estudar em uma instituição federal.

Serei eternamente grato aos responsáveis por levar educação pública, federal e de qualidade para todos os cantinhos desse enorme Brasil. Foram homens e mulheres que ficarão na história por lutarem por um país melhor.

No primeiro ano de curso, trabalhei 60 horas por semana enquanto cursava as disciplinas para conseguir os créditos necessários no campus em Chapecó. Isso impossibilitou que pudesse ir a campo pesquisar e por isso deixei o último ano para essa tarefa. Infelizmente, durante a fase final da minha pesquisa, o mundo foi assolado pela pandemia do Coronavírus e isso trouxe impactos terríveis para a humanidade, e também para meu cronograma de estudos. Sem poder ir a arquivos, museus e afins, não consegui levantar os dados que pretendia, o que dificultou a dissertação. Com o pouco que consegui, tentei desenvolver meus pensamentos e meu problema de pesquisa, reconhecendo que falta muito para chegar ao resultado esperado. Mas isso irá acontecer, e essa dissertação se transformará em artigos que irão regulamentar minha pesquisa.

Minha dissertação, versa sobre a Guerra do Contestado, lançando olhares para o processo de colonização da região no período posterior ao conflito. Busquei apontar razões para as desigualdades que assolam nossa região, entendendo que um evento de proporções como a Guerra do Contestado não pode ficar alheio aos debates socioeconômicos que permeiam nossa terra.

A ocupação das terras da região no período anterior ao conflito, a construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande do Sul, o grave conflito armado de quatro anos, a atuação das companhias colonizadoras e a vinda dos migrantes e imigrantes para a região são alguns dos temas abordados na pesquisa. Entender como ocorreu o processo de reocupação das terras após o conflito,

ressignificando a região como um todo, transformando os antigos moradores em outsiders de suas próprias terras, são parte da fundamentação dessa dissertação.

Espero que a leitura desse capítulo possa instigar o caro leitor e a cara leitora a buscar mais informações sobre o tema e também a ler a minha dissertação completa. Pois como dizia Romário Boreli, *“não conteste o Contestado sem saber sua razão”*.

OCUPANDO O CONTESTADO:

BUSCANDO NOS PROCESSOS A COMPREENSÃO DO PRESENTE

“Videira não possui nenhuma relação com a Guerra do Contestado”. É a partir dessa afirmação ouvida em meados do ano de 2015, em tom de desabafo em uma reunião de professores de História de todas as redes de ensino da cidade de Videira, na qual me fazia presente, que o tema instigou ainda mais em mim a vontade de dar início a uma investigação científica. Para completar, a reunião em questão tinha como pauta o centenário da Guerra do Contestado, organizada pela Fundação Catarinense de Cultura (FCC) e que trouxe inquietações devido ao contexto daquele momento.

Tendo em vista que todo habitante da cidade de Videira, quando se aventura no centro da cidade, acaba inevitavelmente passando sobre os trilhos de uma estrada de ferro desativada e ao lado de uma antiga estação de trem que hoje serve de polo comercial e gastronômico, cabe-se questionar se ao fazerem isso, refletem sobre a existência de tais trilhos. Será que conhecem sua história? Pensando na afirmação do profissional do ensino de História, diversas perguntas surgiram sobre o

passado histórico de Videira. Por que afinal esses trilhos estão ali? Quando foram instalados? Quem os instalou e qual era o plano?

Os trilhos que cortam o município de Videira e a região do Alto Vale do Rio do Peixe são parte do trecho sul da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande do Sul (EFSPRG), empreendimento que possui uma enorme relação com a Guerra do Contestado e com a chegada dos colonizadores ao município e à região do meio oeste catarinense no início da década de 1920. Nesse sentido, torna-se necessária a inserção da história da construção da ferrovia como parte da história do município e da região para que a população tenha uma dimensão mais abrangente da história do lugar onde vivem.

A região do conflito do Contestado, delimitada para esse estudo é o Alto Vale do Rio do Peixe, hoje formada por pequenos municípios que enfrentam problemas políticos, econômicos, sociais e culturais (LUDKA, 2016), problemas como déficit habitacional e falta de saneamento básico, pontos-chaves que culminam no fato desta região ser a que possui os dados socioeconômicos mais baixos do Estado de Santa Catarina. Esta região foi escolhida por ser a região onde vivo desde meu nascimento, percebendo e observando suas nuances e características que me causaram, desde sempre, alguma inquietação e desejo de entender mais e melhor sobre os motivos que levaram à configuração da região. Esta região é formada atualmente por 13 municípios, sendo eles: Arroio Trinta, Caçador, Calmon, Fraiburgo, Iomerê, Lebon Régis, Macieira, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande e Videira.

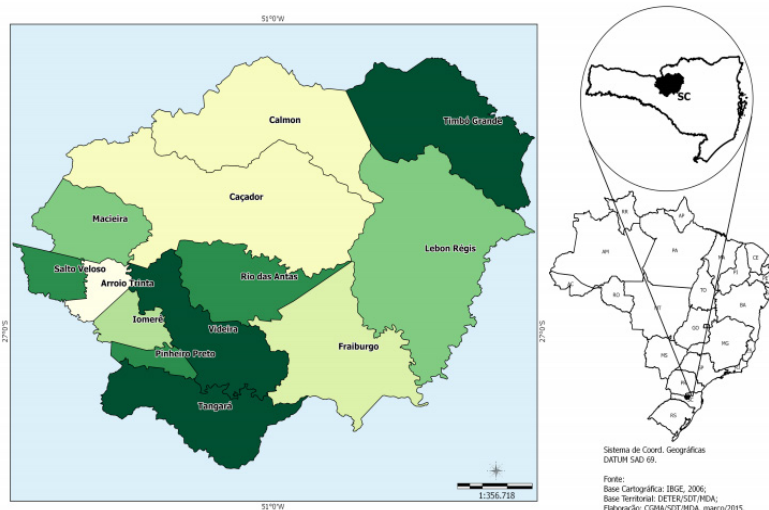


FIGURA 1: Mapa da Região do Alto Vale do Rio do Peixe. Fonte: Caderno territorial do Alto Vale do Rio do Peixe. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_155_Alto%20Vale%20do%20Rio%20do%20Peixe%20-%20SC.pdf

A região do Alto Vale do Rio do Peixe, região onde se desenvolveu a Guerra do Contestado, foi disputada entre Santa Catarina e Paraná nas décadas da virada do século XIX para o século XX, sendo parte da região pertencente ao estado do Paraná até o Acordo de Limites de 1916. Mesmo após a assinatura do acordo, ainda tiveram influência dos cartórios paranaenses quanto ao registro e regulamentação das terras da região que naquele momento passava para a jurisdição do estado de Santa Catarina.

Estudos recentes apontam relações com os acontecimentos sobre a Guerra do Contestado e suas consequências. Para quem cresce na região da guerra, as diferentes realidades que se encontram de uma cidade para a outra são perturbadoras (ou deveriam ser). Entender se os fatos históricos que envolveram diversos per-

sonagens, acordos e tratados, um grave conflito armado e o que aconteceu depois deste, possuem relação com a situação de vida atual daqueles que vivem nessa região foram a prerrogativa central para o desenvolvimento dessa pesquisa.

O Brasil é um país onde a pobreza e a desigualdade são constantes em todo o seu território, não sendo diferente na região do Alto Vale do Rio do Peixe. O que difere essa região das demais regiões de Santa Catarina é exatamente a Guerra do Contestado, que potencializou as desigualdades e a pobreza com o uso da repressão e da violência. Não há acontecimento similar em outra região desse estado, o que torna a região com uma história ainda mais peculiar e os desafios para compreender suas características ainda mais interessantes e necessários. Afinal, com um evento tão significativo e com consequências importantes para a história, conseguir demonstrar ligações entre a Guerra do Contestado, o processos de colonização que se seguiu imediatamente após o término do conflito com os baixos índices socioeconômicos e a pobreza da região são o objetivo da pesquisa realizada, remontando aos tempos passados, buscando fontes e materiais necessários para encontrar as respostas necessárias.

As buscas pelas respostas, a partir deste estudo, abrange a área territorial e os espaços e locais da região do conflito denominado pela historiografia como Guerra do Contestado, apontados entre os anos de 1912 a 1916. Busca-se compreender as práticas das companhias colonizadoras, além do envolvimento dos antigos moradores da região nesse processo de reorganização social e econômica, e as levas de migrantes que ocuparam estes espaços nas décadas que se seguiram imediatamente ao conflito armado.

A história oferece as bases e direções para o prosseguimento do trabalho. Buscou-se, por meio da análise dos acontecimentos

encontrar as respostas que motivaram as situações se postarem da maneira que se apresentam hoje. Sobre a pobreza e seus impactos na sociedade:

A pobreza é parte de nossa experiência diária. Os impactos destrutivos das transformações em andamento no capitalismo contemporâneo vão deixando suas marcas sobre a população empobrecida: o aviltamento do trabalho, o desemprego, os empregados de modo precário e intermitente, os que se tornaram não empregáveis e supérfluos, a debilidade da saúde, o desconforto da moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a fome, a fadiga, a ignorância, a resignação, a revolta, a tensão e o medo são sinais que muitas vezes anunciam os limites da condição de vida dos excluídos e subalternizados na sociedade. Sinais que expressam também o quanto a sociedade pode tolerar a pobreza e banalizá-la e, sobretudo, a profunda incompatibilidade entre os ajustes estruturais da economia à nova ordem capitalista internacional e os investimentos sociais do Estado brasileiro (YAZBEK, 2012).

Os impactos dos projetos capitalistas na região do Alto Vale do Rio do Peixe foram devastadores em vários níveis, tanto na questão ambiental, quanto cultural, social e econômica, gerando situações de pobreza comoventes e estarrecedoras. Por isso, procuro propor esse debate em busca da solução desses problemas, entendendo a Guerra do Contestado e suas nuances como ponto chave para compreender a situação de pobreza, desigualdade e atraso que a região onde se deu o conflito demonstra se comparada com as demais regiões do estado de Santa Catarina.

A região do Contestado já foi objeto de disputas nacionais e

internacionais, envolvendo Estados e países interessados em sua jurisdição. Além das disputas oficiais envolvendo diferentes governos, os conflitos de interesses também foram sentidos e protagonizados pela população local, envolvendo principalmente antigos moradores já estabelecidos nesta região e outros advindos como migrantes.

Acerca dos antigos moradores da Região do Contestado, Maurício Vinhas de Queiroz, (1977, p. 64) relatou que estes não tinham acesso ao seu principal meio de subsistência, a terra, pois eles “não tinham recursos para aquisição de terras e eram iletrados para recorrer às terras devolutas. Nelas se alojavam como posseiros, dali sendo expulsos mais tarde”. Ou seja, eram pessoas que viviam distantes dos poderes públicos, sem assistência ou direcionamentos sobre como agir em relação às posses de suas terras. Terras essas que ocupavam e viviam praticando uma agricultura de subsistência.

Após os quatro anos do conflito armado, a situação dos antigos moradores da região piorou. As concessões de vastas áreas feitas para o capital estrangeiro, estabelecido nesta região através da construção do trecho da Linha Sul da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande do Sul (EFSPRG) e o processo de colonização praticada na região impuseram novas características e obrigações para um modo de vida que se mostraria diferente daquela vida que eles estavam acostumados a levar antes do conflito armado, e suas consequências transitam de modo a influenciar novos modos de vida híbridos tanto para os antigos moradores, quanto para os novos.

O mapa aponta o trecho da EFSPRG que ligou União da Vitória, no Paraná, e Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul, denominada de Linha Sul da EFSPRG (ESPIG, 2012). Este trecho passou pela região, abrangendo as cidades do meio oeste cata-

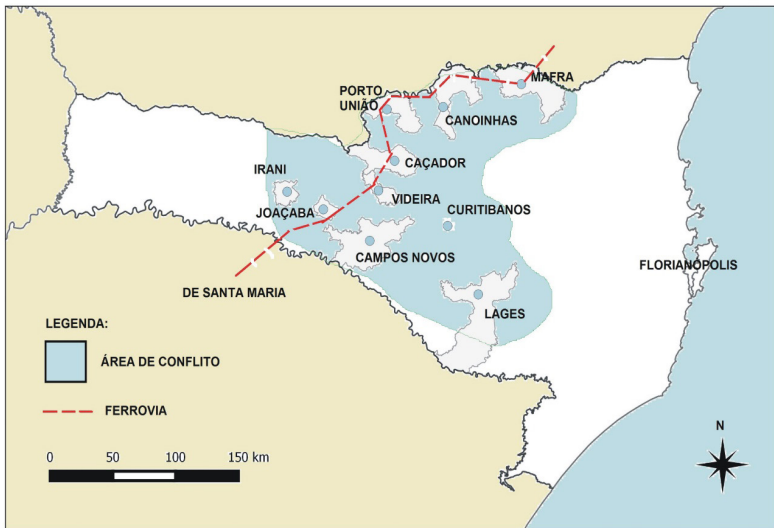


FIGURA 2: Mapa apontando o traçado da EFSPRG passando pela área de conflito da Guerra do Contestado. Fonte: Adaptado de PERTILE (2008)

rinense como Videira, Rio das Antas, Caçador, entre outras, sendo o ponto central das questões de mobilidade e ocupação territorial da população na região do Alto Vale do Rio do Peixe.

A Guerra do Contestado significou um verdadeiro genocídio para a população da região (VALENTINI, 2016), e isso fica mais evidente quando se observa alguns números como os citados por QUEIROZ (1977): “concentrados no reduto-mor, nos outros redutos, redutinhos e guardas, viviam nesse território 20000 pessoas. Até o fim do movimento, destes haviam morrido 6000 ou, em outras palavras, de cada dez, três morreriam a bala, por doença, fome ou degolamento” (QUEIROZ, 1977). Outras fontes mais recentes divergem quanto ao número exato de vítimas do conflito armado, onde esses números podem chegar a 10 mil mortos, algo próximo de 10% da população total do Estado de Santa Catarina à época, o que evidencia a violência praticada.

Para compreender os processos de povoamento da região do Alto Vale do Rio do Peixe, é importante perceber a evolução das legislações referentes ao acesso à terra. Um marco importante desse processo foi a assinatura da Lei de Terras, em 1850. Esta lei significou um marco na tentativa de legalizar o acesso às propriedades. Já em seu artigo 1º, a lei estabelecia que “Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra” (BRASIL, 1850).

Fica evidente o ideal de exclusão que a lei traz quando impõe a compra como único meio para aquisição de terras no país, excluindo enorme parcela da população brasileira que não possuía acesso a terras demarcadas e registradas, nem à instrução intelectual necessária para se adequarem à legislação brasileira, muito menos possuíam condições monetárias de se fazerem proprietários pela compra. Entretanto, estudos recentes mostram que algumas poucas famílias de brasileiros da região do Contestado conseguiram reaver suas posses em propriedades, o que ajuda a confirmar o caráter excludente que os procedimentos para o acesso à terra possuíam, pois, mesmo com essas exceções confirmando a regra e não o contrário, ainda assim é interessante observar e citar tais conquistas dos antigos posseiros da região.

Porém, quando na concessão de terras para as empresas do grupo *Farquhar*, que construiu o trecho da EFSPRG que passava na região contestada e executou projetos pioneiros de colonização dessa mesma região, a lei de terras não foi respeitada e as concessões foram realizadas sem a devida atenção à legislação (QUEIROZ, 1977). Além disso, a lei até oferecia algumas interpretações que poderiam favorecer os posseiros da região do Contestado, motivo pelo qual alguns conseguiram legalizar suas situações, mas as dificuldades para esse procedimento se mostraram maiores que as

oportunidades e o número de legalizações conquistadas foi pequeno, como dito anteriormente.

No final da Guerra, a assinatura do acordo de limites entre os Estados de Santa Catarina e Paraná não significou o fim dos litígios pela terra. Aos moradores antigos da região, fora dificultado o acesso à terra aos que tinham antes do conflito, o acesso à terra onde sempre viveram. Uma nova lógica de ocupação e posse dos territórios da região foi criada, com novas regras e condições, que atenderam aos interesses oficiais, aos interesses capitalistas, e beneficiaram os novos personagens da ocupação territorial.

Sendo assim, perceber o modo como os antigos moradores, já estabelecidos nesta região, foram inseridos na nova lógica a partir dos projetos de colonização do período pós-guerra se tornam fundamentais. Em consequência desses entendimentos, busquei estabelecer possíveis conexões entre os índices socioeconômicos que a atualidade nos traz com resquícios e as ações no pós-guerra.

Em períodos anteriores ao conflito armado, foi possível observar uma trajetória com diversos movimentos de remota presença humana na região, desde a pioneira presença indígena até o limiar das grandes navegações, que trouxeram movimentos consistentes para promover o avanço de populações europeias nestas terras. Entre os fatores que contribuíram neste processo podemos citar: a criação das primeiras vilas em Santa Catarina, o tropeirismo, a imigração colonizadora de D. João VI e, por fim, a Lei de Terras de 1850.

Incentivar a vinda de migrantes e facilitar o acesso às terras da região demonstrava o interesse por um novo modo de trabalho, por uma ocupação dos espaços considerados vazios e um entendimento de que os descendentes de europeus representavam a mão de obra perfeita para a colonização, por esses serem “ordeiros,



FIGURA 3: Fotografia do caboclo ervateiro. Fonte: Nosso Campo e tudo e mais um pouco (2012), disponível em: <http://nossocampojacu.blogspot.com/2012/05/caboclo-tomando-o-seu-terere-do-santo.html>

ideais para a colonização” (RADIN, 2009). Há de se notar a presença da população europeia descendente de imigrantes, que foram atraídos para o Brasil e suas regiões menos povoadas devido à carência de terras e oportunidades que dispunham em seus países, carestia e conflitos sociais. Essa presença de migrantes na Região do Contestado também é atribuída a um projeto¹ de branqueamento das populações aqui residentes (RADIN, 2009).

Nas primeiras décadas do século XX, o ideal de supremacia racial estava presente em todo o planeta, tendo como maior expoente o regime nazista alemão. Vários eram os estudos da pseudociência chamada Eugenia, onde cientistas de várias partes do globo terrestre promoveram pesquisas e experiências sobre a su-

¹ Quando se fala em projeto, a proposta é abordar as ações realizadas em consonância durante a história, compreendidas pelos governantes nas diferentes épocas, mas que convergiam para o mesmo propósito, impondo, principalmente, os interesses e vontades das classes dominantes.

posta superioridade racial da população branca sobre os demais grupos étnicos (SKLARZ, 2014). Na região do Contestado, a substituição dos moradores antigos da região, o caboclo brasileiro, por colonos de descendência europeia e branca, aponta traços dessas ideias de branqueamento.

No processo de colonização do Alto Vale do Rio do Peixe, as práticas voltadas para a vocação agrícola e o povoamento efetivo promovido por imigrantes europeus, posterior à fase de apropriação e regulamentação dos lotes de terras, o próximo passo foi a comercialização dessas terras, trabalho este desempenhado pelas companhias colonizadoras. Estas passaram a promover a chegada das levas de populações imigrantes e migrantes para legitimar a posse destes territórios e assim assegurar o domínio político e administrativo por parte do Estado brasileiro.

Já na concessão de terras para a construção da EFSPRG, o Governo Brasileiro determinou às empresas do grupo Farquhar, sob pena de reversão da concessão, que estas promovessem a colonização e o desenvolvimento da região. Ou seja, analisar a atuação da *Brazil Railway Company*, da *Southern Brazil Lumber & Colonization Company* para a região do oeste catarinense é de suma importância para o entendimento sobre a situação atual (SILVA, 1983), pois os fatos atentam que o desenvolvimento esperado seria alcançado caso tivesse sucesso a concretização do empreendimento e a região fosse habitada pelas pessoas capazes de dar sequência ao projeto pensado para a região.

Os trâmites sobre a comercialização das terras na região do Alto Vale do Rio do Peixe remetem a impressões importantes sobre os procedimentos adotados. A significativa distância entre a região e a capital do Estado, onde ficava o corpo administrativo estatal, abria condições interessantes a esse respeito, onde “curioso

é observar que as propriedades eram vendidas ou legitimadas a distância, na capital do estado, à revelia dos moradores do local que estava sendo alienado” (MACHADO, 2004, p. 142). Contribuía assim para que as ações desiguais e que prejudicavam os moradores locais fossem tomadas à revelia, ou com alguns cuidados para evitar constrangimentos e penalizações, como pode-se observar em um relatório redigido por um comissário do estado.

O comissário descreveu a existência de companhias colonizadoras na região do Alto Vale do Rio do Peixe, relatando que estas trouxeram alguns colonos para a região, teutos-brasileiros e austríacos, que eram “conhecedores da nossa agricultura”², em mais uma analogia com o gentil qualificado para a colonização. Falando sobre as terras devolutas na região, aponta ainda a abundância dessas terras, sem poder determinar a quantidade sem antes verificar as concessões feitas pela administração paranaense. “O que posso afirmar é que essas terras estão ocupadas por intrusos”.

Observa-se pontos importantes nesse relatório, pois este traz referências aos pensamentos e atitudes dos órgãos competentes para com a questão agrária da região do Contestado. As linhas que constroem o documento reafirmam os objetivos e projetos colonizadores que consideravam os descendentes de europeus como o gentil ideal, enquanto o caboclo histórico da região continuava a ser o intruso.

As consequências da atuação das empresas colonizadoras e de exploração na região do Contestado, bem como as consequências do conflito que ocorreu durante quatro anos são notadas até hoje, ficando evidente em inúmeros dados estatísticos da região. Ludka (2016) levantou dados do IDHM (Índice de Desenvolvimento Urbano Municipal) e o GINI³, demonstrando importantes aspectos

² 9º DIST.C.G. PORTO UNIÃO. Relatório. **Relatório do 9º Distrito do Comissariado Geral do Estado ao Diretor da Diretoria de Terras e Colonização**, [S. l.], 1919.

³ O índice de Gini é um instrumento usado para medir o grau de concentração de

tos econômicos e sociais sobre os municípios que estão localizados na região do Contestado.

CIDADES	POPULAÇÃO	IDMH	GINI	ÍNDICE DE POBREZA
Calmon	3.387	0,622	0,42	43,47%
Timbó Grande	7.167	0,659	0,47	41,56%
Três Barras	18.129	0,706	0,47	39,86%
Lebon Régis	11.838	0,649	0,45	38,70%
Fraiburgo	34.553	0,731	0,48	36,98%
Caçador	70.762	0,735	0,48	36,25%
Monte Castelo	8.346	0,675	0,44	33,99%
Matos Costa	2.839	0,657	0,45	33,25%
Canoinhas	52.765	0,757	0,49	32,22%
Papanduva	17.928	0,704	0,47	30,77%
Porto União	33.493	0,786	0,53	31,29%
Videira	47.188	0,764	0,47	30,77%
Mafra	52.912	0,777	0,49	29,56%
Salto Veloso	4.301	0,784	0,55	28,42%
Major Vieira	7.479	0,690	0,46	27,20%
Irineópolis	10.448	0,699	0,54	26,29%
Itaiópolis	20.301	0,708	0,49	26,07%
Bela Vista do Toldo	6.004	0,675	0,46	22,49%
Arroio Trinta	3.502	0,764	0,45	20,18%
Macieira	1.826	0,662	0,39	19,99%
Rio das Antas	6.143	0,697	0,44	19,94%
Pinheiro Preto	3.147	0,777	0,45	17,94%
Iomerê	2.739	0,795	0,33	11,04%

Tabela 1 – IDHM dos Municípios da Região do Contestado IDHM do menor para o maior valor, GINI e Índice de Pobreza. Fonte: LUDKA, Vanessa Maria. **Contestado, a fome e a pobreza com permanência da guerra: cenários paradoxais no sul do Brasil**. 2016. 223 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016. pg. 138.

renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda (IPEA, 2015).

Vê-se nessa tabela dados que fustigam o debate e a reflexão, como a discrepância existente entre municípios situados em uma mesma região, como as altas taxas de pobreza em municípios como Calmon e Timbó Grande, e as baixas taxas de pobreza em municípios como Pinheiro Preto e Iomerê. Os dois municípios citados com altas taxas de pobreza foram locais centrais da Guerra do Contestado, enquanto os municípios com taxas de pobreza baixas foram regiões colonizadas após o conflito, evidenciando situações de benefícios dados a certos grupos, como os migrantes de descendência europeia, como também a exclusão do acesso à terra aos caboclos da região.

Algo comum encontrado nas discussões da região do Alto Vale do Rio do Peixe é que nem todas as cidades são pobres. Esse argumento pode ser explicado observando a tabela e notando que o IDHM de algumas cidades, como Caçador e Videira, se mostra altos em comparação a outras, mas esses números encontram explicações no fato que nessas cidades encontram-se empresas de grande porte que ajudam a aumentar a renda per capita (LUDKA, 2016). Porém, esses fatores acabam por potencializar as desigualdades e a concentração de renda existentes, maquiando muitas vezes o nível de pobreza que essas cidades possuem nos dados, mas que não escapam do poder do olhar e da vivência.

Assim, o formato da colonização aplicada e a ênfase em proporcionar o acesso à terra e as oportunidades de ocupá-la contribuíram para historicamente formar uma região de baixo grau de desenvolvimento, ou mesmo, um desenvolvimento econômico desigual. Como destaca Delmir José Valentini:

Hoje, em alguns municípios da região do Contestado, encontramos os mais baixos índices de desenvolvimento humano (IDH). A

assistência aos moradores da região só chegou em pleno século XX e, mesmo assim, depois do trauma da Guerra que vitimou milhares de sertanejos pobres e analfabetos, condição que, em parte, ainda não se assegura que é totalmente passado (VALENTINI, 2015, p. 250).

Quando indagamos se o projeto executado no Alto Vale do Rio do Peixe nos anos subsequentes à Guerra do Contestado obteve êxito, a partir destes dados e dessas condições podemos chegar a uma conclusão afirmativa. O projeto em voga no Brasil, que privilegiou uns em detrimento de outros, favoreceu uma classe social e veio sendo implementado ao longo da história. Em partes, isso fica perceptível ao analisar o conjunto de leis e documentos oficiais aprovados e colocados em prática nos mais diversos contextos.

A Guerra do Contestado foi mais um capítulo dessas ações e medidas para implantação desse projeto que exclui, expulsa e afasta grande parte da população brasileira, predominantemente pobre, das riquezas e dos recursos que o Brasil dispõe. E por que esse projeto não se consolida de uma vez, se pergunta o cético? Não se consolidou até hoje pois o povo outrora renegado resiste e resistirá!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A chegada da EFSPRG foi um marco para a região do Contestado. As transformações ocorridas foram sentidas pela população, pelo meio ambiente e pela história. Antes, a fala do Monge era clara ao dizer que “*Quem tem mói, quem não tem mói também e no fim todos ficam iguais*”. Porém, com os acontecimentos, aqueles que não tinham perderam o direito de “moer” também.

As terras da região do Alto Vale do Rio do Peixe foram ressignificadas e atenderam aos interesses dos agentes políticos nacionais e estaduais e aos projetos postos em prática. Foi nesse rearranjo que os migrantes e imigrantes de descendência europeia ocuparam a região nessa nova fase vislumbrada, em detrimento da presença e da existência dos antigos moradores da região.

Isso esteve presente nas ações de exclusão e genocídio, tendo na Guerra do Contestado o auge da violência física e simbólica. Estiveram presentes também nos discursos proferidos pelos agentes políticos, desnudando os objetivos que permearam as ações durante as décadas que se seguiram ao conflito armado.

Depois da Guerra do Contestado, as Companhias Colonizadoras atuaram na região, dando sequência à ocupação das terras do Alto Vale do Rio do Peixe. Os descendentes de europeus foram os representantes do progresso idealizado para esta região, apesar que os índices de desenvolvimento humano atuais não garantem para todos o almejado progresso.

As práticas culturais, sociais e econômicas já existentes foram desprezadas diante da hegemonia da cultura europeia representada pelos que se instalaram na região e os antigos moradores foram marginalizados. São demonstrações dos impactos dos ideais eugenistas e de um branqueamento da população brasileira, baseado em uma pseudociência que impregnava o mundo nas primeiras décadas do século XX, e que também influenciaram a vida dos moradores da região do Contestado.

Esta situação ficou escancarada e pode ser observada nos indicadores socioeconômicos do Estado de Santa Catarina, principalmente da região do Alto Vale do Rio do Peixe. Foi possível observar que tanto a Guerra do Contestado quanto os acontecimentos que sucederam apontam índices escancarando a pobreza

que assola a região, onde a negação dos fatos, a busca pelo esquecimento e o preconceito pelo qual a região sofreu durante a história dificultam a superação desses problemas mesmo na atualidade.

Superar as desigualdades sociais vivenciadas na atualidade também passa por estudos e reflexões sobre o passado histórico construído. Nesta pequena contribuição através dessa dissertação, acreditamos que contribuímos na constatação de que quem não vai moer foi negado em sua cultura e nos seus valores, embora jamais deixou de acreditar nas palavras do monge: *quem tem mói, quem não tem moi também e no fim todos ficarão iguais*.

Impossível todos iguais sem políticas de inclusão e sem concepções apontando humanos como seres iguais e dignos de respeito em seus direitos e na sua cultura. Como educador, acredito no esperar concebido por Paulo Freire, numa esperança que não espera acontecer, mas sim uma esperança que faz acontecer. E faz acontecer junto, com o outro, aceitando e incluindo o outro como um ser humano que sonha com um futuro digno, igualitário, de equidade e de justiça, por fim acreditar que todos ficarão iguais.

REFERÊNCIAS

ANTONELLI, Diego. **O primeiro caminho das tropas**. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/o-primeiro-caminho-das-tropas-8crdny1ct68tssmxqfi38ctam/#ancora>. Acesso em: 27 mar. 2020.

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado**: a organização da irmandade cabocla. Florianópolis: Editora UFSC: Assembleia Legislativa; São Paulo: Cortez Editora e Livraria, 1984.

BRANDT, Marlon; NAZARENO, José de Campos. **Costumes e Usos da terra pela população cabocla do planalto de Santa Ca-**

- tarina**. Scielo, 2014. <https://doi.org/10.4215/RM2014.1302.0013>
- BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História – Especialidades e Abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BAVARESCO, P. R. FRANZEN, D. O. FRANZEN, T. E. **Políticas de colonização no extremo oeste catarinense e seus reflexos na formação da sociedade regional**. Revista Trilhas da História, Três Lagoas, v.3, nº5 p.86-104, jul-dez, 2013.
- BERTONHA, João Fábio. **O Brasil, os imigrantes italianos e a política externa fascista, 1922-1943**. Rev. bras. polít. int. Brasília , v. 40, n. 2, p. 106-130, Dec. 1997 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291997000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 de junho de 2019.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, O ofício do historiador**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BOITEUX, José Artur. **Oeste Catarinense**. Florianópolis: Alberto Entres & Irmão, 1931.7
- BRANDT, Marlon; NAZARENO, José de Campos. **Costumes e Usos da terra pela população cabocla do planalto de Santa Catarina**. Scielo, 2014. <https://doi.org/10.4215/RM2014.1302.0013>
- CAMPOS, Edson Nascimento; CURY, Maria Zilda Ferreira. **FONTES PRIMÁRIAS: SABERES EM MOVIMENTO**. Rev. Fac. Educ., São Paulo , v. 23, n. 1-2, Jan. 1997 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551997000100016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 de Junho de 2019.
- CHARTIER, Roger. **A história Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.
- CRESPO, A.P.A; GUROVITZ, E. **A Pobreza como um fenômeno multidimensional**. Scielo, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n2/v1n2a03>. Acesso em: 19/06/2020.
- ESPIG, Márcia Janete. **Personagens do Contestado: Os turmeiros da Estrada de ferro São Paulo – Rio Grande (1908-1915)**. Tese de doutorado, URGs, Porto Alegre, 2008.

ESPIG, Márcia Janete. **A construção da Linha Sul da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (1908-1910) mão de obra e migrações.** *Varia História*, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p.849-869, dez. 2012.

FRAGA, Nilson Cesar. **Mudanças e Permanências na Rede Viária do Contestado:** uma abordagem acerca da Formação Territorial no Sul do Brasil. Curitiba, PR: Universidade Federal do Paraná (Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), 2006.

FRANZINA, Emílio. **A Grande Emigração:** O êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança.** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000a

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P... **Pedagogia do Oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GÂNGAVO, P M. **A primeira história do Brasil:** história da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2004

GOHN, M. DA G. **Movimentos Sociais:** desafios teórico-metodológicos. In GOHN, M. DA G.; BRINGEL, B. M. (orgs) *Movimentos Sociais na era global.* 2 ed. **Petrópolis**, RJ: Vozes, 2014.

GOHN, M. DA G. **Teoria dos movimentos sociais na contemporaneidade.** In: GOHN, M. DA G.; BRINGEL, B. M. (orgs.). *Movimentos Sociais na era global.* 2. ed. Petrópolis, RJ Vozes, 2014.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina: uma tentativa de Síntese.** In: MATTEI, Lauro; LINS, Hoyêdo Nunes. **A socioeconomia catarinense:** cenários e perspectivas no início do século XXI. Chapecó: Argos, 2010. p. 29-62.

LEAL, Victor Nunes. **Indicações sobre a estrutura e o processo do “coronelismo”.** In: *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.* 5. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

LUDKA, Vanessa Maria. **Contestado, a fome e a pobreza com permanência da guerra: cenários paradoxais no sul do brasil.** 223 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal do

Paraná, Curitiba, 2016.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e atuação das chefias caboclas (1912-1916), Campinas, Ed. da UNICAMP, 2004.

MOTTA, Marcia. **Nas Fronteiras do Poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX**. 1996. 332 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

MOTTA, Marcia. **A Grilagem como Legado**. In: MOTTA, Marcia; PIÑERO, Théo Lobarinhas. **Voluntariado e Universo Rural**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002. p. 75-101.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. 3. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1986.

MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 144 p

MARX, K.; ENGELS, F. **O Manifesto Comunista**. 2ª ed. São Paulo: Martin Claret, 2008. (Coleção A Obra Prima de Cada Autor).

MONTEIRO, Duglas Teixeira. (1974) **Os errantes do novo século: estudo sobre o surto milenarista do Contestado**. São Paulo, Duas Cidades.

MUCHALOVSKI, Elói Giovane. **Fagulhas do Contestado**: Os conflitos nos vales do Timbó e Paciência através da Imprensa (1900-1908). São Paulo: Liber Ars, 2018.

MURARO, Valmir Francisco. Sobre fronteiras e colonização. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Uffs, 2015. p. 167-189.

ORTIZ, Helen Scorsatto. **O Banquete dos Ausentes: A Lei de Terras e a formação do latifúndio no Norte do Rio Grande do Sul (Soledade - 1850-1889)**. 2006. 213 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006.

PETROLI, Francimar Ilha da Silva. **Região, civilização e progresso: Oeste Catarinense, 1916-1945**. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho**

2011. São Paulo: Anpuh, 2011. p. 1 - 16. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308191474_ARQUIVO_Texto_completo_\(Francimar_Ilha_da_Silva_Petroli\).pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308191474_ARQUIVO_Texto_completo_(Francimar_Ilha_da_Silva_Petroli).pdf)>. Acesso em: 05 out. 2019.

PORTO, Edison. **Lebon Régis é por Lei a Cidade Coração do Contestado**". [S. l.], 14 jan. 2018. Disponível em: <http://jornalcaboclo.com.br/index.php/2018/01/14/lebon-regis-e-por-lei-a-cidade-coracao-do-contestado-por-edison-porto/>. Acesso em: 9 jun. 2020.

RADIN, José Carlos. **Companhias colonizadoras em Cruzeiro: representações sobre a civilização do sertão**. 2006. 212 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006

RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir; ZARTH, Paulo. **História da Fronteira Sul. Editora Letra e Vida**. UFFS, 2015.

RADIN, José Carlos. **Companhias Colonizadoras Cruzeiro: representações sobre a civilização do serão**. 2006. 212 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

REICHERT, Patrício. **Origem e trajetória do Caboclo de Porto Novo: a formação de sua identidade camponesa**. *Cadernos do Ceom*, Chapecó, v. 23, n. 19, p.37-72, 2006.

RENK, Arlene. **A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros**. *Cadernos do Ceom*, Chapecó, v. 23, n. 19, p.37-72, 2006.

RENK, Arlene. **Uns trabalham e outros lutam: Brasileiros e a luta na erva**. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, p. 239-258, nov. 2000.

RODRIGUES, Rogério Rosa. **Estilhaços da violência: A Guerra do Contestado e a memória oficial**. *Revista Conte*

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

SCAPIN; SPRICIGO. **Arroio Trinta: Distância que separa, raízes que unem**. Curitiba. Vale Visare. 2010

SILVA, Adriana Fraga da. **Estratégias materiais e espacialidade:**

uma Arqueologia da Paisagem do Tropeirismo nos Campos de Cima da Serra/RS. 2006. 218 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SILVA, Rosângela Cavallazzi da. **Terras públicas e particularidades - o impacto do capital estrangeiro sobre a institucionalização da propriedade privada (um estudo da Brazil Railway Company no meio oeste catarinense).** 1983. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1983.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **AS IDÉIAS EUGÊNICAS NO BRASIL: ciência, raça e projeto nacional no entreguerras. História em Reflexão,** [s. l.], 2012. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/1877>. Acesso em: 5 maio 2020.

SKLARZ, Eduardo. **Nazismo: Como ele pode acontecer.** São Paulo. Abril, 2014.

SWEEZY, P. M. **Teoria do desenvolvimento capitalista.** Princípios de economia política marxista. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores & caçadores: a origem da lei negra.** RJ: Paz e Terra, 1987.

THOMÉ, Nilson. **A Formação Do Homem Do Contestado E A Educação Escolar – República Velha.** Orientador: José Luís Sanfelice. 2007. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/252397/1/Thome_Nilson_D.pdf. Acesso em: 9 maio 2019.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. **O polvo e seus tentáculos: A Southern Brazil Lumber and Colonization Company e as transformações impingidas ao planalto contestado, 1910-1940..** Orientador: Paulo Pinheiro Machado. 2013. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/107414/317569.pdf?sequence=1>. Acesso em: 9 maio 2020.

TONON, Eloy. **Os monges do Contestado**: Permanências históricas de longa duração das predições e rituais no imaginário coletivo. Orientador: Gizlene Neder. 2008. 243 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

VALENTINI, Delmir José. **Guerra do Contestado**: Construção da imagem do caboclo. In: Rampinelli. (Org.). História e Poder: a formação das elites em Santa Catarina. 1ªed.Florianópolis SC: Insular, 2003, v, p. 183-196.

VALENTINI, Delmir José. **Guerra do Contestado (1912 - 1916)**. In: Delmir José Valentini, José Carlos Radin, Paulo Afonso Zarth. (Org.). História da Fronteira Sul. 1ed.Porto Alegre RS / Chapecó SC: Letra e Vida / UFFS, 2015, v. 01, p. 222-248.

VALENTINI, Delmir José; RADIN, José Carlos. **A Guerra do Contestado e a expansão da colonização. Esboços - Revista do Programa de Pós-graduação em História da Ufsc**, [s.l.], v. 19, n. 28, p.127-150, 14 out. 2013. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7976.2012v19n28p127>.

VALENTINI, Delmir José **Memórias da Lumber e da Guerra do Contestado**. Ed. UFFS. Chapecó, 2015. em: <https://play.google.com/books/reader?id=PqHMDgAAQBAJ&chl=pt&pg=GBS.PA2.w.0.0.0.3>. Acesso em: 9 abr. 2020.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos de sociologia compreensiva. 1991. Vol. 1. Brasília, Editora da UnB.

ZARTH, Paulo; RADIN, José; VALENTINI, Delmir (orgs). **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida: Chapecó: UFFS, 2015.

FONTES

3º DIST.C.G. Relatório. **Relatório do 3º Distrito do Comissariado Geral do Estado ao Diretor da Diretoria de Terras e Colonização**, [S. L.], 1920.

7º DIST.C.G. Relatório. **Relatório do 7º Distrito do Comissariado**

Geral, [S. l.], 1920.

9º DIST.C.G. PORTO UNIÃO. Relatório. **Relatório do 9º Distrito do Comissariado Geral do Estado ao Diretor da Diretoria de Terras e Colonização**, [S. l.], 1919.

9º DIST.C.G. PORTO UNIÃO. Relatório. **Relatório do 9º Distrito do Comissariado Geral de Terras do Estado ao Diretor de Terras**, [S. l.], 1920.

SKLARZ, Eduardo. Nazismo. Como ele pode acontecer. São Paulo. Abril, 2014.

BRASIL. Lei nº 601 de 18 de Setembro 1850 – Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm.

Caderno territorial do Alto Vale do Rio do Peixe. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_155_Alto%20Vale%20do%20Rio%20do%20Peixe%20-%20SC.pdf

Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, em 14 de agosto de 1917, pelo Dr. Felipe Schmidt, Governador do Estado de Santa Catharina.

PLANO BÁSICO DE DESENVOLVIMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO. Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe (AMARP). 1994.

Relatório da Diretoria de Terras e Colonização ao Secretário da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura, [S. l.], 1931.

Relatório da Sociedade Colonizadora Catarinense ao Interventor Federal do Estado de Santa Catarina, [S. l.], 1934.

V

A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA/SC

JORDAN BRASIL DOS SANTOS

O desenvolvimento do oeste de Santa Catarina possui as suas peculiaridades nos seus processos de migração e de formação populacional, segundo Poli (1991, p. 73-110) existem três fases: a indígena, a cabocla e a de colonização. A fase indígena durou até meados do século XIX onde a região era ocupada pelos Kaingang, a fase cabocla, uma população miscigenada com os indígenas, onde a principal atividade era a agricultura de subsistência e formava assim a “frente da frente”, após a invasão das comunidades indígenas o caboclo ocupava, por um tempo determinado, as terras como “posseiro”, em seguida vinham os colonos e compravam e ocupavam definitivamente a terra (POLI, 1991, p. 164-165). A colonização fez com que a região oeste de Santa Catarina tivesse uma mudança substancial na sua organização geográfica e social. Entre os anos de 1908 e 1910, com a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande, iniciou-se o povoa-

mento com a chegada dos trabalhadores da ferrovia. Para Valentini (2015) após a inauguração da ferrovia e das primeiras concessões de terra para a Brazil Railway Company para a colonização, seguiram-se anos de grandes negociações de terra e de expropriação dos nativos. A instalação da estrada de ferro era a modernização chegando ao oeste, considerado como atrasado, para trazer o “progresso” e isso gerou a oportunidade de reprodução ao capital por meio de articulação entre localidades de produção de mercadorias e serviço, “a chegada do trem a vapor em Santa Catarina simbolizava o moderno” (PERTILE, 2008, p. 52) mas essas transformações não aconteceram de forma pacífica, geraram revoltas entre os sertanejos iniciando a Guerra do Contestado (1912- 1916).

A partir da década de 1940 a agricultura familiar começou sua consolidação na região. Assim emergiu a indústria voltada aos alimentos, não mais como a extração de erva-mate ou madeira, essa indústria se fortaleceu no aumento da demanda interna por alimentos. E para atender essa nova demanda foi necessário substituir elementos sociais da vida rural por elementos técnicos que aumentou a produção. A integração do oeste com o país fez com que os frigoríficos tivessem que se readequar para competir com a produção dos frigoríficos de São Paulo. Na década de 1940 surgiu os primeiros frigoríficos com expressão econômica, fazendo com que os produtores rurais aumentassem a produção para a venda nesses frigoríficos (PERTILE, 2008).

Começou então, uma preparação para a entrada da modernização na agricultura. Com essa nascente agroindústria era necessário melhorar a produtividade do solo e mecanizar os processos de produção. Além de modernizar os métodos de produção da matéria prima para a agroindústria. É nesse ponto que a pesquisa começa de fato, a partir dessa mudança estrutural na agricultura,

ocorreu uma mudança profunda na organização familiar. Nessa região, as mulheres agricultoras eram, na sua maioria, de origem italiana ou germânica, brancas e com um nível de escolaridade baixo ou inexistente. Essas mulheres já desempenhavam atividades produtivas e reprodutivas, mas, a partir da entrada do capital agroindustrial, lidavam ainda com a exploração do capital sobre seus corpos, saberes e seus trabalhos. Isso gerou uma invisibilização, ainda maior, do trabalho das mulheres rurais porque as atividades produtivas foram masculinizadas, pois eram remuneradas, e as atividades reprodutivas foram feminilizadas, pois não geravam renda direta, apesar de serem essenciais para o trabalho no campo. Essa mulher participou tanto das atividades produtivas e reprodutivas ao contrário do homem que, na maioria das vezes, só dedicou tempo para as atividades remuneradas.

Em 1944, a Sadia¹ começou as suas atividades na cidade de Concórdia, com um frigorífico e um moinho de trigo. Já na década de 1950, o Grupo Sadia experimenta forte expansão, introduzindo a suinocultura no Oeste Catarinense, sendo o estopim para modernizar a produção de matéria prima e transformar definitivamente a forma de organização da agricultura familiar que foi a base para a agroindústria na época. A década de 1960, trouxe a efetivação do sistema de produção integrada. Segundo Pertile (2008) a ideia desse sistema de produção era garantir fornecimento de matéria prima de qualidade fornecida pelos agricultores para a indústria processadora.

¹ Sadia foi uma empresa familiar do setor frigorífico criada em Concórdia/SC para a manufatura de carnes suína e de aves. A partir de 1950 a empresa cresce tomando proporções nacionais e futuramente internacional. Em 2008, com a crise que afetou o mundo todo, a empresa fundiu-se com outras grandes empresas do mercado alimentício tornando o conglomerado de 20 empresas, chamando-se de Brasil Foods (BRF).

A agroindústria foi a responsável pela inserção da agricultura familiar no sistema capitalista, na microrregião de Concórdia, aprofundando as desigualdades de gênero na agricultura, principalmente na questão do trabalho, transformando o agricultor em assalariado e a agricultora em ajudante do homem. A exploração da mão de obra dos agricultores e seus corpos, foi a base fundadora do capitalismo na região. À mulher foi imposto os trabalhos reprodutivos (trabalhos domésticos e de cuidado) e desconsiderada nas atividades produtivas (atividades da propriedade rural que geravam renda), criando assim, uma invisibilização do seu trabalho. A Divisão Sexual do trabalho no campo ganha traços permanentes, definindo os espaços masculinos e femininos, do trabalho e do não trabalho, desvalorizando a participação feminina nos trabalhos produtivos (DEERE; LÉON, 2001). O trabalho da mulher não recebe reconhecimento, nem mesmo quando ela desempenha atividades produtivas, sendo considerada como uma ajuda ao trabalho do homem (HEREDIA, 1979) e “as hierarquias de gênero e geração delinham a divisão do trabalho no campo – um padrão que se (re)produz dentro das famílias, a partir de certas práticas sociais e da legitimidade da autoridade masculina” (SCHWENDLER, 2020, p. 7).

A divisão sexual do trabalho impõe os limites entre “os trabalhos produtivos, realizados fora de casa, remunerados e socialmente visíveis, produtores de valor, voltados à esfera masculina” e “os trabalhos destinados às mulheres, são aqueles vinculados à reprodução social, no âmbito doméstico, não remunerados e invisíveis como trabalho e como produtores de valor” (BANDEIRA e PRETURLAN, 2016, p. 49; CARLOTO e GOMES, 2011). Apesar de estarem separados conceitualmente, as atividades produtivas não podem ser dissociadas.

A noção do homem provedor da família e a mulher cuidadora tem sido fragilizada pelas transformações no mercado de trabalho (CARRASCO, 2003; MELO e CASTILHO 2007). Mas mesmo com essa maior inserção feminina no mercado laboral, não eliminou as desigualdades no mercado formal de trabalho. A Relação Anual de Informações Sociais (2016), afirma que em Santa Catarina, com exceção da Administração Pública e dos Serviços, as mulheres são minoria em todos os demais setores econômicos, são 9,0% dos trabalhadores da Construção Civil, 25,8% da Agropecuária e 39,5% da Indústria de Transformação (SANTOS, BOHN, ALMEIDA; 2020).

Essa saída ao mercado de trabalho gerou um aumento de jornadas pois elas não abandonaram o mundo do trabalho reprodutivo, do cuidado, e o tempo dedicado a essas atividades não diminuiu (ANDRADE, 2016). Entender a hierarquia de gênero dentro da agricultura familiar é essencial para entender a forma como o trabalho está organizado. As atividades reprodutivas possuem pouca ou nenhuma visibilidade pois, são comuns as rotinas familiares e consideradas ajuda a trabalho produtivo do homem. Segundo Schmitz e Santos (2013), o homem é tido como chefe da família porque detém o poder de decisão sobre os rumos da propriedade e para isso exclui a mulher das decisões, mesmo que ela trabalhe mais horas do que eles. Essa invisibilidade que são impostas para elas está associada, ao não reconhecimento do seu trabalho e consequentemente o não reconhecimento como produtoras rurais (MELO, 2002).

Assim tornam-se importante os estudos que mostram a importância do trabalho feminino, seja ele produtivo ou reprodutivo, para a propriedade rural e consequentemente para a renda da família. Para Colling (2004) quando se faz história das mulheres

está reconstituindo muitos problemas como a questão do poder e do pensamento simbólico, a marginalização e o esquecimento. Por isso a importância em quebrar esses paradigmas históricos, para revelar a história que foi esquecida. Também é por isso, que se faz extremamente necessário, olhar para as relações sempre tendo o cuidado de não cair “na tentação de fantasiar e de idealizar” (JARDIM; PIEPPER; 2010, p. 91). A pesquisadora Scott (1988) faz uma análise das ações e transformações dos indivíduos no tempo e no espaço pela ótica de gênero, mas é necessário incorporar na sua análise a ideia de que “a realidade histórica é social e culturalmente constituída” e através disso percebe-se “a existência de processos históricos diferentes e simultâneos” (MATOS, 1998, p. 70). Assim atenua a possibilidade de uma análise distorcida do papel das mulheres.

O presente estudo analisa, a partir de entrevistas com agricultores e agricultoras familiares de Concórdia – SC, se é possível afirmar que o trabalho da mulher é invisibilizado na agricultura familiar por não considerar o tempo de trabalho reprodutivo. Quando se tem clareza das formas como o gênero está estruturado na agricultura familiar é importante para balizar as políticas públicas que visem a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento feminino da agricultora familiar, reconhecendo assim, a centralidade do trabalho feminino para a agricultura familiar.

O TEMPO DE TRABALHO E A DESIGUALDADE DE GÊNERO

Michelle Perrot (2007) escreve sua obra mostrando que a história das mulheres é de todas as mulheres, de toda a sociedade pois ela trabalha a relação com os homens, da sexualidade, da família, das

representações de masculino e feminino, das classes sociais, do poder, da sociedade. Assim ela reforça a ideia de as mulheres têm uma história. Perrot (2007) afirma que o trabalho das mulheres era invisível, não valorizado e não remunerado. Além disso, as conquistas femininas podem trazer à tona outras desigualdades como a dupla jornada e a feminilização dos trabalhos domésticos.

A História das Mulheres dialogando com a categoria de gênero é importante para que a sociedade compreenda as bases nas quais estão firmadas e também para encontrar soluções de problemas tão enraizados em nossa cultura, como a violência contra as mulheres rurais. O capitalismo expropriou as mulheres de seus corpos para transformá-lo em máquina de produção de capital agroindustrial destruindo a relação delas com o meio e os ciclos naturais.

As mulheres ao longo da história foram invisibilizadas da história oficial e isso se deu como um reflexo estrutural de como a sociedade está organizada, “a mulher nunca deixou de fazer história, contudo, foi escolhido não registrar as suas falas, suas ações, ou melhor, sua história” (JARDIM; PIEPPER; 2010 p. 92). É necessário compreender essa relação das mulheres com o capital agroindustrial e como, ao longo do tempo, elas foram transformando-se na tentativa de reagir a essa dominação masculina capitalista de seu corpo e saberes. As mulheres como protagonistas de suas próprias histórias, como sujeitos que foram forjadas na luta, mesmo que seja uma luta familiar, ou interna.

O trabalho está apoiado na pesquisa oral “a fonte oral se constitui como base primária para a obtenção de toda a forma de conhecimento, seja ele científico ou não” (GONÇALVES, LISBOA, 2001, p. 85). Essa forma oral é a uma das mais ricas fontes humana de transmissão do conhecimento e fornece aos indiví-

duos, que naturalmente foram excluídos da história oficial, uma chance de deixar registrada a sua visão sobre o mundo e sobre a participação de seu grupo na construção da sociedade. Saindo assim da invisibilidade total “a história oral tem desvendado questões outrora obscuras a partir da investigação da realidade desses sujeitos, das suas ações e relações que se ocultam nas estruturas sociais” (GONÇALVES, LISBOA, 2001, p. 85). Segundo Meihy; Holanda (2011, p. 124) em história oral, “mais do que a verdade comprovada e aferível, o que se busca é a variação das narrativas em suas evidências, inexatidões e deslocamentos. Se isso é válido em termos individuais, no coletivo ganha dimensões ainda mais relevantes”.

É por meio da História Oral que a Identidade feminina é reconstruída a partir das relações de gênero. Os indivíduos reproduzem diariamente as relações de gênero em todas as ações que realizam. Com o resgate do cotidiano, através da História Oral, os indivíduos reconstróem não somente a História de vida, “mas também sua identificação social com um determinado gênero” (TEDESCHI, 2015, p. 340). A História oral não trata apenas de sair do discurso da versão masculina da história, nem somente dar voz as mulheres, mas antes de tudo é um comprometimento político “com a escuta atenta, ética e respeitosa por vozes que insistem em se fazer ouvir, abrindo brechas e produzindo questionamentos sobre sentimentos e condutas socialmente construídos e sobre a produção de uma história única” (ROVAI, 2017, p. 12).

É a partir de entrevistas com pessoas casadas que vivem exclusivamente da agricultura familiar no município de Concórdia (SC). As perguntas consistiam de algumas informações pré estabelecidas que caracterizavam o perfil dos entrevistados (como renda, nível de escolaridade e número de filhos) e questões voltadas às ati-

vidades remuneradas exercidas na agricultura familiar e fora dela, bem como em termos de atividade não-remunerada. Além disso, a pesquisa analisou a fala dessas mulheres com relação a valorização do seu trabalho. Assim é possível analisar a invisibilidade do trabalho doméstico na agricultura familiar.

A DESIGUALDADE DE GÊNERO MEDIDA PELO TEMPO DE TRABALHO

No Brasil há uma grande desigualdade de gênero. O *Gender Development Index* (GDI), que é a razão entre os níveis de desenvolvimento de homens e mulheres, coloca o país na 79ª posição mundial. Mesmo assim com essas diferenças entre homens e mulheres, o *Desenvolvimento Humano para além das Médias de 2017* mostra que, entre 2000 e 2010, houve uma diminuição das desigualdades de sexo no país. Entretanto, “está maior representatividade ocorreu estritamente nas cidades, tendo efeito praticamente nulo no âmbito rural” (PNUD/IPEA/FJP, 2017, p. 100).

A inserção das mulheres no mercado de trabalho no estado de Santa Catarina pode ser mensurada pela taxa de atividades no percentual de pessoas economicamente ativas (PEA) onde 76,2% dos homens e 57,4% das mulheres estão ocupados. Quando se analisa as mulheres rurais, elas são menos representativas na força de trabalho do que as urbanas. Esses limites de trabalho nas atividades rurais são leves, de modo que a mulher agricultora aparece mais invisibilizada que a mulher urbana.

A figura 1, mostra a quantidade de horas que homens e mulheres dedicam a atividades remuneradas, revela a maior concentração masculina em trabalhos que consomem mais de 40 horas semanais, sendo maior na Região Sul do Brasil (84,5%) do que no

país como um todo (79,8%). Embora para as mulheres também haja predominância na faixa de 40 a 44 horas semanais, elas estão consideravelmente mais presentes em trabalhos parciais, com 38,8% delas trabalhando até 39 horas no país, contra 33,4% no Sul (valores que, no caso masculino, são de 20,2% e de 15,5%, respectivamente).

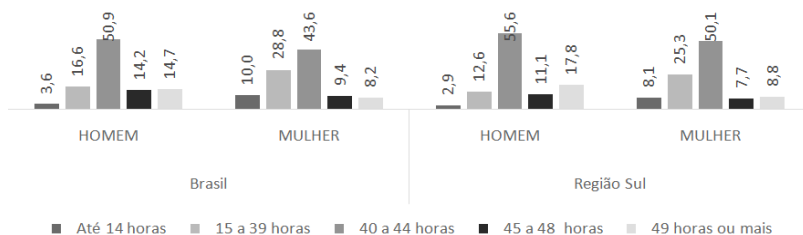


FIGURA 1: Horas trabalhadas em atividades remuneradas (2015). Fonte: PNAD – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Quando se analisa o trabalho reprodutivo esse abismo, identificado entre o tempo utilizado no trabalho principal por homens e mulheres, se intensifica. Conforme as informações da Figura 2 os homens, em nenhum estado, trabalham nos afazeres domésticos mais que 12 horas semanais, valor que se encontra abaixo do mínimo dispendido entre as mulheres (que é de 17,2 horas). As paraibanas ocupam a primeira posição (com 27,3 horas semanais), e o menor tempo gasto em afazeres domésticos foram observados no Distrito Federal (17,2). A média catarinense, não é alta, tanto entre os homens (com 9,8 horas semanais), como entre as mulheres (com 19,6 horas), com uma diferença entre os sexos de 9,8 horas por semana, sendo menor que a média do país, que a diferença é 10,5 horas semanais, de modo que, em um mês, a mulher gasta quase dois dias a mais que os homens somente realizando os afazeres domésticos.

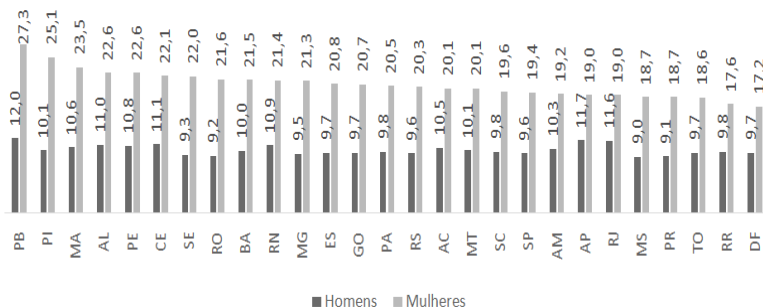


FIGURA 2: Horas gastas em afazeres domésticos (2015). Fonte: PNAD – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

A soma do tempo dedicado ao trabalho principal com o tempo dos afazeres domésticos, tem-se o tempo total de trabalho (TTT). Conforme mostra a Figura 3, essa classificação mostra que o tempo de trabalho delas é superior em todos os estados, mesmo não tendo maioria em tempo de trabalho remunerado. Assim, as mulheres trabalham 4,6 horas semanais a mais que os homens, e em um mês, elas dedicam quase um dia a mais que eles nas atividades produtivas e reprodutivas.

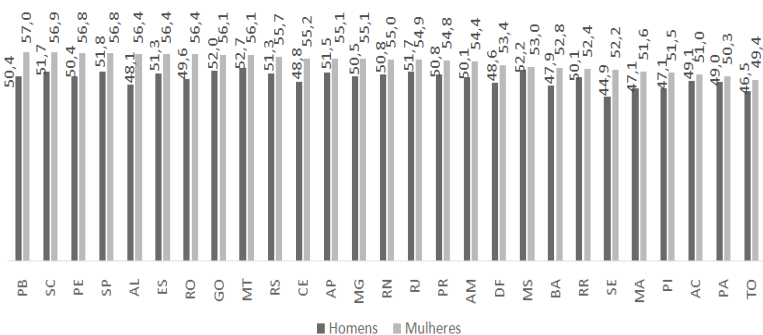


FIGURA 3: Jornada total de trabalho, por UF e sexo (2015). Fonte: PNAD – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Apesar das diversas políticas públicas de empoderamento feminino, ainda permanece a discrepância entre tempo de trabalho de homens e mulheres no país como um todo. As mulheres, principalmente as rurais, desempenham atividades produtivas e não veem a contrapartida masculina nas atividades reprodutivas. Isso torna-se visível nas horas que as mulheres trabalham a mais do que os homens no tempo total de trabalho. Veremos a seguir, que quando o recorte é a agricultura familiar esses índices são ainda mais elevados e a diferença ainda maior.

RESULTADOS DA PESQUISA

O atual Oeste Catarinense foi colonizado a partir da segunda metade do século XX, por imigrantes e migrantes descendentes de europeus, advindos das chamadas Colônias Velhas no Rio Grande do Sul. Sua grande maioria eram alemães e italianos que trabalharam na nova colônia, construíram estradas, criaram comércios com a exploração primeiramente da madeira e após com a exploração da agricultura com a cultura do milho e mais recente da soja.

O município de Concórdia tem sua história marcada definitivamente pela presença da antiga Sadia, atual BRF (Brasil Foods) que surge da união da Sadia e Perdigão em 2008. O município de Concórdia, atualmente, possui 74.106² mil habitantes. O último Censo de 2010 trouxe alguns dados importantes como por exemplo o IDH 0,80. Esse índice mede a qualidade de vida dos indivíduos, quanto mais próximo de 1 mais qualidade de vida os indivíduos possuem. Então, pode-se perceber que apesar das dificuldades, tem-se um município com grande desenvolvimento econômico e humano.

² Dados estimados em 2018 pelo IBGE.

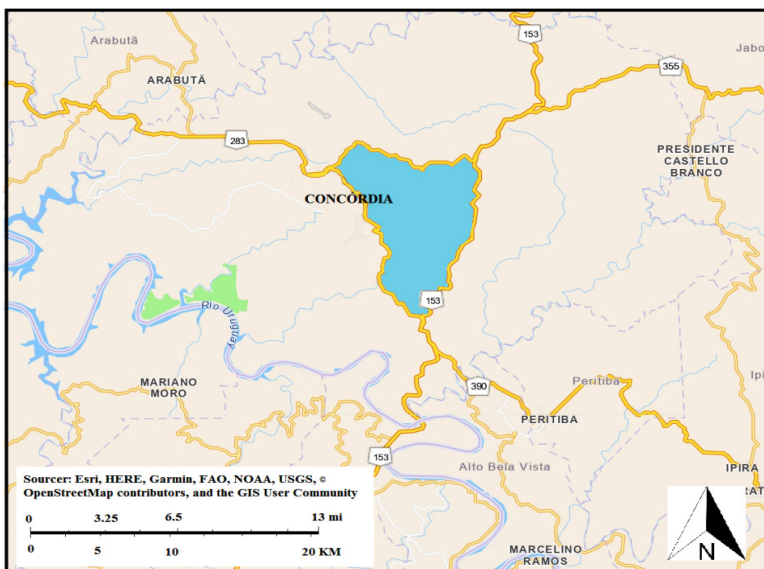


FIGURA 4: Localização de Concórdia/SC. Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com dados do IBGE

Os entrevistados não foram identificados, e isso possibilitou que as pessoas pudessem falar abertamente sobre a sua percepção a respeito do trabalho produtivo e reprodutivo. Assim tem-se a caracterização dos entrevistados: 32% tem entre 21 e 40 anos, 25% que possuem entre 41 e 50 anos e 25% entre 51 e 60. O grupo mais numeroso de mulheres está na faixa etária entre 21 a 40 anos, sendo 40,4%, enquanto para os homens é a faixa de 41 a 50 anos, corresponde 30,2%.

A escolaridade mostra que mais da metade dos entrevistados não possui o ensino fundamental completo, e as mulheres são mais escolarizadas do que os homens. Isso pode ser explicado pelo fato de que muitas pessoas não puderam estudar pois, tiveram que trocar a escola pelo trabalho rural, seja na ajuda aos pais ou já casados. Mas essas escolhas tem um peso muito grande que só pode

ser percebido no decorrer da vida. Muitos entrevistados revelaram a falta de uma escolaridade mais alta, e que se pudessem voltar no tempo, mudariam as suas escolhas. Isso revela na educação dos filhos e filhas. As filhas são mais incentivadas ao estudo, 38,6% das entrevistadas possui Ensino Médio ou Superior Completo, contra 27,9% dos filhos.

Esse dado revela também que a mãe, responsável pelo incentivo dos filhos em continuar os estudos, incentiva muito mais as filhas em continuar seus estudos para evitar que a agricultura seja a única fonte de renda dela. Uma agricultora de 52 anos e com uma filha de 16 anos afirmou: “incentivo ela [filha] para continuar os estudos, mostro para ela a minha realidade e pergunto se ela quer isso para a vida dela, é muito dura essa vida de mulher no campo, os homens são muitos fechados para as mulheres, não deixam a gente fazer nada”.

A respeito da renda familiar, é extremamente difícil para os entrevistados definir quanto ela é realmente. A remuneração não ocorre de forma unificada, uma vez ao mês e muito dos recursos recebidos pela venda dos produtos ou pelo trabalho de parceria é um valor bruto que é necessário retirar os custos de produção como luz, lenha, água, entre outros insumos necessários para a produção. Somado a isso têm a ausência de um planejamento financeiro familiar por diversos motivos, geralmente somente o homem cuida do dinheiro, a renda é variável, os preços flutuam mensalmente. Assim de forma geral a dificuldade de definir a sua renda gera um sentimento de que a agricultura familiar é economicamente insustentável. Os pesquisados, na ampla maioria afirmam que sua renda é inferior a R\$ 2.500,00.

Consegue-se identificar o êxodo rural feminino na movimentação dos filhos e filhas. Há um incentivo para as filhas estu-

darem e procurarem outras profissões na cidade, 87% dos entrevistados têm filhos, e dentro desse índice, 27% não moram mais com os pais. De acordo com um dos agricultores entrevistados, de 47 anos, “os homens que ainda não casaram podem perder a esperança, por que nenhuma mulher da cidade vai deixar a vida lá para vir morar no campo, porque aqui não temos incentivos e o retorno financeiro é extremamente baixo”.

A pesquisa revela ainda a participação das mulheres nas atividades reprodutivas, nas atividades domésticas enquanto os homens ficam como responsáveis pela administração dos recursos financeiros da família. Após delimitado o perfil dos entrevistados, é possível avançar na discussão dos resultados obtidos. Isso pode ser considerado comum no meio rural, devido a cultura de que as mulheres devem ser educadas para as atividades de cuidado e os homens para a atividades de provento da família.

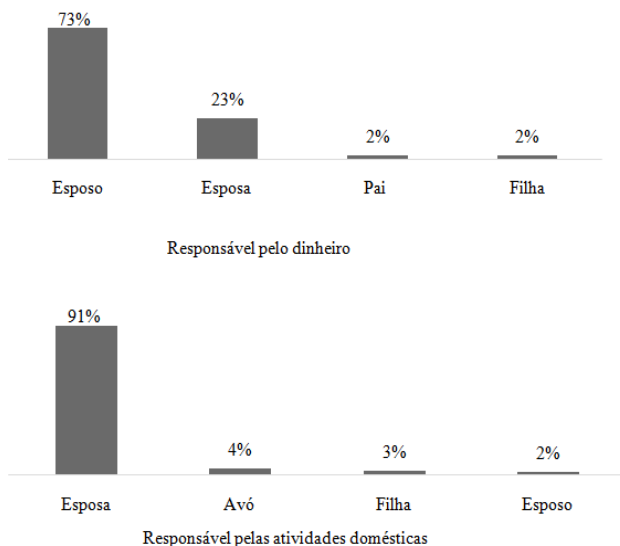


FIGURA 5: Os papéis desempenhados na família por homens e mulheres. Fonte: Resultados da pesquisa (SANTOS, BOHN, ALMEIDA, 2000)

Pode-se perceber que existe uma presença das mulheres na administração dos recursos na faixa etária entre 51 a 60 anos. Essa presença feminina se deu pela morte do esposo ou pelas atividades do esposo como em trabalhos remunerados fora da propriedade durante a semana ou. Em algumas famílias o orçamento é gerido em conjunto, mas na hora de decidir o que fazer e quanto fazer aí há a palavra final que é do homem, podendo ser o pai, o esposo ou o filho. O relato de uma agricultora de 42 anos expressa essa desigualdade, ela é responsável pelo cuidado e ordenha das vacas leiteiras e a renda com a venda do leite corresponde quase a totalidade da renda da família, ela afirma: “dinheiro para gastar comigo é quase nada; todo o dinheiro da família fica com o meu marido”.

No lado oposto a isso tem as atividades domésticas, que é feminizada. Ou seja, essas atividades são culturalmente destinadas para as mulheres, mães, avós, filhas. Nos casos onde o homem é o responsável o motivo é muito específico, a esposa é enferma e não consegue desenvolver essas atividades. Em 91% dos casos as mulheres desempenham a função doméstica da família. A ideia de que essas atividades são da mulher é culturalmente mantida pela divisão sexual do trabalho e pode ser percebido na fala de muitas agricultoras, mas uma em especial chama a atenção, uma mulher de 24 anos, casada e com filha afirma: “foi já predestinado para a mulher limpar a casa e cuidar dos filhos e, por causa do cansaço do esposo, a mulher acredita que esta é sua função”. Uma outra, de 56 anos, casada e com filhos afirma que é no casamento que ocorre essa delimitação de responsabilidade: “a casa e a família passam a ser sua responsabilidade [após o casamento], já que é coisa de mulher e o homem não sabe fazer”.

Entre os entrevistados tem-se que 97,7% dos homens entrevistados afirmam exercer alguma atividade na agricultura familiar

e 87,7% das mulheres afirmam que exercem alguma atividade na agricultura familiar. Um fato que merece destaque é o de que as mulheres que não exercem atividades na agricultura familiar possuem alguma comorbidade que a impossibilita. A maior parte está inserida na produção de leite para os laticínios, ou ainda no sistema de parceria de criação de suínos e aves para a agroindústria, a família investe com a estrutura e mão de obra e a empresa coloca o animal e o alimento.

A percepção do seu trabalho foi um ponto muito importante da pesquisa. Cada entrevistado teve que declarar quantas horas trabalha e quantas horas seu companheiro ou companheira trabalha. Assim 66% das mulheres afirmam trabalhar entre 6 e 10 horas diariamente na agricultura familiar, seguido pela faixa de 3 e 6 horas diárias que foi declarada por 26% das mulheres. Já 57% dos homens afirmam que trabalham de 6 a 10 horas na agricultura familiar, seguido de 29% afirmando que trabalham mais 10 horas. Esse último índice não apareceu na percepção das mulheres. Pode-se perceber também uma não percepção dos homens com relação ao trabalho das mulheres na faixa entre 6 e 10 horas e uma super valorização das mulheres, com relação ao trabalho do esposo, nessa mesma faixa de horário.

A relação de horas dedicadas aos afazeres domésticos revela uma desigualdade entre tempo de trabalho que homens e mulheres dedicam para as atividades domésticas. A totalidade das mulheres entrevistadas afirmam que dedicam parte do seu tempo para atividades domésticas diariamente contra apenas 39,5% dos homens. É importante destacar que as atividades domésticas são atividades extras para as mulheres, além das atividades na lavoura, nos serviços com os animais, no trabalho com a horta, ainda elas têm o trabalho doméstico.

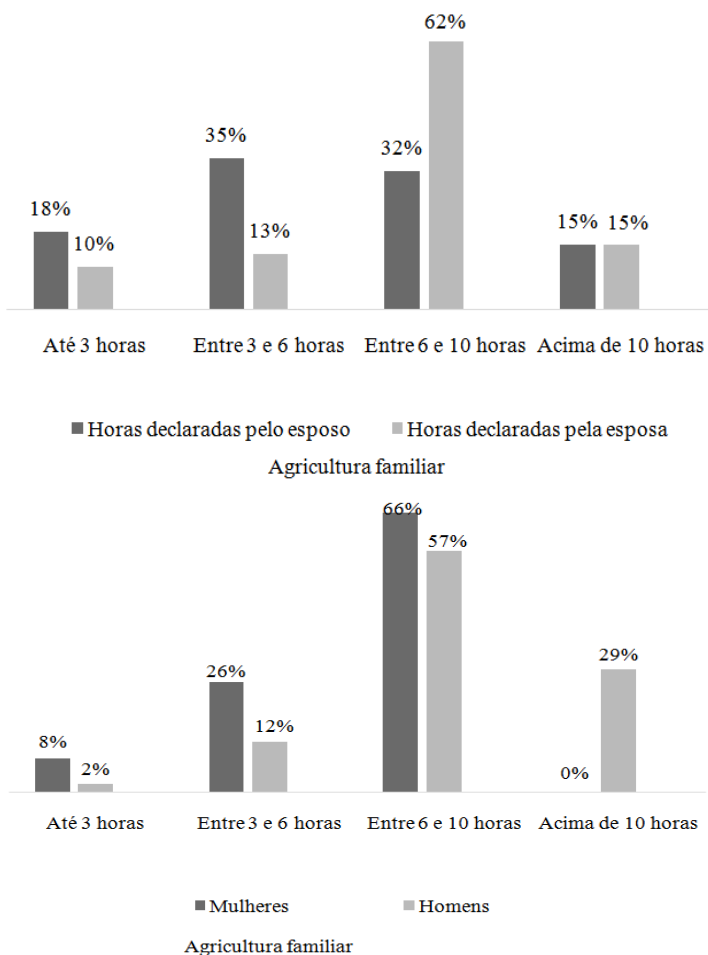


FIGURA 6: Tempo de trabalho na agricultura familiar. Fonte: Resultados da pesquisa (SANTOS, BOHN, ALMEIDA, 2000).

Temos que 63% das mulheres afirmam que gastam de 3 a 6 horas diárias em afazeres domésticos, 19% relatam que trabalham entre 6 e 10 horas; e para os homens o tempo dispendido é inferior a 3 horas. Há um reconhecimento por parte dos homens do trabalho que as mulheres desempenham dentro de casa. Mas

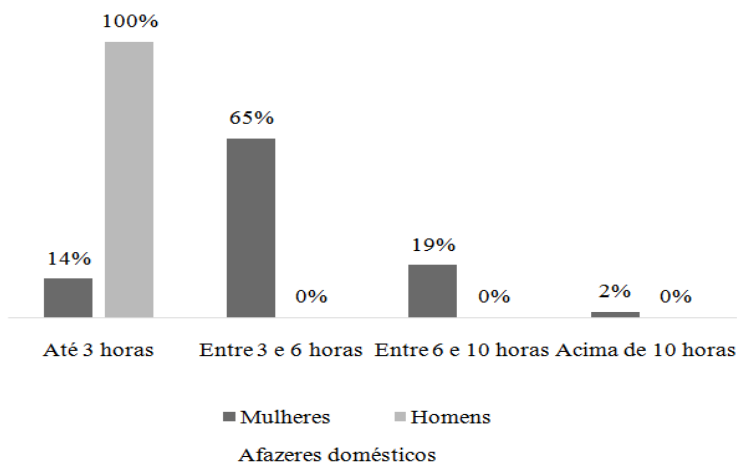
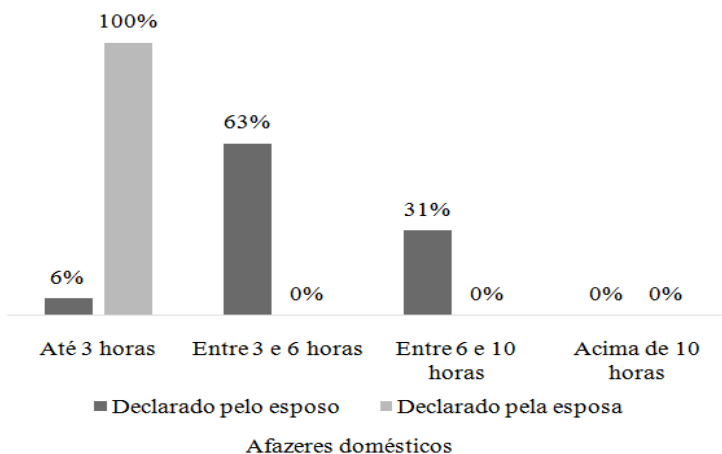


FIGURA 7: Tempo de trabalho com afazeres domésticos. Fonte: Resultados da pesquisa (SANTOS, BOHN, ALMEIDA, 2000).

esse reconhecimento não vem acompanhado de uma mudança de comportamento.

Com as entrevistas pode-se perceber que inconscientemente as mulheres internalizaram que a responsabilidade do trabalho doméstico é da mulher, uma obrigação feminina e aos homens cabe

o trabalho “mais braçal”. Uma agricultora de 63 anos, afirma que “o homem ajuda em casa, mas não em tudo; ele toma banho e se senta e a mulher tem que fazer todo o trabalho da casa”, enquanto para outra de 43 anos, “os dois fazem as atividades domésticas, mas quem mais faz sou eu”. Até quando ocorre a partilha das atividades essa partilha é feita de forma desigual.

Essa divisão sexual do trabalho atinge a totalidade das famílias. Às mulheres cabe as atividades reprodutivas e serem consideradas ‘ajudantes’ nas atividades produtivas e aos homens cabe as atividades produtivas e serem considerados ‘ajudantes’ nas atividades reprodutivas, quando esses dedicam parte de suas horas para essas atividades reprodutivas. Há sim, numa minoria dos homens, o reconhecimento de que poderiam ser mais ativos nas atividades reprodutivas. Mas a cultura machista acaba impedindo-os de serem mais participativos nessas atividades.

Há um fenômeno em crescente crescimento no meio rural que é o de trabalhar fora da propriedade rural. Isso deve a baixa remuneração da mão de obra nas atividades agrícolas, a não definição de uma jornada de trabalho, isso favorece ao êxodo rural, principalmente da juventude. Esse fenômeno para as mulheres acaba sendo um estímulo para conseguirem uma renda extra, própria e conseqüentemente uma independência. Um caso marcante é o de uma mulher agricultora de 58 anos que é a principal responsável pelas atividades relacionadas à agricultura familiar, pois tem o esposo enfermo, e mesmo assim ela não tem acesso ao controle financeiro da família: “para eu ter dinheiro, tenho que, nas horas de descanso, limpar a casa da vizinha, porque o dinheiro do leite eu não tenho direito e nem do dinheiro que vem dos porcos. Estou esperando para me aposentar, aí sim terei direito a receber o meu dinheiro”.

Dois fatos importantes nessa fala. O primeiro é de que a aposentadoria é uma libertação financeira para muitas mulheres por isso a aposentadoria adquire uma função de empoderamento da mulher agricultora. O segundo fato é de que mesmo a mulher trabalhando fora da propriedade, ela desenvolve atividades reprodutivas, o de empregada doméstica, reforçando ainda mais que a divisão sexual do trabalho delega as mulheres as atividades reprodutivas.

Com relação as atividades desempenhadas pelos filhos, a pesquisa mostra que o padrão se repete numa escala menor, ou seja, as filhas começam a desenhar uma jornada dupla com os afazeres domésticos e trabalho na agricultura. E entre os filhos homens, há um maior tempo dedicado as atividades produtivas e nas atividades domésticas o modelo se repete, ou seja, dentre os poucos que exercem essas funções são em tempo muito inferior do que das filhas. Conforme mostra a Figura 8, na página seguinte.

As atividades domésticas embora não gerem renda econômica para a família são importantes para a satisfação familiar e essenciais ao bom desenvolvimento das atividades produtivas na agricultura familiar. O reconhecimento completo das jornadas de trabalho das mulheres é um importante instrumento para a igualdade de gênero que deve começar dentro dos lares das famílias. As jornadas e distribuição de atividades entre os membros da família são essenciais para o empoderamento das mulheres. Além disso, as políticas públicas são fundamentais para diminuir as disparidades, observadas durante a pesquisa, entre horas trabalhadas de homens e mulheres agricultores de Concórdia/SC. Essa lógica da divisão sexual do trabalho precisa ser destruída e isso oportunizará um reconhecimento de que as Agricultoras familiares são agentes econômicos de produção agrícola tão fundamentais quanto qualquer outro indivíduo familiar.

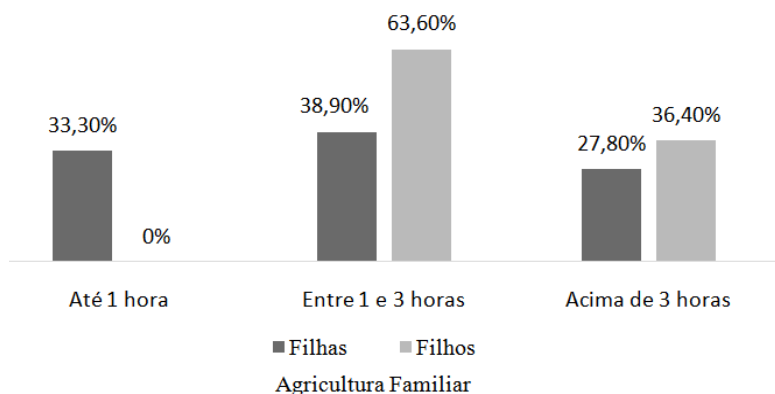
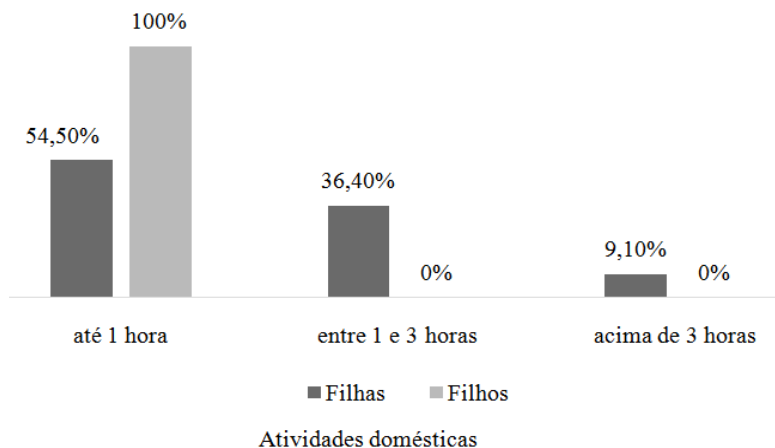


FIGURA 8: Tempo dispendido pelos filhos e filhas. Fonte: Resultados da pesquisa (SANTOS, BOHN, ALMEIDA, 2000)

COSIDERAÇÕES FINAIS

Houve alguns avanços no decorrer dos tempos com relação a igualdade de gênero. Mas mesmo com esses avanços pode-se perceber que a divisão sexual do trabalho está tão enraizada no campo que

quase é imperceptível a alteração dessas relações de gênero e trabalho. As mulheres ainda têm seus saberes e sua vida determinada pelas questões culturais e sociais que relegam à elas as atividades de cuidado e essas atividades não recebem o valor devido. E aos homens é relegado as atividades produtivas, não sendo permitido o exercício das atividades de cuidado. Isso pode ser percebido na quantidade de horas a mais que mulheres trabalham comparando com as horas trabalhadas pelos homens.

Essa invisibilidade do trabalho das mulheres gera uma não valorização financeira desse trabalho, e conseqüentemente considerado um trabalho de menor valor e importância. Assim, exclui-se essas atividades reprodutivas como importantes para o desenvolvimento das atividades produtivas e conseqüentemente para a economia de uma localidade. É necessário e urgente o reconhecimento de que essas atividades são tão importantes quanto as atividades produtivas para promover a igualdade de gênero. Por isso que é importante analisar as horas de trabalhos produtivos e reprodutivos das mulheres e homens do campo, pois somente assim, se conseguirá compreender quão profunda é essa desigualdade.

As mulheres agricultoras familiares de Concórdia/SC têm uma dupla jornada pois, as mesmas trabalham nas atividades produtivas e reprodutivas. Nas atividades produtivas elas são vistas como uma 'ajuda' ao trabalho do homem, mesmo que elas trabalhem em todas as atividades que os homens. Seu protagonismo passa pela execução das atividades do lar, mas não na administração dos recursos financeiros. Ou seja, mesmo que elas tenham uma dupla jornada de trabalho, elas não administram os recursos da família, ficando para os homens essa responsabilidade.

Essa pesquisa chama a atenção para a injusta distribuição de tarefas entre os sexos na agricultura familiar de Concórdia. Além

disso conclui-se que há um entendimento, por parte dos cônjuges, relativamente próximo do tempo que realmente é dispendido na jornada de trabalho do parceiro ou parceira, ficando na grande maioria dos casos em apenas discursos e não em ações práticas de redistribuição justa de atividades. Essa desigualdade gera uma exploração do trabalho da mulher e uma continuidade dos paradigmas que sustentam a sociedade como um todo, uma sociedade machista e excludente na sua base.

O empoderamento feminino no campo ocorrerá quando houver o reconhecimento da relação íntima das atividades produtivas e reprodutivas e uma reorganização das atividades que homens e mulheres desempenham. Isso acontecerá quando homens e mulheres repensarem seus papéis sociais através de políticas públicas governamentais. É urgente pensar numa nova sociedade baseada em valores como a da igualdade e da empatia.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, T. Mulheres no mercado de trabalho: onde nasce a desigualdade? Estudo Técnico, Consultoria Legislativa, Câmara dos Deputados. Brasília, Jul/2016. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/areas-da-conle/tema7/2016_12416_mulheres-no-mercado-de-trabalho_tania-andrade>.

BANDEIRA, L. M.; PRETURLAN, R. B. As pesquisas sobre uso do tempo e a promoção da igualdade de gênero no Brasil. In: FONTOURA, N.; ARAÚJO, C.; BARAJAS, M. P. L. (Orgs.). Uso do tempo e gênero. Rio de Janeiro: UERJ, 2016.

CARLOTO, C. M.; GOMES, A. G. Geração de renda: enfoque nas mulheres pobres e divisão sexual do trabalho. Serviço Social & Socie-

dade, São Paulo, n. 105, p. 131-145, Jan-Mar 2011.

CARRASCO, C. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres. In: FARIA, N.; NOBRE, M. Produção do viver. São Paulo: Cadernos SOF, 2003.

CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. Guía de asistencia técnica para la producción y el uso de indicadores de género. Santiago: Cepal, Unidad Mujer y Desarrollo, 2006.

DEERE, C.; LEÓN, M. Género, propiedad y empoderamiento: tierra, Estado y mercado en América Latina Tercer Mundo Editores y UN. Facultad de Ciencias Humanas. Bogotá, 2001.

GONÇALVES; R. de C., LISBOA; T. K. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. *Katálysis*, Florianópolis v. 10 n. esp., p. 83-92, 2007.

HEREDIA, B. M. A. de. A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HIRATA, H. KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, Set-Dez./2007.

JARDIM; R. B. PIEPPER; J. A. Aproximações e divergências: história social, história cultural e a perspectiva gênero. *MÉTIS: história & cultura*, v. 9, n. 18, p. 87-97, 2010.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; LE DAARÉ, H.; SENOTIER, D. (Orgs.) *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009.

MATOS, M. I. S. DE. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 11, p. 67-75, jan. 1998.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. *História Oral: Como fazer, como pensar*. 2. Ed. 1º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011.

MELO, H. P.; CASTILHO; M. R. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 13, n.1, p. 135-158, Jan/Abr 2009.

MELO, L. A. Injustiças de Gênero: o trabalho da mulher na agricul-

- tura familiar. Ouro Preto: Fundação Joaquim Nabuco, 2002.
- PNUD/IPEA/FJP. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/Fundação João Pinheiro. Desenvolvimento humano para além das médias. Brasília: PNUD/IPEA/FJP, 2017.
- PERROT, M. Minha história das mulheres. São Paulo: Contexto, 2007.
- PERTILE, N. Formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina: o processo de produção de carnes no oeste catarinense. Tese (Doutorado em Geografia). Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.
- POLI, J. Caboclo: Pioneirismo e Marginalização. In: Cadernos do CEOM (Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste), n. 7. Chapecó, FUNDESTE, 1991.
- ROVAL, M. G. de O. Introdução. In: ROVAL, M. G. de O. (Org.). História Oral e História das Mulheres: rompendo silenciamentos. Editora Letra e Voz, São Paulo, 2017.
- SANTOS, J. B. dos; BOHN, L.; ALMEIDA, H. J. F. O papel da mulher na agricultura familiar de Concórdia (SC): o tempo de trabalho entre atividades produtivas e reprodutivas. In: Textos de Economia, v. 23 n. 1 (2020).
- SCHWENDLER, S. F. A divisão sexual do trabalho no campo sob a perspectiva da juventude camponesa. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, vol. 28, n. 1, junho de 2020.
- SCHMITZ, A. M.; SANTOS, R. A. A divisão sexual do trabalho na agricultura familiar. Anais. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10, Florianópolis, 2013. Disponível em: <http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1371853408_ARQUIVO_TextoFazendogenero10.pdf>
- TEDESCHI, L. A. Os lugares da História Oral e da Memória nos Estudos de Gênero. OPSIS, Catalão, v. 15, n. 2, p. 330-343, 2015.
- VALENTINI, D. J. A Guerra do Contestado (1912-1916). In: RADIN, J. C.; VALENTINI, D. J.; ZARTH, P. A. História da Fronteira Sul. Editora Letra e Vida, Chapecó, 2015.

FONTES

www.ibge.gov.br

www.cepal.org

www.concordia.atende.net

VI

AS REPRESENTAÇÕES DOS PATRIMÔNIOS PÚBLICOS EM CHAPECÓ/SC:

uma interpretação a partir da semiótica

DANIEL DALLA ZEN

Esta pesquisa nasceu do entrelaçamento de vivências pessoais no município de Chapecó (SC) com os estudos na área de História e Museologia, que permitiram indiciar a adoção de uma perspectiva positivista da escrita da história do município. A configuração dessa hipótese aponta para esse viés como um elemento de tensão entre o moderno e o arcaico. Tanto nos meios de comunicação quanto nas ideias do senso comum, enfatizam-se as histórias dos migrantes descendentes de italianos e alemães vindos do Rio Grande do Sul como figuras que trouxeram o progresso e desenvolveram a região; conseqüentemente, estes representariam o moderno. No entanto, com essa narrativa, indígenas e caboclos que habitam a região são considerados como arcaicos, e sua história é omitida ou apresentada de forma estereotipada.

Segundo Marquetti e Silva (2015, p. 110), “[...] o discurso ‘do vencedor’ atribuiu aos caboclos e índios estereótipos do tipo

‘acomodados’ ou ‘incapazes’, que contrastam com os atributos do imigrante, este, ‘trabalhador’, ‘desbravador’.” Ou seja, aos caboclos e índios é imputada uma imagem de preguiçosos e primitivos, sem perspectiva, contributiva para a configuração de uma história seletiva que valoriza o imigrante como símbolo do trabalho, progresso e desenvolvimento. Este, “[...] com seu comportamento diferenciado, introduziu uma dinâmica capitalista às terras, no sentido de torná-las produtivas e lucrativas, e assim promoveu nova feição social econômica à região.” (MARQUETTI; SILVA, 2015, p. 110).

O destaque dado ao colonizador, como pioneiro, trabalhador e desbravador, compõe a construção de um discurso de uma história da colonização homogênea e linear, que exalta apenas um grupo como virtuoso e responsável pelo desenvolvimento e progresso, enquanto são silenciadas outras perspectivas da história mais plurais e críticas.

A expressão “desbravador” e a imagem da região como puro matão e vazio demográfico contribuem para a construção das memórias sobre a história do município, como se tivesse sido ocupada e povoada somente após a colonização, ocultando-se, assim, a existência de grupos indígenas e caboclos e os seus conflitos pela terra. Os poucos registros fotográficos desses grupos na região antes da chegada dos colonizadores descendentes de europeus ajudam a reforçar esse discurso oficial, promovido pelo governo e por companhias colonizadoras. Com isso, desconsidera-se sua presença e priorizam-se as narrativas do ideal colonizatório; uma história do vencedor, cheia de glórias e louros advindas da colonização da região.

Nesse sentido, a colonização também acabou por desestruturar o modo de vida do caboclo e colocou as terras indígenas no mapa das colonizadoras, pois essas empresas priorizavam e favo-

reciam a chegada e o estabelecimento de colonos descendentes de europeus na região. Assim, expulsavam e atribuíam estereótipos aos nativos.

Este contexto permeado de conflitos e encontros de grupos com valores e visões de mundos sociais distintos, os quais podem ser apresentados por diferentes perspectivas, despertou o interesse em pesquisar as representações da colonização nos patrimônios públicos de Chapecó (SC). O município, ao erigir patrimônios públicos referentes à colonização, construídos a partir de uma seleção entre o que deve ser lembrado e prestigiado e o que deve ser esquecido e ocultado, oficializa uma narrativa sobre a sua própria história.

As imagens visualizadas cotidianamente pelas pessoas, especialmente aquelas expostas publicamente, são fortes influenciadoras na construção de narrativas, e os patrimônios públicos são edificações que apresentam elementos dos lugares e regiões materializados na forma de monumentos, murais, bustos, entre outras representações, que induzem a criar noções de identidades e memórias coletivas.

As datas comemorativas, a exemplo da comemoração de aniversário de fundação dos municípios, momentos em que são inaugurados esses tipos de representações imagéticas, reinventam determinadas historicidades e geograficidades do lugar. Assim, o problema desta pesquisa envolve as apresentações na forma de patrimônio público em Chapecó (SC) inaugurada nas datas de comemoração do aniversário do município. Pois, além de compreender-se um momento simbolicamente representativo, também envolve registros documentais, permitindo uma análise do patrimônio edificado e registrado pelo poder público.

Nessa perspectiva, nosso objetivo é compreender a relação entre a colonização e a construção de representações coletivas por

meio do estudo de patrimônios públicos inaugurados em data de aniversários do município de Chapecó (SC).

O objetivo é analisar como são construídas as representações e como é apresentada a história do município por meio da criação de patrimônios públicos inaugurados em datas de comemoração do aniversário do município. Nossa hipótese é a de que a colonização é ressaltada em detrimento das pluralidades coexistentes.

A identidade coletiva é construída pelas memórias e símbolos, como, por exemplo, os patrimônios instituídos e atribuídos como representativos dos grupos visibilizados publicamente. Portanto, é importante problematizar: quais patrimônios são construídos na cidade para comemorar o aniversário do município? O que destacam? Quais representações induzem essas construções? Esses patrimônios respeitam a diversidade dos grupos, ou reforçam apenas um movimento como partícipe da história?

O conceito de “patrimônio” é bastante amplo, possui diferentes significados e interpretações. Para selecionarmos os patrimônios que compõem os nossos objetos empíricos, realizamos um recorte focando nos patrimônios materiais em suportes artísticos, monumentos, murais e esculturas, construídas e mantidas pela prefeitura de Chapecó (SC) que se referem ao tema da colonização.

Em uma pesquisa prévia na Secretaria de Cultura de Chapecó, a partir do documento Diagnóstico das Esculturas e Obras de Arte do Município de Chapecó – SC¹, de 2011, da autoria de Oracílio Costella e Claudir Ferreira, constatamos a presença de nove patrimônios sobre o tema da colonização do município: seis monumentos, dois murais e um busto.

¹ CHAPECÓ (SC). Secretaria de Cultura. **Diagnóstico das Esculturas e Obras de Arte do Município de Chapecó – SC**. Jul. 2011a. Acervo do Museu de História e Arte de Chapecó.

O *Monumento Índio*, construído em 1978, está localizado na lateral direita do Centro de Cultura e Eventos Plínio Arlindo de Nês, esquina das ruas Assis Brasil com a Marechal Floriano Peixoto – anteriormente localizava-se dentro do estádio Arena Conda. O *Monumento O Desbravador*, inaugurado em 25 de agosto de 1981, localiza-se na Avenida Getúlio Vargas, no canteiro central da cidade ao lado da Igreja Matriz. O *Monumento O carreteiro marco histórico do nascimento e colonização de Chapecó*², inaugurado em 25 de agosto 1987, localiza-se no trevo do Distrito Marechal Bormann, às margens da SC 480, em direção ao estado do Rio Grande Do Sul. Conforme o documento de diagnóstico de esculturas da prefeitura, “[...] a obra encontra-se em precárias condições, em consequência de intempéries climáticas. Por se encontrar em via pública, passa por constates atos de vandalismo.” (CHAPECÓ, 2011a). Com a revitalização da estrada, a escultura acabou sendo destruída, provavelmente a sua não realocação se deveu ao seu atestado de conservação, mas principalmente por não possuir o que Gonçalves (2005) chama de “ressonância”, ou seja, perdeu o seu poder de atingir um universo mais amplo do que suas características formais e o significado pelo qual foi erigido.

O quarto monumento, Ângelo Sartori, construído na gestão de 1989-1992, está localizado no Parque Ângelo Sartori do bairro Palmital. O quinto monumento, *O Viajante*, construído em 1992, localiza-se no Terminal Rodoviário de Chapecó, na esquina das

² Em matéria jornalística realizada por Luciane do Valle, no *Jornal Diário do Iguçu*, em 24 e 25 de agosto de 2006, a obra *O carreteiro*, marco histórico do nascimento e colonização de Chapecó, é apresentada da seguinte maneira: “‘Era preciso ter uma marca onde tudo começou’, foi com essa frase que o ex-prefeito de Chapecó Ledônio Migliorini justificou a importância do monumento que esta no trevo de entrada do distrito de Marechal Bormann [...] Tem como simbologia o marco colonização e nascimento do município de Chapecó. ‘Foi naquele local que Chapecó começou a se desenvolver, foi ali a primeira sede do município’, ressalta. A obra foi inaugurada durante o aniversário do município em 1987.” (VALLE, 2006, p. 18).

ruas Líbano com a John Kennedy, bairro Passo dos Fortes. O sexto monumento, *100 anos de Chapecó*, inaugurado em 25 de agosto de 2017, localiza-se no final da Avenida Getúlio Vargas. O sétimo, *Mural Identidade*, construído em 2000, localiza-se na parede externa do Terminal Rodoviário de Chapecó (SC). O oitavo, *Mural O Ciclo da Madeira*, inaugurado em 25 de agosto de 2001, localiza-se na Praça Coronel Ernesto Francisco Bertaso. Nesse mesmo lugar, está à nona obra, *Busto Coronel Ernesto Francisco Bertaso*; não foi possível identificar a data de sua construção devido à falta de documentação ou placa indicativa.

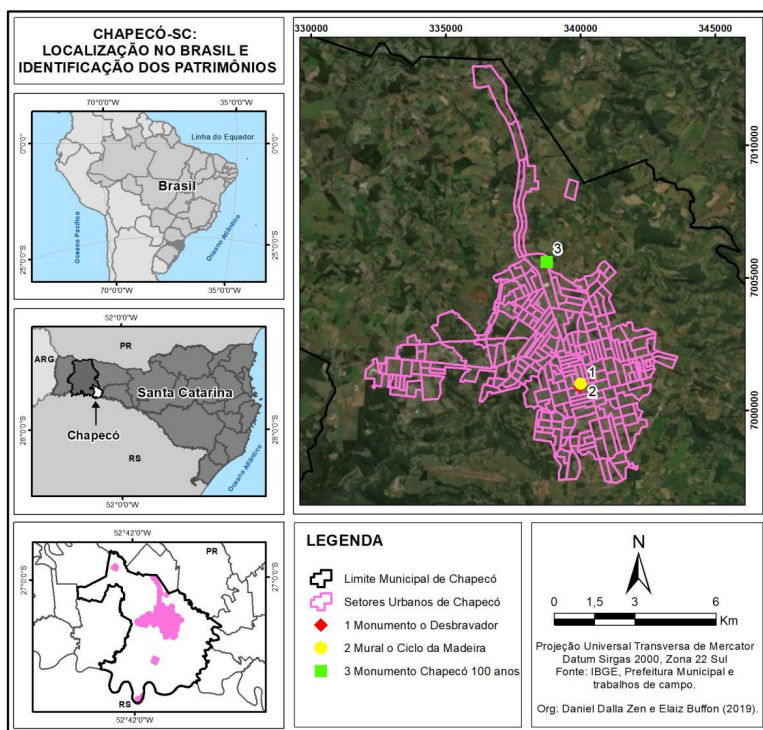


FIGURA 1: Localização dos patrimônios estudados em escalas nacional, estadual e municipal. Fonte: IBGE, Prefeitura Municipal de Chapecó (SC). Organizado por Daniel Dalla Zen e Elaiz Buffon (2019).

O critério para seleção dos patrimônios públicos estudados nesta pesquisa recorta-se àqueles que foram inaugurados em aniversários do município, como parte das festividades de comemorações: Monumento O Desbravador (1981), Mural O Ciclo da Madeira, (2001), Monumento 100 anos de Chapecó (2017), por se tratar de uma data histórica e simbólica.

O primeiro patrimônio é o Monumento O Desbravador (figura 2). Essa obra foi construída por Paulo de Siqueira. O artista nasceu em 26 de julho de 1949, na cidade de Soledade (RS), e faleceu em 30 de julho de 1996, na cidade de Chapecó (SC), em decorrência de uma insuficiência respiratória.

A segunda obra é o Mural O Ciclo da Madeira (figuras 3 e 4). Foi projetado e construído pelos artistas plásticos Francisco Bracht, mais conhecido como Xico Bracht, e José Kurá, mais uma equipe de aprendizes e voluntários. Xico Bracht é

um artista catarinense, nascido em Vargéão (SC) em 17 de setembro de 1959, na época pertencente ainda ao distrito de Faxinal dos Guedes (SC). Já o artista José Kurá é natural de Corrientes, na Argentina; nasceu em 7 de novembro de 1959.



FIGURA 2: Fotografia do Monumento O Desbravador, vista frontal – Chapecó (SC), 16 de janeiro de 2019. Fonte: acervo do autor.



FIGURAS 3 E 4: Fotografia do Mural O Ciclo da Madeira, primeiro, segundo e terceiro painéis – Chapecó (SC), 16 de janeiro de 2019. Fonte: acervo do autor.

O terceiro patrimônio público que é objeto de nossa pesquisa é o Monumento 100 anos de Chapecó (figura 5). O Monumento foi construído por Roberto da Silva Claussen; o artista nasceu em 11 de março de 1966, na cidade de Niterói (RJ). O monumento foi erigido no ano de 2017, como parte da festividade de comemoração aos 100 anos do município.

Entendemos que, ao serem construídos por representantes do poder público municipal, recebem legitimações e oficialidade. Problematicamos como o município apresenta e representa a história da sua colonização nos três períodos em que são inaugurados os patrimônios públicos.



FIGURA 5: Fotografia do Monumento 100 anos de Chapecó, vista frontal – Chapecó (SC), 16 de janeiro de 2019. Fonte: acervo do autor.

A metodologia utilizada envolve pesquisa bibliográfica em autores que estudam a colonização do oeste catarinense, como Radin (2009), Renk (2006), Nodari, (2009), entre outros. A pesquisa documental é referente aos patrimônios do município de Chapecó (SC). Utilizamos esses referenciais e documentos em diálogo com o campo empírico, na análise das imagens por meio da semiótica e uma interpretação das representações da colonização em patrimônios inaugurados em data de aniversários do município.

O método para analisar as imagens presentes nas representações dos patrimônios públicos será a semiótica de Charles Sanders

Peirce (2005), por nos oferecer um percurso na leitura de imagens. Esse percurso é fundamentado no livro *Semiótica Aplicado, da pesquisadora* Lúcia Santaella (2005), uma das principais divulgadoras da semiótica peirceana no Brasil. Também há um diálogo com as orientações do livro *Iconografia e Semiótica: uma abordagem histórica*, de Cláudio Umpierre Carlan, Pedro Paulo Funari e Ronaldo Auad Moreira (2015), que demonstram possibilidades e caminhos do uso da semiótica em pesquisas históricas que se utilizam da imagem como documento.

O campo de estudo da semiótica abarca as linguagens verbais e não verbais. O seu objeto de estudo abrange todas as linguagens possíveis, tendo como “objetivo o exame dos modos de constituição de todo e qualquer fenômeno como fenômeno de produção de significação e sentido” (SANTAELLA, 2012, p. 19). Nessa perspectiva, um discurso, assim como uma pintura uma escultura ou um monumento, é produtor de sentido e significado, portanto podendo ser interpretado pela semiótica. Analisar a feitura de uma imagem observando com que finalidade ela foi produzida, o que representa e sua apropriação é um caminho que pode ser usado nos estudos dos mais distintos períodos e sociedades.

Na pesquisa, a análise das imagens dos patrimônios utiliza-se da semiótica como método, ao passo que a interpretação dos patrimônios no seu conjunto político e simbólico é pautada na perspectiva histórica, mas especificamente a partir das noções de “representação” (CHARTIER, 1990) e patrimônios construídos como “lugares de memória” (NORA, 1993).

Na pesquisa documental referente aos patrimônios, erigidos em diferentes períodos, valemo-nos de distintas fontes³. No que se

³ Na presente pesquisa, foram utilizados alguns aspectos das fontes, ou seja, não as analisamos em sua totalidade e integralidade.

refere ao Monumento O Desbravador (1981), contamos com as correspondências dos mentores da obra, o Lions Clube de Chapecó (SC) e administração pública do município: ata da Assembleia do Lions Clube Chapecó, em que foi proposta a construção de um monumento ao Desbravador; proposição do Lions Clube Chapecó encaminhada à Prefeitura Municipal; Decreto GP/197/80, por meio do qual se nomeou a comissão especial para apresentar sugestões sobre a construção do monumento; ata das reuniões e providências tomadas pela comissão especial para apresentar sugestões sobre a construção do monumento aos desbravadores; esboços do Monumento O Desbravador feitos pelo artista Paulo de Siqueira, além de matérias dos jornais de circulação local, *Jornal O Iguazu*, *Jornal Diário do Iguazu* e *Jornal Sul Brasil*.

As fontes do Mural O Ciclo da Madeira, construído como partes da reforma da Praça Coronel Ernesto Bertaso, são compostas por Portaria n.45, que estipula os funcionários responsáveis por fiscalizar a reforma da Praça Coronel Bertaso; esboços e projeto do Mural o “Ciclo da Madeira” realizado pelo artista Xico Bracht; croquis do Mural o “Ciclo da Madeira”, realizado pelos artistas Xico Bracht e José Kurá; além de matérias dos jornais locais referentes à inauguração da praça e recepção da obra presentes no *Jornal Diário da Manhã* e no *Jornal Sul Brasil*.

As fontes sobre o Monumento 100 anos de Chapecó são constituídas pelo projeto Monumento em Quatro Estágios, proposto por Altair Wagner (2005) no livro *E...Chapecó Levantou Vão*; Decreto n.34.234, que dispõe sobre a edificação do Monumento em Comemoração ao Centenário do Município de Chapecó em 2017; Contrato n. 363/2017, instrumento público de contrato que celebra a Prefeitura Municipal De Chapecó e a empresa 3MRC Eventos e Decorações Ltda – Me; atas das reuniões

do Conselho Municipal de Política Cultural; Projeto de Lei n. 62/17, que autoriza o Executivo Municipal a erigir monumento em comemoração ao centenário do Município de Chapecó e dá outras providências; requerimentos de vereadores do município de Chapecó (SC) solicitando informações sobre a obra do Monumento Chapecó 100 anos; além de matérias via *on-line do Jornal Diário do Iguçu* e da Rádio Chapecó.

Parte dos jornais impressos se encontra no acervo do Centro de Memória do Oeste Catarinense (CEOM), acervo do Museu de História e Arte de Chapecó e acervo da Biblioteca Pública Municipal Neiva Maria Andreatta Costella de Chapecó (SC). As atas, os decretos e requerimentos foram encontrados na internet, por meio da página de leis municipais e na própria página web da Prefeitura Municipal de Chapecó (SC). Alguns projetos esboços, por não serem localizados nas instituições responsáveis por sua guarda, foram extraídos das pesquisas de Guisolphi (2007) e Monego (2009), que já trabalharam com o Monumento O Desbravador e o Mural O Ciclo da Madeira, com outra perspectiva. A pesquisa também contou com esboços do Monumento O Desbravador que fazem parte do Acervo Memorial Paulo de Siqueira.

A pesquisa se fundamenta teoricamente na perspectiva da História Cultural. Esta permite problematizar como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler. Nesse sentido, apoiamos-nos especialmente na obra de Chartier (1990, p. 171), o qual considera que as representações do mundo social, “[...] embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.”

Os três patrimônios que configuram os elementos empíricos da pesquisa possuem alguns estudos, como, por exemplo, uma monografia de especialização em arqueologia, realizada pelo historiador Anderson Guisolphi (2007), denominada “Análise de uma estátua antropomorfa em Chapecó, SC: ‘O Desbravador’ e seus significados simbólicos”, o qual aborda o Monumento O Desbravador por um viés da arqueologia histórica. Há também uma dissertação de mestrado em história realizada por Sonia Monego (2009), intitulada “Histórias que revelam: representações simbólicas da formação de Chapecó no monumento ‘O Desbravador’ e no mural ‘O Ciclo da Madeira’”; a pesquisadora faz uma análise comparativa das narrativas históricas suscitadas nos Monumentos O Desbravador e o Mural O Ciclo da Madeira.

Mais recentemente, foi defendido um Trabalho de Conclusão de Curso em História, por Gustavo Henrique Schmitz (2018), denominado “O monumento do centenário de Chapecó: usos do passado, história e memória”, o qual faz uma discussão sobre memória a partir de uma investigação das recepções e dos comentários em torno do Monumento 100 anos de Chapecó.

O diferencial de nossa pesquisa está na abordagem das obras como um patrimônio público representativo de um lugar e período histórico erigido por representantes da municipalidade; pelo seu recorte, enfatiza o momento de sua inauguração em comemorações de aniversário do município e por isso trabalha com as três obras em conjunto.

Para essa configuração, organizamos a dissertação da pesquisa em cinco capítulos. O primeiro capítulo tem por objetivo específico problematizar as representações da região oeste catarinense e dos grupos que a compõem no período da colonização do município de Chapecó (SC). Para tal, realizamos um estudo bibliográfico

sobre o tema da colonização da região. Iniciamos o capítulo abordando a noção de “colonização”; na sequência, problematizamos o processo de colonização do oeste catarinense, do qual faz parte o município de Chapecó (SC), por uma historiografia oficial que o apresenta como o sertão de puro mato e sem contingente populacional que devia ser desbravado por colonos, desenvolvendo, assim, o progresso e a civilização na região. Paralelamente, uma historiografia crítica demonstra o uso de uma imagem pejorativa dos grupos autóctones, que busca legitimar a espoliação de indígenas e caboclos de suas terras. Por fim, discutimos as festividades de aniversário da cidade como um momento de lembrar, ou seja, de rememorar o seu passado por uma seleção entre o que se deseja perpetuar e o que se deseja esquecer nesses momentos.

O segundo capítulo tem por objetivo apresentar a noção de “patrimônio” e a sua relação na construção de uma identidade de grupo e do lugar. Para isso, primeiramente abordamos o desenvolvimento histórico da noção de “patrimônio”; posteriormente, analisamos a legislação federal no que tange ao patrimônio cultural e sua influência na legislação, na esfera estadual catarinense e no município de Chapecó (SC). Também, abordamos os suportes dos patrimônios públicos, monumento e mural, nos quais foram erigidos os objetos que nos propomos analisar e interpretar.

No terceiro capítulo, temos o objetivo de compreender os aspectos da representação na construção de mundo social. Por isso, num primeiro momento, discutimos a perspectiva teórica da História Cultural e a noção de “representação” proposta por Chartier (1990); no segundo momento, abordamos o uso da imagem como fonte pelos historiadores e as suas particularidades. Então, apresentamos a metodologia da semiótica e o percurso analítico utilizado na análise das imagens representadas nos patrimônios presentes na pesquisa.

No quarto capítulo, o objetivo se configura em analisar as imagens dos patrimônios e as suas representações da colonização do município de Chapecó (SC) por meio da semiótica. Conforme os passos do percurso analítico, no primeiro, apresentamos os dados introdutórios da obra e do artista; no segundo, observamos as qualidades como as linhas, volumes, cores, textura e a sua composição; no terceiro, realizamos uma descrição das figuras presentes nas imagens dos patrimônios.

Por fim, no quinto capítulo, o objetivo é interpretar os aspectos simbólicos dos patrimônios na construção de uma representação coletiva em torno da história da colonização do município. Analisamos as características simbólicas dos patrimônios a partir de uma rede argumental que aborda o contexto de cada obra e os significados que lhe são atribuídos, o que corresponde ao quarto passo do percurso analítico da semiótica. Então, realizamos uma interpretação dos patrimônios na sua relação com a construção de uma representação coletiva do município interrogando se respeitam a pluralidade das memórias ou se reforçam uma ideia linear e homogênea, que oculta e silencia as alteridades.

Compreendemos que esta pesquisa visa contribuir para uma história mais ampla e representativa da diversidade cultural da cidade de Chapecó (SC), e que respeite e reconheça os diferentes grupos e suas visões de mundo como um direito à memória e à cidadania.

REFERÊNCIAS

CARLAN, Cláudio Umpierre; FUNARI, Pedro Paulo; MOREIRA, Ronaldo Auad. **Iconografia e Semiótica**: Uma abordagem histórica. 1. ed. São Paulo: Annablume. 2015.

CHAPECÓ/SC. **Decreto nº 34.234, de 31 de maio de 2017a.**

Dispõe sobre a edificação de Monumento em Comemoração ao Centenário do Município de Chapecó e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/c/chapeco/decreto/2017/3423/34234/decreto-n-34234-2017-dispoe-sobre-a-edificacao-de-monumento-em-comemoracao-ao-centenario-do-municipio-de-chapeco-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 6 jun. 2019.

CHAPECÓ/SC. **Contrato N.º 363/2017, de 01 de junho de 2017d**. Instrumento público de contrato que celebram A Prefeitura Municipal De Chapecó e a empresa 3MRC Eventos e Decorações Ltda – Me. Disponível em: http://cloud.publica.inf.br/clientes/chapeco_pm/portaltransparencia/?p=11&inicio=01/01/2019&fim=31/12/2019¶m=Y-6ZBJeiqgKXArdhpNizqGa4ex1FY3Xo79EFMMcdWISs%3D. Acesso em: 6 jun. 2019

CHAPECÓ/SC. **Ata (04) da reunião do Conselho Municipal de Política Cultural, realizada no dia cinco de maio 2017b**, na sala de reuniões do gabinete da Prefeitura Municipal de Chapecó. Disponível em: <https://chapeco.sc.gov.br/cultura/index.php?r=conteudo&idconteudo=3>. Acesso em: 6 jun. 2019.

CHAPECÓ/SC. **Ata (006) da reunião do Conselho Municipal de Política Cultural, realizada no dia sete de junho de 2017e**, na sala a do centro de cultura e eventos Plínio Arlindo de Nês. Disponível em: <https://chapeco.sc.gov.br/cultura/index.php?r=conteudo&idconteudo=3>. Acesso em: 11 abr 2019.

CHAPECÓ/SC. **Projeto de Lei Nº 62/17, de 08 de maio de 2017c**. Autoriza o Executivo Municipal a erigir monumento em comemoração ao centenário do Município de Chapecó e dá outras providências. Disponível em: <http://www.legislador.com.br/LegislatorWEB.ASP?WCI=ProjetoTexto&ID=20&INEspecie=1&nrProjeto=62&aaProjeto=2017>. Acesso em: 11 abr 2019.

CHAPECÓ (SC). Secretaria de Cultura. **Diagnóstico das Esculturas e Obras de Arte do Município de Chapecó – SC**. Jul. 2011a. Acervo do Museu de História e Arte de Chapecó.

CHARTIER, Roger. **A história Cultural: entre práticas e representações**. 2. ed. Lisboa, Difel, 1990.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade. As culturas como patrimônio. **Horizontes Antropo-**

- lógicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, jan/jun, p. 15-36, 2005.
- GUISOLPI, Anderson José. **Análise de uma estátua antropomorfa em Chapecó, SC: “O Desbravador” e seus significados simbólicos**. 2007. Monografia (Especialização em processos Interdisciplinares em Arqueologia). Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Erechim, 2007.
- MARQUETTI, Délcio; SILVA, Juraci Brandalize Lopes. Cultura cabocla nas fronteiras do Sul. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo. (org.). **História da Fronteira Sul**. 1. ed. Porto Alegre; Chapecó: Letra & Vida; UFFS, 2015. p. 109-129.
- MONEGO, Sonia. **Histórias que se revelam: Representações Simbólicas da Formação de Chapecó no monumento “O Desbravador” e no mural “O Ciclo da Madeira”**. 2009. Dissertação (Mestrando em História). Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2009.
- NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades renegociadas: práticas socio-culturais no Oeste de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed.da UFSC, 2009.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, n.10, dez. 1993.
- PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- RADIN, José Carlos. **Representações da colonização**. Chapecó: Argos, 2009.
- RENK, Arlene. **A luta da erva: um ofício da nação brasileira no oeste catarinense**. 2. ed. Chapecó: Argos, 2006.
- SANTAELLA, Lucia. **Semiótica aplicada**. 1. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learnig, 2005.
- SANTAELLA, Lúcia. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- SCHMITZ, Gustavo Henrique. **O monumento do centenário de Chapecó: usos do passado, história e memória**. Chapecó, 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó, 2018.
- VALLE, Luciane do. História contada através da arte. **Diário do**

Iguaçu, Chapecó, ano 09, n.2635, 24 e 25 ago. 2006. Caderno Especial 89 anos, p. 18. Acervo do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOM (Unochapecó).

WAGNER, Altair. **E...Chapecó Levantou Vôo**. Florianópolis: De Letras, 2005.

VII

O KERBFEST COMO PATRIMÔNIO TEUTO-BRASILEIRO DE SEARA/SC (1993-2005)

SANDRA KUESTER

Este trabalho tem o intuito de apresentar brevemente a dissertação fruto da pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul, cujo tema é o Kerbfest como patrimônio teuto-brasileiro de Seara/SC.

A escolha desse tema deu-se após a percepção de poucas problemáticas envolvendo a etnia teuto-brasileira do município, e, principalmente ao deparar com grandes arquivos da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) de Seara/SC. Nestes arquivos estão vários vestígios deixados pela história que entusiasma historiadores, como fontes documentais, fotografias, matérias de jornais, relatos, atas de reuniões, livros-caixa, entre outros registros do passado.

Dentre as fontes, percebeu-se o Kerbfest como uma festividade de destaque em meio aos registros, e que ela estabelecia laços de pertencimento entre os participantes (sejam eles organizadores

ou festeiros). Logo, notou-se o valor representativo desta festa não somente aos luteranos ou teuto-brasileiros, mas para os searaenses. Esses foram os aspectos motivadores da pesquisa.

O estudo envolvendo o Kerbfest de Seara/SC, não se limitou apenas a conhecer uma festa teuto-brasileira, mas de entender a cultura do oeste catarinense. Isso porque houve participação de vários grupos étnicos, não limitando-se apenas ao teuto-brasileiro. Houve, nesse caso, nas palavras de Nodari (2009) uma renegociação das etnias e das práticas culturais. E, desta forma, pode-se afirmar que o Kerbfestsearaense retrata parte da cultura do oeste catarinense. Neste capítulo, além da apresentação da pesquisa, o leitor encontrará um breve relato do processo de busca e análise das fontes primárias, parte importante que requer atenção para o desenvolvimento de uma pesquisa.

UM ESTUDO DO KERBFEST DE SEARA/SC:

A BUSCA PELAS FONTES E SEUS TRATAMENTOS

Nesse momento, apresenta-se a delimitação do tema e dos objetivos da pesquisa. Em seguida, serão debatidas as fontes selecionadas, seus tratamentos e desafios.

O *Kerbfest* é uma festa teuto-brasileira com particularidades que se distinguem conforme a comunidade que a comemora. Esta festividade passou a acontecer em Seara, município do oeste catarinense, no ano de 1993, e se estende à atualidade, havendo, nesse ínterim, fases de apogeu e crises.

Apesar das mudanças que a história proporcionou, o *Kerbfest* representou uma seleta comunidade teuto-brasileira do município de Seara. Entender o propósito e os meios que levaram a essa repre-

sentação fez parte do tema deste projeto. A partir da delimitação do espaço temporal, foram investigados os fatos ocorridos entre 1993 e 2005, cuja temporalidade expressa mudanças significativas na maneira de festejar, bem como aspectos representativos da população teuto-brasileira.

Na região de Seara, essa festividade foi compreendida não somente como uma comemoração da construção do templo da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) como também da colheita, ambas ligadas à história do município e região. Diante disso, foram explorados os processos de colonização de Seara.

Convém, portanto, contextualizar o processo de demarcação de terras em 1924, em Nova Milano (atual Seara), o qual foi possível a partir da compra de terras pelas seguintes empresas: Rio Branco Ltda.; Mosele, Eberle Ahrons & Cia; e Luce Rosa & Cia. Com o passar do tempo, na localidade, instalaram-se agricultores vindos do Rio Grande do Sul, especialmente das regiões de Guaporé, Serafina Corrêa, Casca e imediações (GONÇALVES; MANFROI; NARDI, 2004).

Nova Milano foi a primeira denominação. Fazia alusão à Milão, cidade da Itália, devido à descendência italiana da maioria de seus imigrantes gaúchos. Contudo, em 1944, foi renomeada Seara em virtude da Segunda Guerra Mundial, pois o Brasil pertencia ao bloco dos Aliados contra o Eixo, do qual Itália fazia parte (GONÇALVES; MANFROI; NARDI, 2004). Desde então, ruas, avenidas, bairros e parques de Seara foram recebendo nomes italianos, em detrimento de nomes alemães e poloneses.¹ Tratando-se de uma minoria demográfica de colonos, a população teuto-brasi-

¹ Segundo o mapeamento do município, o qual foi feito pelo programa de Planejamento Urbano da Prefeitura de Seara/SC.

leira ficou isolada em pequenas comunidades até o surgimento de agroindústrias, o que, entre outros fatores, provocou o êxodo de muitos camponeses.

Dessa dissimilitude entre grupos, percebe-se a emergência da noção de etnia alemã, devalorização daquele que quer mostrar a sua diferença por meio de práticas ecostumes criados e construídos pelas comunidades. Ressalta-se que a religiosidade foi um elemento utilizado pelos teuto-brasileiros para que expressassem seus costumes e suas práticas, principalmente nos períodos de maior conservadorismo, quando os pastores realizavam o culto em língua alemã, ou cantavam hinos em alemão.² Os luteranos de Seara frequentavam a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil em comunidades de Nova Estrela, ou em Linha Taquarimbó, ambas pertencentes, na época, ao município de Concórdia. Posteriormente, passaram para o município de Arabutã quando este se emancipou de Concórdia. Mais tarde, com a criação de pontos de pregação em Seara, os cultos passaram a ser realizados nas casas dos membros. No ano de 1985, foi inaugurado um templo em Seara; e em 1999 a comunidade foi elevada à categoria de paróquia.³

Como comemoração pela construção do templo da IECLB, foi realizado o primeiro *Kerbfest* de Seara, no ano de 1993.⁴ Neste evento, o corpo da diretoria da comunidade luterana assumiu a organização, escolhendo o lugar, contratando bandas que tocas-

² Algumas atas e livros caixa da comunidade de Taquarimbó anteriores a 1940, por exemplo, foram feitos em caneta-tinteiro e escritos em língua alemã.

³ Entende-se como paróquia um território sobre o qual se estende a jurisdição de um pastor ou pastora. Anteriormente a esta data, a igreja de Seara pertencia à paróquia de Nova Estrela comunidade de Arabutã/SC. Nesse caso, a paróquia não compreende a mesma área de uma cidade, podendo, dessa maneira, abranger diversos municípios.

⁴ Essa festividade já era comemorada em outras localidades rurais de Seara, como linha Vila Nova, Nova Teutônia e Linha Taquarimbó; porém, pertenciam a outras paróquias. Em Nova Estrela (Arabutã/SC), o *Kerbfest* ocorria desde 1936.

semmúsicas típicas e buscando elementos nos bailes de origem germânica. Mas a festividade não se restringiu apenas à comemoração do aniversário do templo, para alguns membros, representava a festa da colheita, uma maneira de relembrar práticas antigas de seus antepassados, onde as pessoas traziam em seu *Korb* – cesto em alemão – os mantimentos agrícolas e artesanais que eram leiloados para angariar lucros para a igreja.

De acordo com os relatos de alguns entrevistados, do termo *Korb* resultaria o *Kerbfest*. E, para Lenzi, Salvador e Konder (1989, p. 16, grifo meu): “O termo *KERB* (pronuncia-sequérpe) tornou-se uma forma abreviada do *KIRCHMESSEL*, *KERBFEST* ou *KIRCHWEIHFEST*, festa de inauguração da igreja”.

O *Kerbfest* também contava com o apoio da prefeitura e do comércio, que não somente patrocinavam os bailes mas também organizavam o concurso de vitrines com o temado *Kerbfest*. Nesses dias, o município era enfeitado com flores, palmeiras, barris e canecas de chope; para tanto, as cores escolhidas eram as da bandeira alemã. Ademais, parte do lucro arrecadado destinava-se ao desenvolvimento de ações, pela igreja, na sociedade searense – cujos beneficiados eram hospitais, casas de menores infratores, abrigos –, à realização de palestras em escolas, a diversas ações direcionadas à coletividade. E outra parte destinava-se à manutenção da própria igreja.⁵

A festa ganhou respaldo nos anos que seguiram com a participação de pessoas de diferentes etnias. Entretanto, a partir da análise de arquivos audiovisuais das festas, evidenciou-se uma mudança com o decorrer dos anos: inicialmente a festa reunia famílias, com o passar dos anos eram constituídos grupos, também conhecidos como “blocos” de jovens, que bebiam chope e festejavam de uma

⁵ Informações colhidas em Livros Atas da Comunidade da IECLB de Seara/SC.

maneira diferenciada nas avenidas e no salão de festa. Esses blocos eram compostos por jovens que se identificavam especialmente por meio de camisetas confeccionadas para tal fim. Também havia a presença de carros com músicas eletrônicas e funk que eram remixadas com as músicas típicas germânicas.

No contexto acima esboçado, a festa inicialmente foi criada como uma necessidade de afirmação identitária de um grupo étnico teuto-brasileiro que vivia numa região onde a comunidade ítalo-brasileira era majoritária. E não há produções historiográficas envolvendo suas festividades, tampouco o processo de colonização sob o olhar do teuto⁶ nas pesquisas sobre Seara. Logo, esta festividade foi um lugar de memória coletiva, que se organizou, reorganizou e se refez num processo dinâmico.

Nesse contexto, esta pesquisa tem como questão principal: “como o *Kerbfest* construiu laços de pertencimento entre os descendentes de alemães no município de Seara?”. O recorte espacial e temporal foi o município de Seara, entre os anos de 1993 até 2005.

O objetivo geral desta pesquisa foi “analisar como o *Kerbfest* construiu laços de pertencimento entre os descendentes de alemães no município de Seara, nos anos de 1993 a 2005”. Assim, foram estabelecidos como objetivos específicos: investigar o passado da colonização searaense; apresentar as diferentes formas de comemorar o *Kerbfest*, como ela foi criada e comemorada no município; investigar os discursos religiosos atrelados às festividades; problematizar os elementos representativos da festa, como: a deco-

⁶ A não ser o do alemão Fritz Plaumann, que foi respeitado internacionalmente por suas pesquisas. Embora sem formação acadêmica, Plaumann desenvolveu especialmente pesquisa entomológica. Uma espécie estudada por ele foi a borboleta fêmea *Morpho Anaxibia* (*Nymphalidae*), a qual se tornou o símbolo do município. A casa onde viveu tornou-se um museu, assim como outro museu foi construído para expor a grande coleção de insetos dele. Exceto por Fritz Plaumann, pouco se conhece sobre a história das famílias de origem germânica no município.

ração, a culinária, as bandas; trabalhar com a memória individual e coletiva dos participantes e organizadores do evento, e debater o *Kerbfest* como um patrimônio cultural searaense.

Para além das fontes bibliográficas que embasaram a pesquisa, foram consultadas muitas fontes primárias, tais como: atas de reuniões da diretoria da IECLB para a organização de cada edição; fontes audiovisuais produzidas durante os eventos⁷, bem como de suas celebrações e desfiles; fotografias, pôsteres e adesivos das festas. Boa parte dessas fontes foi fornecida pelos membros da diretoria do *Kerbfest*. Também foram analisadas matérias de jornais referentes às festividades (mais especificamente do *Folhasete*, um jornal semanal de circulação local), assim como entrevistas com membros que compuseram a diretoria da comunidade luterana entre os anos de 1993 e 2005. Foram apenas cinco pessoas entrevistadas, já que muitos membros da diretoria participaram de mais de uma gestão, tendo em vista a possibilidade de reeleição em eleições realizadas a cada dois anos na comunidade da IECLB de Seara.

Destaca-se que o projeto desta pesquisa previa a realização de dez entrevistas; entretanto, como no ano de 2020 ocorreu a pandemia – decorrente do Covid-19, justamente no período de coleta das entrevistas, não foi possível prosseguir com o cronograma, sendo cinco delas canceladas devido à instalação dessa crise sanitária. As entrevistas foram realizadas com a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos (CEP) da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Cabe revelar um pouco sobre o tratamento dado as fontes. Nas fotografias, por exemplo, foram analisados alguns elementos

⁷ Estas fontes foram disponíveis em formato VHS e em estado de conservação que comprometeram a qualidade visual.

básicos: o uso de trajes, o uso de flores e a postura diante da fotografia, os personagens presentes e o local da fotografia. Já as fontes audiovisuais mostraram detalhes ausentes em documentos impressos, já que nestas ficam gravadas imagens fixas ou movimentos, sons, podendo carregar muitas informações que fazem toda a diferença na análise da festa. Somadas a isto, as fontes documentais trazem os registros paroquiais no qual se insere o *Kerbfest*.

Não houve complicações no acesso às fontes. Parte delas foram encontradas no arquivo da igreja no qual os presbíteros permitiram acesso, e outra parte fornecidas por membros da comunidade. Contudo, encontrou-se dificuldades em organizar os arquivos para a análise.

A paróquia da IECLB de Seara não possui um acervo, mas arquivos que estão em caixas e pastas empilhadas em uma sacristia de aproximadamente 4 por 4 metros. Muitos registros estavam expostos à deterioração mecânica (através do manuseio), climática (com a humidade) e com a ação de insetos. Entre eles estão registros de projetos, ações e promoções do clero. Há também documentos mais antigos, anteriores à construção do templo além de registros de outras paróquias. Todos estes documentos estavam sem organização alguma, o que desafiou a busca pelas fontes da pesquisa.

Como dito, a guarda dos documentos é feita pelo pastor e pelos presbíteros, nesse sentido, o descarte e a preservação de documentos ocorre por meio do julgamento das autoridades da comunidade. Na análise das atas, percebeu-se a ausência de um livro ata, permitindo a interpretação da organização da festa somente a partir de 1999.

Desta maneira ficou clara a intenção das fontes e sua preservação. Apesar de faltar um livro ata de debates voltados a comunidade, encontrou-se outro direcionado apenas a organização

do *Kerbfest*. Junto a isso, havia grande quantia de fotografias, de planilhas com a contabilidade dos eventos e de propagandas das edições. Desta maneira, nota-se a importância da festividade para a comunidade ao ponto de ser preservada com mais cautela pelos presbíteros e demais membros.

O tratamento das atas dentre outros documentos foi laborioso. Pois tratam-se de manuscritos redigidos por secretários de diferentes caligrafias e graus de instrução. Depois de uma lida minuciosa de todas as atas de 1999 até 2005 foram feitos fichamentos dos assuntos pertinentes à pesquisa.

Além das atas, as fontes audiovisuais exigiram bastante fôlego em sua análise. Tratam-se de filmagens feitas por um profissional, mas com estilo independente, feita apenas para registrar as festas como recordação. Foi um importante material de memória das edições, devido seu olhar interno da festividade.

Nelas haviam poucas falas e relatos, apenas duas entrevistas feitas por programas televisivos locais da qual a comunidade quis registrar. Ademais, as gravações eram registros das festas em si.

Estes vídeos foram disponibilizados em VHS (*Video Home System*) por uma família membra da igreja. Como os videocassetes são difíceis de encontrar no mercado, e não encontrando equipe especializada no tratamento deste tipo de material, optou-se por deixar que uma locadora de filmes fizesse a conversão dos VHS's para DVD's (*Digital Video Disc*).

As gravações – que possuíam mais de vinte anos – estiveram comprometidas em alguns momentos, mas nada que impedisse a sua interpretação. No seu tratamento, indagou-se muito mais a intenção de seus registros, bem como a manipulação da câmera, do que um possível registro de fatos não reais. Isso porque as características das gravações eram de vídeos independentes e não um

filme, onde se pode criar um enredo, por exemplo. Indagaram-se pontos como alguns cortes sugestivos e captura de momentos de trabalho dos organizadores durante o evento.

Durante a análise, os vídeos foram assistidos diversas vezes, e várias imagens foram capturadas para que todos os detalhes possíveis de uma problematização fossem mencionados. Fez-se, portanto, uma espécie de fichamento dos vídeos.

De maneira geral, as fontes audiovisuais foram utilizadas para compreender os detalhes da cultura material e imaterial da festa. Elementos como cores, movimentos, sons, rituais festivos não descritos em nenhuma outra fonte, enriqueceram o detalhamento das edições.

Já nas fontes impressas a dificuldade foi um pouco maior, já que a disponibilidade de acesso ao acervo do jornal Folhasete não foi fácil. Apenas algumas edições foram cedidas a consulta, porém com informações interessantes dos lucros, da opinião do público e da própria imprensa.

Por último, e não menos importante, buscou-se pelas fontes orais. Pelas pessoas que trabalharam na realização das festas, mas que seus nomes não estavam registrados nas atas. Para isso, bastou conversar com organizadores dos eventos, colher nomes e endereços para então entrevistar.

A partir do que foi compreendido através da análise das atas, vídeos e jornais, elaborou-se um pequeno roteiro de questões, mas bastante aberto para muitos detalhes. O objetivo era buscar a memória dos organizadores do evento, que em sua maioria eram mulheres. “A memória é essencial a um grupo, porque está atrelada a construção de sua identidade” (ALBERTI, 2008, p. 167). Desta maneira, mais do que compreender o trabalho coletivo, as entrevistas cederam espaço a interpretação da identidade dos envolvidos

no *Kerbfest*. Foram compreendidos os princípios da festa segundo os organizadores, os símbolos e suas relevâncias, e também a maneira de se perceber enquanto teuto-brasileiro luterano searaense.

Por esse motivo, as entrevistas foram cedidas com entusiasmo, pois os participantes sentiram orgulho de compartilhar uma memória para uma pesquisa acadêmica. Contudo, como já mencionado, o número de entrevistados foi reduzido devido a pandemia do Covid-19.

Finalizando, as fontes colhidas nas atas, jornais, vídeos e entrevistas foram contrapostas, e cada informação pertinente à problematização foi demarcada e trazida à pesquisa. Este processo requereu tempo e paciência para a elaboração da dissertação.

UM ESTUDO DE REPRESENTAÇÕES, PATRIMÔNIO E IDENTIDADES: UMA BUSCA PELOS REFERENCIAIS TEÓRICOS

Após a delimitação do tema com seus objetivos, e da coleta das fontes e suas interpretações, é o momento de problematizar e contextualizar os dados encontrados.

Para contextualizar essa pesquisa, foram inicialmente, analisadas bibliografias referentes à migração dos alemães ao Brasil, bem como sua trajetória até a colonização do município de Seara. Nesse caso, a colonização é entendida como um processo de ocupação de terras, ou seja, o imigrante alemão ou teuto-brasileiro comprava lotes de terras delimitados pelas colonizadoras que atuaram na região.

Nesse processo era preciso deixar para trás seu país, sua pátria, e começar sua vida em terras desconhecidas. Nelas, portanto, emergem as festas típicas num esforço de mostrar um passado

muitas vezes fictício, mas que orgulha o colonizador e seus descendentes. Essas festas, seguindo os estudos de Tedesco e Rossetto (2007), são ritualizadas e apresentam elementos do passado cotidiano que tentam buscar significações, relações simbólicas, formatos sociais, hierarquias, posições sociais e o desempenho de grupos étnicos que buscam se autoafirmar. Como por exemplo, o uso de carros de bois em desfiles, a língua, a culinária e a música são elementos do passado lembrados na festa.

Ao se constituir um marco festivo com suas características de memória baseadas num passado real e fictício, há uma noção de patrimônio cultural. Nesse sentido, é importante ressaltar que o patrimônio remete-se ao local de memória e não à memória em si (SANTIAGO JÚNIOR, 2005). E, pensando na festa como um lugar de memória, utilizaram-se os conceitos de Nora (1993), autor que apresenta os lugares de memória como espaços destinados à repetição do passado, onde o indivíduo ingressa em um tempo cristalizado que sempre começa. Dessa forma, entende-se como patrimônio não apenas monumentos, mas também os rituais, as festas que marcam o coletivo, a religiosidade a maneira de viver de um povo (FUNARI; PELEGRINI, 2009).

Segundo Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart (2011), esse patrimônio tem um princípio de mostrar a diferença entre os grupos que habitam o mesmo território, sugerindo uma consciência étnica, nutrindo uma crença em comum, que pode voltar-se aos tempos da colonização.

Foram problematizados alguns elementos da festa que demonstraram a etnia como distinta de outros grupos, como: o uso de flores, cestos, venda das bonecas e coroa de flores, uso de roupas típicas, pratos típicos, apresentações culturais de grupos de danças alemães, *Bierwagen* (desfile nas ruas de um trio elétrico com ban-

das e distribuição de chope aos pedestres), critérios para escolha de rainha e princesas da festa, o “Vovô Choppão” (símbolo da festa de Seara), discursos religiosos e da comissão organizadora do evento sobre a festa, objetivos e tradições da festa, dentre muitas outras informações que foram encontradas em leituras aprofundadas das fontes primárias.

Em face do que foi exposto, Hobsbawm e Ranger (1997) propõe que os elementos imaginários presentes nos rituais do *Kerbfest* poderiam ser entendidos como estabelecidos por um conjunto de regras de valores e de comportamentos aceitos e repetidos por um determinado grupo de pessoas. Logo, o *Kerbfest* é uma festa tradicional de Seara, com a realização de uma edição a cada ano, com elementos que se repetiam e outros que se adaptavam, uns surgiam e outros desapareciam. Considerou-se a abordagem dos autores acerca da invenção das tradições ao analisar as características dos rituais, bem como a própria ordem de acontecimentos da festa.

No primeiro dia celebrava-se a abertura do evento, ocorrendo jantares típicos, sangriado primeiro barril de chope, concurso de rainha e princesas do *Kerbfest*, e, por fim, um baile. No dia seguinte havia um culto festivo, o qual partia para o *Bierwagen* e era finalizado com um baile. Nessa lógica, também foram analisados os elementos decorativos, a culinária, os trajes que remetiam a um passado imaginado dos antepassados imigrantes alemães.

Ressalta-se que o estudo não se limitou à observação da festa, mas sim analisou uma identidade étnica através de um ritual festivo. Aliando-se às noções de tradições, está a ideia de nacionalismo, definida por Benedict Anderson (2008) como pertencer a uma comunidade imaginada, limitada e soberana.

Como explicam Poutignat e Streiff-Fenart (2011), os gru-

pos étnicos alimentam-se de uma crença, de um pertencimento de uma comunidade de origem, com aparências e costumes em comum, na lembrança de um passado de migrações. O que é relevante para a sua propagação, não importando sua origem consanguínea. Esses autores acrescentam que, na não existência de grupos etnicamente puros, há um fenômeno do esquecimento, fundamental para formar o sentimento de pertença em comum. Também se aliam ao sentimento de pertença a honra, a língua e a religião, que são códigos de uma determinada comunidade (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011).

Embora nem todos os participantes da festa sejam de origem alemã, são movidos por um sentimento de pertença em comum, por exemplo, professar a religião luterana, usar o dialeto alemão regional ou, ainda, possuir os demais elementos da festividade em seu cotidiano.

E, também considerando os aspectos mencionados, Poutignat e Streiff-Fenart (2011) analisam o tema “fronteiras étnicas”. Em sua obra, apresentam os estudos de Friedrik Barth sobre grupos étnicos e suas fronteiras, que são a base das suas reflexões contidas na obra. Os autores defendem que “as comunidades étnicas não vivem isoladas como ilhas”, visto que possuem trocas e sofrem mudanças ao longo da história.

Acerca desta relação de trocas, Barth explica que as fronteiras étnicas não estão necessariamente ligadas ao solo; estão nas relações entre os grupos culturais e no fato de se perceberem como diferentes do outro. E, assim como as próprias comunidades étnicas, as fronteiras passam por mudanças, porque a sobrevivência de um grupo étnico depende de estratégias utilizadas nas sociedades industriais em seus nichos de articulação (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011).

No que se refere à etnia representada, de acordo com Seyferth (1981), entende-se o teuto-brasileiro como um grupo étnico que resultou dos processos migratórios de alemães para o Brasil. Inicia-se, na concepção alemã de nacionalidade como herança espiritual e moral. Um alemão sempre será considerado alemão, mesmo que não tenha nascido na Alemanha. Assim, a noção de pátria dos imigrantes alemães esclarece os fundamentos da etnia teuto-brasileira: onde se entende que uma pessoa pode estar ligada não somente pelo nascimento, mas também por lembrança, herança ou laços emocionais (SEYFERTH, 1981).

Seyferth (1981) esclarece que identificação étnica ocorre pelo pertencimento a um povo; neste caso, ao povo alemão. Nesse sentido, o teuto-brasileiro é o resultado do contato dos brasileiros com indivíduos de origem alemã.

O *Kerbfest* realizado pelos teuto-brasileiros de Seara procurou recuperar o passado idealizado por meio dos diferentes rituais; contudo, com o passar das edições, diversas adaptações foram feitas – por exemplo: inovações tecnológicas, música e culinária. Mesmo com algumas mudanças, o *Kerbfest* de Seara tornou-se um patrimônio cultural que teve sua criação, apogeu e resiste ainda, mas com algumas dificuldades.

Para uma melhor compreensão desta temática, a temporalidade determinada foi estabelecida com base na análise das fontes – dentre elas, atas e audiovisuais –, a partir das quais foi perceptível um período áureo e, em seguida, um período de crises. Estas crises podem ser atribuídas à quantidade de participantes, às variações musicais e à própria união da comunidade.

Para melhor esclarecer esse tema, esta pesquisa compõe-se por três seções.

Na primeira seção, os estudos foram voltados à migração.

Abordaram-se, primeiramente, os processos de imigração no Brasil; em seguida, os processos de delimitação política e geográfica do oeste catarinense aliados aos processos de imigração alemã e colonização de Seara, finalizando com o luteranismo local e a criação da comunidade da IECLB na paróquia de Seara.

A partir da análise da imigração alemã em nível nacional e local, direcionou-se para a segunda seção. Nesta, são apresentadas as características e as dinâmicas da festa. Inicia-se com detalhes sobre a festa de abertura, com descrição e a análise de rituais daquele momento; posteriormente, analisaram-se os cultos festivos que trouxeram sentido à comunidade religiosa. Abordou-se, na sequência, o *Bierwagen* e suas diversas representações étnicas durante os desfiles, e, por fim, foram apresentados os bailes, o período de alegrias, danças, comidas e também de afirmação identitária.

A terceira seção objetivou entender as representações da festa, a identidade e também seus bens patrimoniais. Inicialmente, procurou-se perceber a etnia e como seus elementos característicos se expressam no *Kerbfest*. Em seguida, foram analisadas as representações dos elementos dessa festividade que dão um sentido de identidade. Para finalizar, discutiram-se as representações da festa como bens culturais de uma coletividade que representaram não somente o município de Seara mas também as localidades que igualmente passaram por processos de imigração alemã.

A pesquisa apresentada não possui pretensões de esgotar todas as possibilidades de abordagens envolvendo o Kerbfest, mas de despertar o interesse de pesquisadores em investigar novas perspectivas.

Ao longo deste trabalho, pretendeu-se apresentar a pesquisa que resultou em uma dissertação de mestrado do programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteiri-

ra Sul (UFFS). Esta apresentação pode ser encarada como uma possibilidade dentre as várias de se trabalhar com assuntos relacionados ao patrimônio teuto-brasileiro em Santa Catarina, vez que há uma multiplicidade de fontes e métodos para a construção de pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

- A. B. **Entrevista** [8 mar. 2020]. Entrevistadora: Sandra Kuester. Seara, 2020. Áudio (mp3). 24 min.
- ALBERTI, V. Histórias dentro da História. In: PINSKY, C. B. **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- FUNARI, P. P. A.; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- GONÇALVES, E.; MANFROI, F.; NARDI, I. **Sociedade Searaense**: O processo de Colonização. Orientadora: Rosana Cristina Kohls. 2004. 55 f. Monografia (Bacharelado e Licenciatura em História) – Universidade do Contestado, Concórdia, 2004.
- HOBSBAWM, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL (IECLB). **Acervo fotográfico e documental**. Seara: IECLB, 2019.
- IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL (IECLB). **Livro de atas de atividades festivas**. Ata da sessão, 05 mar. 1999, p. 3-4. Seara: IECLB, 1999b.
- IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL (IECLB). **Livro de atas de atividades festivas**. Ata da sessão, 16 mar. 1999, p. 5. Seara: IECLB, 1999c.
- IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL (IECLB). **Livro de atas de atividades festivas**. Ata da sessão, 30

mar. 1999, p. 6-13. Seara: IECLB, 1999d.

IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL (IECLB). **Livro de atas de atividades festivas**. Ata da sessão, 06 abr. 1999, p. 9. Seara: IECLB, 1999e.

IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL (IECLB). **Livro de atas de atividades festivas**. Ata da sessão, 04 nov. 1999, p. 12. Seara: IECLB, 1999f.

IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL (IECLB). **Livro de atas de atividades festivas**. Ata da sessão, 05 abr. 2001, p. 20. Seara: IECLB, 2001a.

IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL (IECLB). **Livro de atas de atividades festivas**. Ata da sessão, 16 abr. 2001, p. 21. Seara: IECLB, 2001b.

IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL (IECLB). **Livro de atas de atividades festivas**. Ata da sessão, 27 abr. 2001, p. 21. Seara: IECLB, 2001c.

IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL (IECLB). **Livro de atas da comunidade de Seara**. Ata de sessão, 26 set. 2001, p. 29. Seara: IECLB, 2001d.

IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL (IECLB). **Livro de atas da comunidade de Seara**. Ata da sessão, 21 nov. 2001, p. 30. Seara: IECLB, 2001e.

IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL (IECLB). **Livro de atas da comunidade de Seara**. Ata da sessão, 04 dez. 2001, p. 31 Seara: IECLB, 2001f.

IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL (IECLB). **Livro de atas da comunidade de Seara**. Ata da sessão, 27 dez. 2001, p. 32. Seara: IECLB, 2001g.

IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL (IECLB). **Livro de atas da comunidade de Seara**. Ata da sessão, 05 fev. 2002, p. 32. Seara: IECLB, 2002a.

IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL (IECLB). **Livro de atas da comunidade de Seara**. Ata da sessão, 19 fev. 2002, p. 33. Seara: IECLB, 2002b.

IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL (IECLB). **Livro de atas da comunidade de Seara**. Ata da sessão, 01 abr. 2002, p. 35. Seara: IECLB, 2002c.

IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL (IECLB). **Relatório do IV Seara Kerbfest**. Seara: IECLB, 1996.

IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL (IECLB). **Relatório do VII Seara Kerbfest**. Seara: IECLB, 1999a.

IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL (IECLB). **Relatório do VIII Seara Kerbfest**. Seara: IECLB, 2000a.

IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL. **Ata da sessão**, 02 mar. 2000, p. 15. Seara: IECLB, 2000c.

IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL. **Livro de atas de atividades festivas (IECLB)**. Ata da sessão, 17 fev. 2000, p. 14. Seara: IECLB, 2000b.

IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL. **Livro de atas de atividades festivas (IECLB)**. Ata da sessão, 22 de mar. 2000, p. 15-16. Seara: IECLB, 2000d.

IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL. **Livro de atas de atividades festivas (IECLB)**. Ata da sessão, 25 abr. 2000, p. 19. Seara: IECLB, 2000e.

IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL. **Livro de atas da comunidade de Seara**. Ata da sessão, 09 abr. 2002, p. 36. Seara: IECLB, 2002e.

IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL. **Livro de atas da comunidade de Seara**. Ata da sessão, 5 abr. 2003, p. 47. Seara: IECLB, 2003.

IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL. **Livro de atas da comunidade de Seara**. Ata da sessão, 06 abr. 2004, p. 4. Seara: IECLB, 2004

IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL. **Livro de atas da comunidade de Seara**. Ata da sessão, 02 dez. 2007, p. 37. Seara: IECLB, 2007.

II KERBFEST. Foto Estúdio Bela Vista. Seara. 1994a. 1 videocassete (120 min), VHS, son., color.

II KERBFEST. Foto Estúdio Bela Vista. Seara. 1994b. 1 videocassete (3 min), VHS, son., color.

III KERBFEST Culto e Bierwagen. Foto Estúdio Bela Vista. Seara. 1995a. 1 videocassete (120 min), VHS, son., color.

III KERBFEST Primeira Noite. Foto Estúdio Bela Vista. Seara. 1995c. 1 videocassete (120 min), VHS, son., color.

III KERBFEST Segunda Noite. Foto Estúdio Bela Vista. Seara. 1995b. 1 videocassete (120 min), VHS, son., color.

IV KERBFEST. Foto Estúdio Bela Vista. Seara. 1996a. 1 videocassete (120 min), VHS, son., color.

KERBFEST. Foto Estúdio Bela Vista. Seara. 1993. 1 videocassete (42 min), VHS, son., color.

L. B. **Entrevista** [8 mar. 2020]. Entrevistadora: Sandra Kuester Seara, 2020. Áudio (mp3). 24 min.

L. D. A. **Entrevista** [12 mar. 2020]. Entrevistadora: Sandra KuesterItá, 2020. Áudio (mp3). 20 min.

LENZI, Z. M.; SALVADOR, N. T. M.; KONDER, V. M. **O Kerb em Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC; Secretaria de Cultura e Esporte do Estado, 1989.

NODARI, E. S. **Etnicidade renegociadas**: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009.

NORA, P. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, [s. l.], [s. n], p. 7-28, dez. 1993.

POUTIGNAT, P; STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Tradução de Elcio Fernandes. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

S. B. **Entrevista** [7 mar. 2020]. Entrevistadora: Sandra Kuester Seara, 2020. Áudio (mp3). 29 min.

S. M. B. **Entrevista** [11 mar. 2020]. Entrevistadora: Sandra Kuester. Seara, 2020. Áudio (mp3). 21 min.

SANTIAGO JÚNIOR, F. DAS C. F. Dos Lugares de memória ao patrimônio: Emergência e transformação da 'Problemática dos Lugares'. **Projeto História**, [s. l.], [s. n], p. 245-279, 2015.

SEYFERTH, G. **Nacionalismo e identidade étnica**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

TEDESCO, J. C.; ROSSETTO, V. **Festas e saberes: artesanatos, genealogia e memória imaterial na região colonial do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Méritos, 2007.

VI KERBFEST Culto e Bierwagen. Foto Estúdio Bela Vista. Seara. 1998a. 1 videocassete (59 min), VHS, son., color.

VI KERBFEST Primeira Noite. Foto Estúdio Bela Vista. Seara. 1998b. 1 videocassete (118 min), VHS, son., color.

VI KERBFEST Segunda Noite. Foto Estúdio Bela Vista. Seara. 1998c. 1 videocassete (118 min), VHS, son., color.

VII KERBFEST Culto e Bierwagen. Foto Estúdio Bela Vista. Seara. 1999a. 1 videocassete (96 min), VHS, son., color.

VII KERBFEST Kerbfest Primeira Noite. Foto Estúdio Bela Vista. Seara. 1999b. 1 videocassete (120 min), VHS, son., color.

VII SEARA Kerbfest Segunda Noite. Foto Estúdio Bela Vista. Seara. 1999. 1 videocassete (96 min), VHS, son., color.

VIII KERBFEST Culto e Bierwagen. Foto Estúdio Bela Vista. Seara. 2000a. 1 videocassete (85 min), VHS, son., color.

VIII KERBFEST Primeira Noite. Foto Estúdio Bela Vista. Seara. 2000b. 1 videocassete (120 min), VHS, son., color.

VIII KERBFEST Segunda Noite. Foto Estúdio Bela Vista. Seara. 2000c. 1 videocassete (120 min), VHS, son., color.

X KERBFEST abertura. Foto Estúdio Bela Vista. Seara. 2002a. videocassete (30 min), VHS, son., color.

X KERBFEST Sexta e Sábado. Foto Estúdio Bela Vista. Seara. 2002b. 1 videocassete (120 min), VHS, son., color.

SOBRE OS AUTORES

ANTONIO MARCOS MYSKIW

Possui graduação em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2000), mestrado e doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é docente da Universidade Federal da Fronteira Sul, lotado no Campus Realeza/PR. Dedicar-se a pesquisa histórica da região de fronteira entre Brasil/Argentina/Paraguai, com ênfase na História Agrária. Líder do Grupo de Pesquisa “Direitos Humanos, Justiça e Cidadania”. E-mail: amyskiw@uffs.edu.br.

CARLOS EDUARDO CARDOSO

Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Chapecó, graduado em Licenciatura em História pela mesma instituição. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil. Atualmente é Bolsista pelo Programa de Bolsas Universitárias do Estado de Santa Catarina - UNIEDU. É integrante do grupo de pesquisa “Por uma história agrária da fronteira Brasil/Argentina (séculos XIX-XX)”. E-mail: carlloseduardo@gmail.com.

DANIEL DALLA ZEN

Possui graduação em História pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (2010), graduação em Museologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2014) e mestrado em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul. Atualmente é Técnico em Museu pela prefeitura municipal de Chapecó/SC. Tem experiência na área de História e Museologia, atuando principalmente nos seguintes temas: técnica de museu, patrimônio, colonização e semiótica. E-mail: daniel_dallazen@hotmail.com.

DOUGLAS HENRIQUE PEREIRA

Possui graduação em História pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (2011), especialização em Metodologia do Ensino de História e Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul - Chapecó/SC. Tem experiência na área de Arqueologia. Professor de história na rede pública municipal de Videira, Santa Catarina. E-mail: douglas_opia@hotmail.com.

JORDAN BRASIL DOS SANTOS

Doutorando em História pela UFPEL, Pelotas/RS. Possui graduação em Bacharel em Teologia pela Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana (2012) e graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina (2017). Mestre em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul. Atualmente é Reverendo da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil no oeste de SC Tem experiência na área de Educação, Teologia e Pastoral. É integrante do grupo de pesquisas “História dos movimentos sociais no sul do Brasil: Bandidos, Milenários e Mediadores”. E-mail: diordaosanto@hotmail.com.

LETICIA MARIA VENSON

Doutoranda em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste. Atualmente é Bolsista pelo Programa de Bolsas Universitárias do Estado de Santa Catarina - UNIEDU. Mestre em História pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Chapecó, graduada em Licenciatura em História pela mesma instituição (2018). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Regional e Colonização Militar. É integrante dos grupos de pesquisas “História dos movimentos sociais no sul do Brasil: Bandidos, Milenários e Mediadores”, “O agrário, o moderno e o Império: agricultura e propriedade no Brasil do século XIX (1860-1889)” e do Grupo “História e Poder”. E-mail: leticiavenson@hotmail.com.

SANDRA KUESTER

Possui graduação em Licenciatura em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul (2014) e mestrado em História pela mesma instituição (2020). Atualmente é professora de história e ensino religioso na rede pública de ensino. Tem experiência na área de História, atuando principalmente nos seguintes temas: identidade teuto-brasileira, história da colonização, patrimônio cultural. É integrante do grupo de pesquisa “Tempos de festejar: O Kerbfest como patrimônio imaterial do teuto-brasileiro de Seara/SC (1993-2005)”. E-mail: sandrakuester92@gmail.com.



O TÍTULO *FRONTEIRAS, MIGRAÇÕES E SOCIEDADES NO BRASIL MERIDIONAL* LIGA-SE À ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DO MESTRADO EM HISTÓRIA (FRONTEIRAS, MIGRAÇÕES E SOCIEDADES) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS), TENDO COMO RECORTE ESPACIAL A PORÇÃO MERIDIONAL DO BRASIL. A IDEIA DESTES LIVRO NASCEU DE UM QUESTIONAMENTO: O QUE PODERÍAMOS FAZER PARA DAR VISIBILIDADE ÀQUELES ESTUDOS ACADÊMICOS? DECIDIMOS, ENTÃO, AMADURECER O PROJETO DE UM LIVRO COM ARTIGOS EM QUE OS EGRESSOS CONVIDADOS PUDESSEM, MINIMAMENTE, APRESENTAR SEUS TEMAS DE PESQUISAS DURANTE O MESTRADO EM HISTÓRIA. OS TEXTOS QUE APRESENTAMOS SÃO DOS EGRESSOS QUE DERAM RETORNO AO CONVITE QUE FIZEMOS E QUE SE DISPUSERAM A PRODUZIR UM TEXTO SOBRE SUAS PESQUISAS (OU PARTE DELAS).

ISBN 978-688600086-0



9 786886 000860